

DOCUMENTO SISTEMATIZADO - CONSOLIDAÇÃO DOS DOCUMENTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

OBJETIVO 1

Ampliar a oferta de matrículas em creches e universalizar a pré-escola.

1. Problema do PNE

Problema 1 - O atendimento à demanda manifesta por creche e a universalização da pré-escola não se encontram assegurados.

2. Diagnóstico PNE

PNE Diagnóstico da Educação Nacional (2025), focando especificamente no problema do acesso e da universalização da Educação Infantil: O documento demonstra que, apesar dos avanços históricos de cobertura nos últimos 18 anos, a Meta 1 do PNE não foi atingida. Persiste o desafio de universalizar a pré-escola (4 a 5 anos), que é um direito público subjetivo desde 2016, e de expandir o atendimento das creches (0 a 3 anos) para no mínimo 50%.

Demanda Manifesta: A publicação joga luz sobre um dado crucial: 63% das crianças de 0 a 3 anos que não frequentam a creche representam a "demanda manifesta" (famílias que querem a vaga, mas não a encontram), evidenciando que a meta de 50% do PNE já nasceu abaixo da necessidade real da população.

As Causas Críticas do Problema: O texto realiza uma análise causal e aponta que o fracasso na garantia plena desse direito decorre de cinco fatores principais:

Subfinanciamento Histórico: A Educação Infantil sofreu com a falta de recursos carimbados por décadas (visto que o antigo FUNDEF priorizava apenas o ensino fundamental). Embora o Novo FUNDEB (Emenda Constitucional nº 108/2020) tenha criado a parcela VAAT com 50% de investimento obrigatório na primeira infância, o teto desses repasses só é alcançado em 2026.

Barreiras Geográficas e Espaciais: Nas cidades de médio e grande porte, há uma escassez de terrenos disponíveis para a construção de novas unidades. Já nas áreas rurais, a baixa densidade demográfica empurra as crianças para turmas multietapas ou multisseriadas, que são historicamente negligenciadas pelas políticas de financiamento e pedagógicas.

Abismo de Desigualdade: O acesso é profundamente desigual. A cobertura em áreas urbanas (40%) é o dobro da rural (20%). Além disso, a diferença de acesso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres é de 25 pontos percentuais, descumprindo a estratégia do PNE que tolerava no máximo 10 p.p. (ponto percentual).

Apagão de Dados Municipais: A ausência de estatísticas regulares e oficiais a nível municipal impede que os gestores planejem a oferta de vagas de forma eficiente. A busca ativa falha porque não há um mapeamento real da demanda reprimida local.

Precarização Estrutural e Docente: A expansão da pré-escola muitas vezes ocorreu de improviso, compartilhando espaços inadequados com o ensino fundamental. Soma-se a isso a falta de infraestrutura básica nas escolas, a carência de profissionais e a baixa qualidade dos cursos de formação inicial (predominantemente à distância/EaD e no setor privado).

Conclusão: Em conclusão, o Documento Diagnóstico da Educação Nacional (2025) demonstra que o déficit no atendimento à demanda manifesta por creche e a não universalização da pré-escola não são meras falhas administrativas casuais, mas o reflexo direto de um subfinanciamento histórico e de barreiras estruturais crônicas. O relatório deixa evidente que a expansão do acesso esbarra na falta de planejamento territorial, como a escassez de terrenos urbanos e o isolamento de turmas multietapas no campo, na ausência de indicadores estatísticos municipais regulares e em um profundo abismo de desigualdade socioeconômica. Portanto, garantir esse direito constitucional exige superar a herança da escassez de recursos, cujos novos aportes vinculados ao FUNDEB (VAAT) só atingem a maturidade neste ano de 2026, aliando o suporte financeiro a uma governança intersetorial urgente.

3. Diagnóstico SED – SC

Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequenta creche:

2013: 41,70%	2016: 46,30%	2019: 52,30%
2014: 44,60%	2017: 47,10%	2020 e 2021: sem dados
2015: 41,50%	2018: 48,60%	2022: 49,50%

Dados Populacionais e Absolutos (2022): 211.708 crianças não atendidas (419.358). Em 2022, com 49,5% de crianças atendidas (equivalente a 207.650 crianças), em comparação com 2013, quando esse percentual era de 41,7% (o que correspondia a 141.412 crianças), houve um crescimento de 7,8 pontos percentuais no atendimento às crianças de 0 a 3 anos em escolas ou creches. Isso representa um aumento de 66.238 crianças atendidas, apesar das flutuações ao longo dos anos.

Divisão Urbano/Rural (2022): 28,7% de crianças atendidas no rural e 53,3% urbano. Total: 64.738 (rural), 354.620 (urbano) - Atendidas: 18.602 (rural) e 189.049 (urbano).

Diagnóstico SED (Diagnóstico da Educação Catarinense, 2025):

- **Metas Propostas e o Problema Central:** O documento estabelece metas para o Estado, tais como ampliar a oferta de creche para no mínimo 60% e reduzir a desigualdade por renda para no máximo 10 pontos percentuais. Apesar disso, o diagnóstico identifica o mesmo problema: o atendimento à demanda por creche e a universalização da pré-escola não se encontram assegurados conforme o Plano Estadual vigente.

- **A Oscilação do Atendimento entre 2019 e 2022:** Em 2019, Santa Catarina registrou um percentual de 52,3% em creches. Contudo, o relatório indica que em 2022 o atendimento recuou para 49,5%. Em termos absolutos, o número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas em creches passou de 190.648 em 2019 para 211.708 em 2022.
- **Desigualdade de Acesso por Renda:** A diferença no acesso à creche entre os 20% mais ricos (59,3%) e os 20% mais pobres (29,1%) situou-se em 30,2 pontos percentuais em 2022. O relatório aponta que o atendimento das crianças pertencentes aos 20% mais pobres caiu de 41% em 2019 para 29,1% em 2022, distanciando-se da meta estabelecida de 50% para este grupo.
- **Disparidade Territorial (Urbano vs. Rural):** Embora Santa Catarina apresente índices superiores à média nacional e à Região Sul, os dados indicam variações internas. Em 2022, a diferença de acesso à creche entre a zona urbana (53,3%) e a zona rural (28,7%) foi de 24,6 pontos percentuais.
- **O Índice da Pré-Escola:** O prazo para universalizar o atendimento de 4 a 5 anos foi fixado para 2016, mas o diagnóstico revela que Santa Catarina registrou 94,2% de cobertura em 2022. Isso representa uma margem de 5,8 pontos percentuais abaixo dos 100%, correspondendo a aproximadamente 13 mil crianças fora da escola.
- **Acesso Rural na Pré-Escola:** A taxa na faixa de 4 a 5 anos apresentou menor cobertura no interior, onde o atendimento rural ficou em 90,2% contra 94,9% da área urbana em 2022. O texto também assinala o aumento da oferta da educação infantil por instituições da rede privada na zona rural.

Conclusão: Em conclusão, o Diagnóstico SED demonstra que, apesar de Santa Catarina registrar indicadores superiores à média nacional, o Estado apresenta oscilações e descumprimento de suas metas legais para a Educação Infantil. O relatório evidencia que as ações desenvolvidas foram insuficientes para manter os patamares de atendimento anteriores, resultando na não universalização da pré-escola, com cerca de 13 mil crianças fora do sistema de ensino, e no recuo do percentual de atendimento em creches no ano de 2022, o que elevou o contingente de crianças não atendidas para mais de 211 mil. Desse modo, os dados contidos no documento indicam que os principais limites da política pública se concentram no atendimento aos segmentos de maior vulnerabilidade, visto que a redução nos índices afetou prioritariamente a população da zona rural e as famílias inseridas na faixa de menor renda, onde a diferença de acesso superou a margem estipulada pelos planos de educação.

4. Relatórios CEMAPEESC

Situação do Atendimento: No ano de 2024, ainda não se tinha todas as crianças na faixa de 4 a 5 anos atendidas, somente 95,2% estavam matriculadas na pré-escola, ou seja, 9.818 crianças fora da escola. No ano de 2016, o percentual de atendimento era de 92,6% de atendimento, ficando somente 13.538 crianças fora da escola. Isso nos mostra que apesar de melhorar um pouco o número e o índice, ainda não aconteceu a universalização que já era para ter ocorrido no ano de 2016. Dez anos não garantiram a sonhada universalização.

Desigualdades Raciais: Outro problema que se enfrenta são as desigualdades de cor/raça - declaradas pretas - A Taxa de atendimento é de somente 87,2%.

Atendimento em Creches: Na creche, no ano de 2016, tinha-se um percentual de atendimento de 46,3%. Diria-se que já era um percentual razoável para a época, porém ainda existia 201.715 crianças fora deste atendimento. No ano de 2024, oito anos depois, chega-se a 53,3%, Conseguiu atingir a meta (PEE/SC - 2015/2024), porém ainda existem 192.449 sem esse atendimento.

Desigualdades de Renda: Outra situação que precisa ser pensada como será resolvido o atendimento do quintil de menor renda que é de somente 35,3% e o quintil de maior renda é de 60,9%. Esses dados nos mostram a grande desigualdade social e educacional.

5. Painel Lume

Monitoramento das metas (PEE/SC) - Meta 1 - Acesso à Educação Infantil:

Status do Indicador 1A (Pré-Escola - 4 e 5 anos): O relatório aponta que a universalização prevista para 2016 não se concretizou. Em 2024, a taxa de atendimento escolar atingiu 95,2%, o que resultou em um déficit de 9.818 crianças nessa faixa etária obrigatória fora da escola.

Desigualdades no Acesso à Pré-Escola: O déficit residual de quase 10 mil crianças revela assimetrias geográficas, raciais e econômicas. A cobertura na área rural (88,7%) é 7,1 pontos percentuais inferior à da área urbana (95,8%). Por recorte de raça, o acesso é menor entre crianças pretas (87,2%) e pardas (92%) em comparação às brancas (96,4%). Quanto à renda, o contingente de não atendidos concentra-se no 2º quintil, com 3.811 crianças fora da escola.

Status do Indicador 1B (Creche - 0 a 3 anos): O indicador superou a meta mínima de 50% para 2025, alcançando 53,3% de atendimento em 2024. No entanto, o resultado percentual não elimina a demanda social reprimida, registrando um contingente absoluto de 192.449 crianças fora da creche.

Desigualdades no Acesso à Creche: A disparidade de atendimento entre as áreas urbana e rural situa-se em 21,3 pontos percentuais. No fator socioeconômico, a distância de cobertura entre o 1º quintil (menor renda) e o 5º quintil (maior renda) permanece acima de 25 pontos percentuais, descumprindo a Estratégia 1.2 do plano, que estipula um teto máximo de 10% de diferença. As crianças pardas constituem o grupo com menor taxa de acesso.

Dados da Implementação Municipal (CEMAPEESC 2025): O monitoramento realizado em 2025 aponta que 31 municípios declaram não ter universalizado a pré-escola, enquanto 164 executam ações intersetoriais de busca ativa (educação, saúde e assistência social) articuladas ao Sistema APOIA. Na etapa de 0 a 3 anos, o déficit de vagas é verificado pela existência de fila de espera em 108 municípios, que utilizam critérios de prioridade baseados em vulnerabilidade social e emprego dos pais. A presença de crianças com deficiência em filas de 29 municípios indica limites no atendimento à inclusão.

Recuo da Jornada em Tempo Integral: O Censo Escolar aponta uma tendência de redução na oferta de matrículas em tempo integral na rede pública, tanto em creches quanto na pré-escola, em favor do tempo parcial. O documento adverte que este movimento contraria a Estratégia 1.16 da Meta 1 e a Meta 6 do PEE/SC, gerando riscos para a qualidade da oferta.

6. Outras fontes

Indicadores Globais (2023 - 2024):

2023: 52,3% (415.336/217.160)	2024: 53,3% (412.249 / 219.800)
-------------------------------	---------------------------------

Recorte Rural:

2023: 33,7%	2024: 34,7%
-------------	-------------

Recorte Urbano:

2023: 55,2%	2024: 56%
-------------	-----------

Recorte Socioeconômico (Renda):

2023: 28,9% (20% + pobres)	2024: 35,3% (20% + pobres)
67,6% (20% + ricos)	60,9% (20% + ricos)

7. Síntese preliminar

Cenário Geral: Apesar da expansão de vagas, a pré-escola ainda não está universalizada (a busca ativa não é realizada ou é insuficiente). Há déficit de vagas em creches. Persistem desigualdades de acesso entre crianças de diferentes níveis de renda, entre grupos raciais e entre crianças residentes em áreas urbanas e rurais.

Regime de Colaboração: Fortalecer o regime de colaboração entre Estado e Municípios para a oferta da educação infantil nos casos em que ocorrer aumento populacional não previsto nos municípios.

Financiamento: Financiamento específico para a educação infantil: por exemplo, a baixa adesão ao Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil.

Aprimoramento Metodológico: Metodologia de cálculo - A taxa líquida não representa adequadamente a realidade de atendimento. Utilizar como parâmetro a taxa

de atendimento, ou seja, o número de crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos que frequentam a escola independente da etapa de ensino que estão matriculadas.

Equidade: Criar critérios de prioridade na concessão da vaga em creche a fim de promover equidade étnico-racial e reduzir as desigualdades de nível socioeconômico.

Gestão da Demanda e Transparência: Estimular os municípios a implementarem sistema de fila única para o acesso às vagas na educação infantil, com critérios públicos, objetivos e transparentes de inscrição, classificação, acompanhamento e convocação, assegurando ampla divulgação às famílias e mecanismos de controle social, de modo a garantir equidade no atendimento e transparência na gestão da demanda por vagas em creches e pré-escolas.

Planejamento Intersetorial: Criar mecanismos intersetoriais de levantamento de demanda por vagas na educação infantil para planejamento das secretarias municipais de educação.

Priorização da Oferta: Fomentar que os municípios priorizem a concessão de vagas na educação infantil em detrimento da oferta de vagas em outras etapas da educação básica e no nível superior.

Jornada de Ensino: Ampliar a oferta da educação infantil em tempo integral.

OBJETIVO 2

Garantir a qualidade da oferta de educação infantil

1. Problema do PNE

Baixa qualidade da oferta de educação infantil.

2. Diagnóstico PNE

- ☐ **Infraestrutura física insuficiente e inadequada na maioria das creches e pré-escolas.**
- ☐ Recursos pedagógicos insuficientes na maioria das creches e pré-escolas.
- ☐ Profissionais sem formação inicial adequada que exercem a docência na educação infantil.
- ☐ Dificuldades de financiamento de grande parte dos municípios brasileiros.
- ☐ Formações inicial e continuada que não atendem às especificidades da educação infantil.

- Coordenação insuficiente do processo de gestão pedagógica na maioria das escolas e dos sistemas educacionais. (p. 54)

3. Diagnóstico SED – SC

- Não há indicador direto, apenas indicadores auxiliares:
- **Formação docente:** 60,6% têm nível superior (abaixo da meta de 100%); 66,6% dos docentes da educação infantil têm pós-graduação (meta 75%); 70,6% fizeram formação continuada; 56,3% são efetivos.
- **Gestão:** só 14,5% dos diretores são escolhidos com participação da comunidade.
- **Infraestrutura das escolas de Educação Infantil:** 99,3% têm internet, 87,9% refeitório; 86,7% banheiros adequados à faixa etária; 97,1% material pedagógico infantil; 38,5% com quadras e 47,3% com bibliotecas/salas de leitura.
- Serviços básicos quase universalizados (água, lixo e esgoto).

4. Relatórios CEMAPEESC

- Não há indicador direto.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/2024).

7. Síntese preliminar

Parâmetros de Qualidade: Necessidade de instituir parâmetros de qualidade para a educação infantil do território catarinense que considerem, de forma especial, a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, as propostas pedagógicas, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

Suplementação Financeira: Instituir mecanismos permanentes de suplementação financeira estadual aos municípios, destinados à ampliação e qualificação da oferta da educação infantil, assegurando apoio técnico e financeiro para expansão de vagas, adequação de espaços físicos, aquisição de materiais pedagógicos, formação dos profissionais e melhoria das condições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

Formação Profissional: O Estado deve promover, em parceria com universidades e instituições formadoras, programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil que atuam nos municípios, contemplando professores, gestores, auxiliares e demais profissionais que atuam com crianças de 0 a 5 anos.

Equipe Gestora: Assegurar que, nas unidades de ensino que atendem à educação infantil, pelo menos um dos profissionais que compõem a equipe gestora possua formação em Pedagogia, preferencialmente com experiência na etapa, de modo a garantir suporte pedagógico qualificado à organização do trabalho educativo.

Condições de Trabalho: Garantir o cumprimento da hora/atividade dos professores que atuam na educação infantil.

OBJETIVO 3

Assegurar a alfabetização e o nível adequado de aprendizagem em matemática, ao final do segundo ano do ensino fundamental, a todas as crianças em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

1. Problemas do PNE

Problema 3: Crianças do 2º ano do ensino fundamental não estão alfabetizadas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes e a trajetória regular, havendo persistentes desigualdades entre populações de baixo nível socioeconômico e em situação de vulnerabilidade social (negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas).

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

Converge com Santa Catarina: As dificuldades de alfabetização até o 2º ano explicam-se por causas críticas que também se verificam em Santa Catarina:

Causa Crítica 1 — Desigualdades na Educação Infantil: A alfabetização inicia-se antes do Ensino Fundamental. Apesar dos avanços na oferta, persistem desigualdades de acesso entre grupos socioeconômicos e populacionais; crianças de baixa renda, rurais e de populações vulnerabilizadas ingressam no EF com oportunidades desiguais, o que afeta habilidades linguísticas, cognitivas e socioemocionais.

Causa Crítica 2 — Fragilidades na alfabetização e na formação docente: A formação inicial nem sempre assegura domínio dos fundamentos da alfabetização e do letramento (consciência fonológica, psicogênese da língua escrita, avaliação formativa, métodos baseados em evidências). A formação continuada esporádica e desarticulada da sala de aula produz impacto limitado e a transição inadequada entre Educação Infantil e Anos Iniciais compromete habilidades precursoras.

Causa Crítica 3 — Defasagens não identificadas nos anos iniciais: A insuficiência de avaliação diagnóstica, monitoramento e intervenção dificulta a identificação precoce; lacunas em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático ampliam-se ao longo da trajetória.

Causa Crítica 4 — Persistência das desigualdades entre grupos e territórios: Diferenças socioeconômicas, étnico-raciais e territoriais seguem influenciando os resultados, exigindo políticas específicas de equidade.

□ **Dados estaduais de referência (complemento técnico):**

- Em 2021, apenas 60,8% dos estudantes estavam alfabetizados — distante da meta intermediária de 80%.
- Alfabetiza SC 2023 (rede pública): 61%, abaixo do SAEB 2019 (68,9%) — nível pré-pandemia não recomposto.
- Desigualdades urbana/rural e pública/privada; queda da proficiência em Matemática na rede pública.

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense (SED/SC, 2025).

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

A alfabetização na idade certa é pilar do direito à educação e da equidade: defasagens não superadas acumulam-se, elevam reprovação, distorção idade-série e evasão, afetando mais intensamente os grupos historicamente vulnerabilizados. Trata-se de responsabilidade compartilhada entre Estado, redes, escolas, profissionais, famílias e comunidade.

□ **Notas técnicas:**

- Adotar o Alfabetiza SC como indicador estadual de referência, com desagregação por rede, zona, raça/cor e renda.
- Criar meta própria de alfabetização matemática (hoje citada, mas sem indicador).
- Articular explicitamente com a Educação Infantil (Obj. 1/2); tratar a pandemia como agravante datado.

7. Síntese preliminar

Situação desejada (objetivo geral): Garantir que todas as crianças catarinenses estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do EF, com domínio de leitura, escrita,

oralidade e raciocínio lógico-matemático, assegurando equidade, redução das desigualdades e atendimento às especificidades dos diferentes grupos sociais e territoriais.

Objetivos específicos (qualificados):

1. Assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano, respeitando diferentes ritmos e necessidades.
2. Fortalecer políticas de alfabetização e letramento na idade certa, integrando competências linguísticas, matemáticas e socioemocionais.
3. Implementar avaliação diagnóstica e monitoramento permanentes, com intervenções pedagógicas precoces.
4. Desenvolver estratégias de recomposição das aprendizagens, priorizando estudantes em vulnerabilidade social.
5. Qualificar a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores.
6. Fortalecer a transição entre a Educação Infantil e os anos iniciais do EF.
7. Promover a equidade, reduzindo desigualdades entre grupos étnico-raciais, socioeconômicos, territoriais e modalidades.
8. Garantir atendimento e acessibilidade a estudantes com deficiência, surdos, indígenas, quilombolas e do campo.
9. Fortalecer a participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização.
10. Utilizar evidências e indicadores para orientar decisões pedagógicas e de gestão.
11. Ampliar recursos pedagógicos, tecnológicos e materiais didáticos adequados.
12. Implementar ações intersetoriais (educação, assistência social, saúde e proteção à infância).

Metas e indicadores de referência (complemento técnico):

- **Alfabetização:** % alfabetizados (Alfabetiza SC) — base 61% (2023) → $\geq 90\%$ (2030); 100% (2035).
- **Recomposição:** superar o patamar do SAEB 2019 em LP e Matemática até 2027.
- **Equidade:** reduzir o hiato urbano–rural e público–privado em $\geq 50\%$ até 2035.
- **Formação:** 100% dos alfabetizadores em formação continuada estruturada anual.

OBJETIVO 4

Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

1. Problema do PNE

Problema 4 — Grande número de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória possui trajetórias escolares irregulares e não conclui os ensinos fundamental e médio na idade adequada, situação agravada entre populações em situação de vulnerabilidade social (negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, com deficiência e povos do campo, das águas e das florestas). Objetivo 4

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

Converge com Santa Catarina.

Causa Crítica 1 — Condições de oferta: Precariedade de infraestrutura, mobiliário e recursos pedagógicos; dificuldade de acesso por longas distâncias (zonas rurais) e transporte escolar; elevado percentual de professores com formação inadequada aos componentes que lecionam, sobretudo nos anos finais.

Causa Crítica 2 — Descontextualização curricular: Formação inicial frágil e didática ineficaz reduzem a atratividade e a efetividade das aulas; a baixa atratividade do currículo nos anos finais e no EM amplia o desinteresse. Defasagens de alfabetização repercutem na trajetória (distorção no 5º ano), crescem na transição para os anos finais (6º–9º) e se acentuam na passagem ao EM. Violência, bullying e preconceitos potencializam a irregularidade.

Causa Crítica 3 — Defasagens não sanadas: Ausência de processos e políticas institucionalizadas para reverter defasagens acumuladas, elevando repetência, abandono e evasão.

Causa Crítica 4 — Estudante trabalhador (especificidade de SC): No Ensino Médio muitos estudantes trabalham por necessidade sociofamiliar; soma-se uma “cultura” do trabalho precoce e a participação na agricultura familiar sazonal. A dificuldade de conciliar trabalho e estudo (agravada pela carga horária do EM) eleva reprovação, abandono e evasão.

Dados estaduais de referência (complemento técnico):

- Escolarização líquida de 6–14 anos em queda, abaixo de 100% e das médias nacional/regional (2023).
- Jovens 15–17 no Ensino Médio/concluído abaixo da meta de 90%.
- Distorção idade-série: 1,9% no 1º ano e 17,2% no 8º ano (2023) — concentrada no 6º–9º.
- Frequência indígena 15–17 no Ensino Médio caiu para 17,9% (2023); forte desigualdade por renda no Ensino Médio.

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense (SED/SC, 2025).

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Trajetórias irregulares decorrem da combinação entre oferta inadequada, defasagens acumuladas, currículo pouco atrativo e trabalho precoce. A transição 5º→6º ano é ponto de inflexão da distorção e da evasão.

Notas técnicas:

- Corrigir a numeração duplicada e separar objetivos (fins) de estratégias (meios) — feito acima em três blocos.
- Criar indicadores estaduais de conclusão na idade regular do 5º e 9º ano (Metas 4.b e 4.c), hoje inexistentes.
- Tratar a transição 5º→6º como política específica; articular com a EJA (Obj. 11).

7. Síntese preliminar

Situação desejada (objetivo geral): Assegurar trajetórias escolares regulares e a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na idade adequada, com aprendizagens significativas, melhores condições de oferta e redução de repetência, abandono e evasão, com equidade e qualidade.

Objetivos específicos — Bloco I: Oferta, currículo e formação:

1. Fortalecer a formação inicial e garantir que os professores atuem em áreas compatíveis com sua formação.
2. Tornar o currículo mais contextualizado, significativo e atrativo, sobretudo nos Anos Finais e no Ensino Médio.
3. Aprimorar metodologias e práticas pedagógicas e fortalecer a formação continuada (lato e stricto sensu, eventos científicos).
4. Qualificar as transições entre etapas, com continuidade curricular e acompanhamento pedagógico.
5. Valorizar os profissionais (condições de trabalho, desenvolvimento profissional e estabilidade das equipes).
6. Ampliar e qualificar a infraestrutura escolar e o transporte, tornando os espaços seguros, acessíveis e acolhedores.

Objetivos específicos — Bloco II: Trajetória e permanência:

7. Implementar políticas de diagnóstico e acompanhamento das aprendizagens, com identificação precoce das defasagens.
8. Desenvolver estratégias sistemáticas de recomposição das aprendizagens.

9. Promover acompanhamento individualizado e busca ativa de estudantes em risco, com foco nas populações vulnerabilizadas.
10. Garantir progressão escolar com aprendizagem, conforme as competências do CBTC.
11. Fortalecer o protagonismo estudantil, a cultura de respeito à diversidade e o combate à violência e à discriminação.
12. Fortalecer o vínculo escola–família–comunidade e o acompanhamento da trajetória.

Objetivos específicos — Bloco III: Estudante trabalhador:

13. Identificar e acompanhar estudantes trabalhadores, monitorando impactos sobre frequência e rendimento.
14. Ampliar acesso a programas de transferência de renda e proteção social e fortalecer ações intersetoriais.
15. Implementar parcerias com o setor produtivo (Jovem Aprendiz e congêneres) com critérios que assegurem a conclusão.
16. Oferecer apoio pedagógico ao estudante trabalhador e desenvolver orientação para projetos de vida e inserção produtiva.

Metas e indicadores de referência (complemento técnico):

- **Trajetória:** distorção 6º–9º — base 8º ano 17,2% (2023) → reduzir à metade até 2035.
- **Conclusão:** 15–17 no Ensino Médio/concluído — base < 90% → ≥ 90% (2030); ≥ 95% (2035).
- **Equidade:** frequência indígena 15–17 no Ensino Médio — base 17,9% → convergir à média estadual até 2030.
- **Permanência:** 100% dos casos de baixa frequência acompanhados via busca ativa intersetorial.

OBJETIVO 5

Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

1. Problema do PNE

Problema 5 — Estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio não alcançam o nível adequado de aprendizado em relação ao seu ano de estudo, havendo persistentes desigualdades entre populações de baixo nível socioeconômico e em situação de

vulnerabilidade social (negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas).

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

Converge parcialmente com Santa Catarina.

Santa Catarina não reproduz o problema nacional na mesma intensidade em todas as etapas: a situação é menos crítica nos anos iniciais, porém preocupante nos anos finais, no Ensino Médio e em Matemática.

Os dados de 2023 nos Anos Iniciais ficaram próximos da meta; nos Anos Finais e, sobretudo, no Ensino Médio, há distância significativa entre resultados e metas. A rede privada supera a pública, mas também não atinge todas as metas; a rede estadual concentra os maiores desafios.

Dados estaduais de referência (complemento técnico):

- Metas do IDEB superadas até 2019; dificuldade de alcance a partir de 2021.
- Anos Finais do Ensino Fundamental: proficiência média estagnada (5,6 - 5,8 entre 2013 e 2023) apesar do aumento da aprovação - aprovação sem aprendizagem proporcional.
- Padrão de desigualdade: privada > pública; urbana > rural; Língua Portuguesa > Matemática.

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense (SED/SC, 2025).

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Santa Catarina apresenta melhor desempenho nos Anos Iniciais (próximo da meta em 2023), com desafios concentrados nos anos finais, no Ensino Médio e em Matemática, e na rede estadual. As políticas devem priorizar recomposição, Matemática, acompanhamento pedagógico e indicadores confiáveis.

Notas técnicas:

- Enfrentar o descolamento aprovação × proficiência nos Anos Finais (objetivo de “aprovação com aprendizagem”).

- Construir indicadores desagregados estaduais (raça, sexo, NSE, região), hoje ausentes.
- Focalizar rede estadual e Anos Finais/Ensino Médio, evitando metas médias que mascaram a concentração do problema.

Ref.: SANTA CATARINA. Diagnóstico da educação catarinense. Florianópolis, 2025; GT 2, 2026.

7. Síntese preliminar

Situação desejada (objetivo geral): Promover a aprendizagem adequada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, garantindo permanência, progressão e redução das desigualdades entre redes, territórios, grupos sociais e modalidades, por meio de políticas integradas, monitoráveis e orientadas por evidências.

Objetivos específicos (qualificados):

1. Elevar os níveis de aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com foco nos Anos Finais e no Ensino Médio.
2. Priorizar a melhoria da aprendizagem em Matemática.
3. Reduzir desigualdades entre redes, zonas urbana/rural, territórios, grupos sociais e modalidades.
4. Fortalecer a recomposição das aprendizagens com avaliação diagnóstica, acompanhamento contínuo e intervenções específicas.
5. Qualificar práticas pedagógicas e gestão escolar (formação continuada, planejamento coletivo, uso de resultados, apoio técnico).
6. Ampliar permanência, progressão e sucesso, reduzindo reprovação, abandono e distorção idade-série.
7. Garantir atendimento adequado a estudantes em vulnerabilidade e aos públicos da Educação Especial.
8. Aprimorar infraestrutura, recursos pedagógicos e condições de oferta, priorizando escolas e territórios vulneráveis.
9. Desenvolver indicadores estaduais confiáveis e desagregados para monitorar aprendizagem e desigualdades.
10. Promover ambientes escolares inclusivos, seguros e favoráveis à aprendizagem.

Metas e indicadores de referência (complemento técnico):

- **Anos finais:** IDEB da rede estadual — base 2023 → atingir a meta do PEE/SC até 2031.
- **Ensino Médio:** IDEB da rede estadual — convergir à meta nacional até 2033.
- **Matemática:** eliminar o hiato LP–Matemática até 2035.
- **Equidade:** reduzir hiatos entre redes/zonas/grupos em $\geq 40\%$ até 2035.

OBJETIVO 6

Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades.

1. Problema do PNE

As redes públicas de ensino, em grande parte, não oferecem experiência de educação integral em tempo integral.

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

Com base nas diretrizes e dados do 6º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (2024/2025) e no panorama nacional, apresenta-se a seguir a análise descritiva e causal do Problema 6, evidenciando as convergências e divergências de Santa Catarina (SC) em relação ao cenário brasileiro.

3.1 Análise Descritiva: O Panorama do Problema 6

O monitoramento revela um cenário crítico de descumprimento das metas legais estabelecidas para a Educação em Tempo Integral (ETI) tanto em nível nacional quanto estadual, expondo uma incapacidade das redes públicas em universalizar essa jornada. A meta estipulava o atendimento de, no mínimo, 40% dos estudantes da educação básica pública em tempo integral, abrangendo pelo menos 65% das escolas públicas.

Os Números de Santa Catarina (2024):

Percentual de Estudantes (Indicador 6A): Atingiu apenas 16,6% em 2024. Esse índice demonstra um retrocesso histórico, pois está abaixo do patamar registrado em 2015, quando o Estado alcançava 19,2%.

Percentual de Escolas (Indicador 6B): Registrou 33,9% em 2024, sofrendo uma queda acentuada em relação aos 38,6% computados no ano anterior (2023) e ficando muito distante da meta de 65%.

Desagregação por Dependência Administrativa e Etapas em Santa Catarina:

- ❑ **Rede Estadual:** Apresenta o pior desempenho, com apenas 4,0% dos estudantes em tempo integral.
- ❑ **Rede Municipal:** Mantém-se estagnada, atendendo 22,6% dos estudantes.
- ❑ **Rede Federal:** Destaca-se positivamente com 63,8% de cobertura.

- **Por Etapas:** O atendimento é severamente baixo no Ensino Médio (8,5%), nos Anos Finais do Ensino Fundamental (5,0%) e nos Anos Iniciais (9,2%). A Educação Infantil registrou uma retração grave, diminuindo de 55,2%, em 2014, para 44,0% em 2024.

3.2 Análise Causal: As Raízes do Problema

As causas que impedem a expansão da educação em tempo integral estruturam-se em fatores políticos; financeiros estruturais e de manutenção; subsistência familiar do estudante trabalhador e de gestão administrativa e pedagógica (falta de conscientização da concepção e importância da Educação Integral):

Descontinuidade e Instabilidade de Programas Federais: A forte dependência e a posterior desidratação de programas federais indutores (como o formato original do Programa Mais Educação) desestruturaram o planejamento financeiro das redes locais, gerando a tendência regressiva nas matrículas observada a partir de 2015.

Inversão de Prioridades na Educação Infantil: Pressionados a cumprir as metas de universalização do acesso e abertura de novas vagas (Meta 1), muitos municípios optaram por reduzir o atendimento integral em creches e pré-escolas para oferecer vagas em tempo parcial, sacrificando a qualidade da jornada ampliada para inflar os índices de acesso.

Limitações Estruturais e Financeiras Crônicas: A expansão esbarra em barreiras severas de infraestrutura física das escolas e na falta de mecanismos estáveis de financiamento e custeio de pessoal, inviabilizando a manutenção dos estudantes por dois turnos na mesma unidade escolar.

Ausência de levantamento, estudo e análise sobre o perfil do estudante dos jovens e adolescentes do Ensino Médio e suas necessidades e anseios.

3.3 Confronto com o Cenário Nacional: Convergências e Divergências

Ao cruzar os diagnósticos, constata-se que Santa Catarina caminha de forma sintonizada com os problemas estruturais do país, mas apresenta uma alarmante falta de tração em sua principal rede de ensino.

Pontos de Convergência (Onde Santa Catarina acompanha o Brasil):

- **O Distanciamento Geral das Metas:** Tanto o Brasil quanto Santa Catarina falharam gravemente em cumprir o teto legal de 40% de estudantes em tempo integral previsto para o encerramento do decênio dos Planos de Educação.
- **O Fenômeno de Troca na Educação Infantil:** A estratégia de converter vagas de tempo integral em parcial na Educação Infantil para dar conta da demanda por matrículas obrigatórias é uma prática nociva observada nacionalmente e fielmente reproduzida pelos municípios catarinenses.

- **Fenômeno de busca dos jovens e adolescentes:** do Ensino Médio ao mundo do trabalho, como também, uma escola que atenda à realidade e anseio destes.
- **Sensibilidade ao Financiamento da União:** A curva de matrículas do País e do Estado desenham o mesmo gráfico de declínio após o recuo do suporte financeiro e técnico da União para a jornada estendida.

Pontos de Divergência (Onde Santa Catarina se desvia do Brasil):

- **A Paralisia Isolada da Rede Estadual de Santa Catarina:** Enquanto em nível nacional o Ensino Médio em tempo integral experimentou um forte impulso nos últimos anos - puxado por programas federais de fomento e reestruturações nas redes estaduais de diversos estados -, a Rede Estadual de Santa Catarina permaneceu estagnada e isolada na lanterna nacional, oferecendo tempo integral a ínfimos 4,0% de seus estudantes em 2024.
- **Inversão do Protagonismo Local:** No panorama brasileiro geral, as redes estaduais costumam capitanear o crescimento da jornada integral nas etapas finais da educação básica. Em Santa Catarina, ocorre uma distorção reversa: as redes municipais (22,6%), mesmo enfrentando dificuldades, entregam proporcionalmente muito mais tempo integral do que o próprio Estado (4,0%).
- **Elaboração:** Matrizes curriculares diversas, buscando uma realidade ao protagonismo regional local.
- **Descolamento da Rede Federal:** A rede federal de ensino situada em Santa Catarina (IFs) opera de forma totalmente divergente do ecossistema público estadual e municipal local, atingindo 63,8% de matrículas em tempo integral e superando as próprias expectativas da meta legal isoladamente.

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

7. Síntese preliminar

Para responder à pergunta "Qual é a situação educacional que queremos em Santa Catarina?", no âmbito da Educação em Tempo Integral (ETI), é necessário transformar o diagnóstico de estagnação, retração e desigualdade em metas claras de superação. A situação ideal desejada para Santa Catarina é uma rede pública que garanta a ampliação

da jornada escolar com qualidade equitativa, sustentabilidade financeira e infraestrutura adequada em todas as esferas administrativas.

Com base no panorama descritivo e causal do Estado, apresentam-se os **Objetivos Estratégicos** para reverter o problema e alcançar a situação educacional desejada, ampliar o acesso e a permanência dos estudantes da rede pública em Educação em Tempo Integral, assegurando qualidade, equidade, infraestrutura adequada e intencionalidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

Objetivo 1: Retomada e Expansão Acelerada da Rede Estadual de Ensino

Cenário Desejado: Superar a paralisia da rede estadual (que atende apenas 4,0% dos estudantes em ETI) e alinhá-la ao movimento de expansão nacional, priorizando os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Ações Estratégicas:

- Instituir um programa estadual robusto de fomento à Educação em Tempo Integral, com orçamento próprio e contínuo, reduzindo a dependência exclusiva de repasses voluntários e oscilantes da União.
- Planejar a conversão gradual das escolas estaduais tradicionais para o modelo de tempo integral, estabelecendo metas anuais escalonadas para atingir o teto legal de 40% de atendimento dos estudantes.
- Mobilização e conscientização da importância da concepção da Educação Integral por meio de formações, campanhas, concursos e outros.
- Implantar e oferecer matrizes curriculares diversas, buscando atender os anseios dos jovens e adolescentes do Ensino Médio, bem como ao protagonismo regional local.

Objetivo 2: Reversão da Retração de Vagas Integrais na Educação Infantil

Cenário Desejado: Garantir que a universalização do acesso e a abertura de novas vagas na Educação Infantil (creche e pré-escola) não aconteçam às custas do sacrifício da jornada integral.

Ações Estratégicas:

- Cessar a política de conversão de turmas de tempo integral em tempo parcial nas redes municipais de ensino.
- Apoiar técnica e financeiramente os municípios para que planejem a expansão de suas redes de forma dupla: garantindo o acesso (Meta 1) concomitantemente com a oferta de tempo integral para as famílias que necessitam, blindando o atendimento que já recuou para 44,0%.

Estratégia 3: Adequação da Infraestrutura Escolar e Governança Federativa

Cenário Desejado: Garantir que as escolas públicas possuam condições físicas, arquitetônicas e de pessoal adequadas para receber e fixar os estudantes com dignidade e segurança por dois turnos.

Ações Estratégicas:

- Criar uma linha de crédito e investimento estadual destinada à reforma, ampliação e adaptação de refeitórios, quadras poliesportivas, laboratórios e salas de convivência nas escolas elegíveis para o tempo integral.
- Fortalecer o Regime de Colaboração entre o Estado e os Municípios para o compartilhamento de tecnologias pedagógicas, formação continuada de professores para a jornada ampliada e otimização das redes de transporte escolar e segurança alimentar.
- Prever e distribuir uma parcela financeira diretamente para a unidade escolar administrar e atender seus problemas locais.

Estratégia 4: Promoção da Equidade no Atendimento

Cenário Desejado: Romper o isolamento de "ilhas de excelência" (como a rede federal que atende 63,8%) e universalizar o padrão de qualidade da educação integral para os estudantes das periferias urbanas e de regiões historicamente desassistidas.

Ações Estratégicas:

- Priorizar a implantação de turmas e escolas de tempo integral em territórios com maior índice de vulnerabilidade social e baixo IDEB.
- Promover a articulação intersetorial (educação, assistência social, cultura, trabalho e esporte) para que o currículo de tempo integral ofereça vivências significativas de cidadania, esporte e cultura, em vez de apenas replicar a carga horária regular em dois turnos.

OBJETIVO 7

Promover a educação digital com a garantia de conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos, inclusive com redes internas wi-fi, e dos conteúdos das 3 (três) dimensões estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, para aprendizagem das suas competências e habilidades de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa, e a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação, para melhoria da aprendizagem, equidade e inclusão.

1. Problema do PNE

Limitação de acesso de qualidade à rede mundial de computadores (internet) para uso pedagógico e desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital.

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

Converge com Santa Catarina.

Causa Crítica 1 — Infraestrutura tecnológica desigual: Diferenças entre redes, territórios e unidades quanto à velocidade/estabilidade da conexão, disponibilidade e manutenção de equipamentos e adequação dos ambientes, especialmente em áreas rurais.

Causa Crítica 2 — Formação docente para uso pedagógico: Disponibilizar equipamentos não basta: persistem lacunas na formação inicial e continuada para cultura digital, metodologias ativas, produção de conteúdos, plataformas, IA, segurança e cidadania digital.

Causa Crítica 3 — Desigualdade de acesso/uso entre estudantes: Diferenças socioeconômicas no acesso a dispositivos e à internet domiciliar ampliam desigualdades, afetando mais as populações vulnerabilizadas.

Causa Crítica 4 — Cidadania digital incipiente: Ações sistemáticas de segurança, proteção de dados, combate à desinformação e uso crítico ainda são limitadas.

Dados estaduais de referência (complemento técnico):

- Acesso à internet nas escolas quase universalizado, com índice residual não coberto (casos rurais).
- Gargalo entre a conexão “na porta da escola” e o sinal efetivo no ponto de uso (cabeamento/Wi-Fi/equipamentos).
- “Aprendizagem em educação digital” sem métrica consolidada; BNCC Computação obrigatória a partir de 2026.

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense (SED/SC, 2025); TIC Educação 2022.

O Problema Nacional - “Limitação de acesso e de qualidade à rede mundial de computadores (internet) para uso pedagógico e desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital” - converge parcialmente com a realidade de Santa Catarina.

Embora Santa Catarina apresente indicadores mais favoráveis de conectividade escolar quando comparados à média nacional, especialmente em relação à cobertura de internet

e disponibilidade de infraestrutura básica, os desafios identificados no diagnóstico estadual dialogam, diretamente, com as preocupações nacionais relativas à qualidade da conexão, ao uso pedagógico das tecnologias e à formação para a cidadania digital.

Aspectos de convergência:

- Há convergência no entendimento de que o simples acesso à internet não garante a efetiva integração das tecnologias ao processo educativo. Tanto o diagnóstico nacional quanto o estadual apontam que a qualidade da conectividade é um fator determinante para o desenvolvimento da educação digital. Em Santa Catarina, observa-se que, apesar da ampla cobertura de internet nas escolas, persistem problemas relacionados à infraestrutura interna das unidades escolares, tais como cabeamento inadequado, equipamentos obsoletos e limitações na distribuição do sinal Wi-Fi, comprometendo o uso pedagógico dos recursos tecnológicos.
- Outro ponto convergente refere-se à necessidade de fortalecimento da educação digital e do desenvolvimento das competências digitais dos estudantes. O diagnóstico catarinense evidencia que, ainda, não há métricas consolidadas para avaliar a aprendizagem em educação digital, ao mesmo tempo em que destaca os desafios da implementação da BNCC Computação e da consolidação curricular dessa temática, situação que, também, se relaciona ao objetivo nacional de promover a cidadania digital.
- A formação docente constitui igualmente um elemento de convergência. O diagnóstico estadual reconhece a necessidade de ampliar a formação inicial e continuada dos professores para o desenvolvimento de competências digitais, condição considerada essencial para o processo pedagógico de planejamento, execução e avaliação mais sólido, de qualidade e voltado à realidade dos estudantes para que possam alcançar níveis adequados de aprendizagem e utilização crítica, reflexiva e ética das tecnologias.

Aspectos de divergência:

- As principais divergências decorrem das causas estruturais que fundamentam o problema nacional. O diagnóstico nacional associa a limitação de acesso à internet, sobretudo, às características geográficas da Região Norte, onde há escolas sem energia elétrica, dificuldades de infraestrutura de telecomunicações, dependência de conexões via satélite e altos custos logísticos para atendimento de comunidades isoladas.
- Em Santa Catarina, essas limitações não constituem um problema estrutural predominante. O Estado já alcançou níveis elevados de cobertura de conectividade e não enfrenta, em larga escala, dificuldades relacionadas à ausência de energia elétrica ou à inviabilidade geográfica de acesso às redes de telecomunicações. Assim, o foco do desafio catarinense desloca-se da ampliação do acesso para a qualificação da infraestrutura existente, a renovação tecnológica dos equipamentos, a ampliação da conectividade nos ambientes pedagógicos e a formação dos profissionais da educação.

Síntese:

- Pode-se afirmar que, o problema nacional e o diagnóstico catarinense apresentam convergência parcial. Ambos reconhecem a importância da conectividade, da educação digital e da formação docente para o exercício da cidadania digital e para a inovação pedagógica. Entretanto, divergem quanto à natureza das causas predominantes: enquanto o cenário nacional enfatiza dificuldades estruturais de acesso à internet e energia elétrica, especialmente em regiões remotas do país, Santa Catarina enfrenta desafios mais relacionados à qualidade da infraestrutura tecnológica, à atualização de equipamentos, à implementação curricular da educação digital e ao fortalecimento das competências digitais de professores e estudantes.

OBS: Grau de convergência: Parcial (alta convergência nos objetivos e desafios pedagógicos; divergência nas causas estruturais de acesso e conectividade).

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Em Santa Catarina, o problema deslocou-se do acesso para a qualidade e o uso pedagógico. A conectividade depende de rede interna, não apenas da contratação do link.

Notas técnicas:

- Criar a métrica antes da meta: sem instrumento, a Meta 7.b é inverificável.
- Vincular a BNCC Computação à licenciatura específica e à formação continuada.
- Tratar “porta da escola vs. ponto de uso” como causa autônoma (investimento em rede interna).

Observações gerais:

A consolidação da Educação Digital na rede estadual de ensino exige uma abordagem sistêmica e integrada, articulando infraestrutura tecnológica, conectividade, acesso a dispositivos, currículo, formação dos profissionais da educação, inovação pedagógica, cidadania digital e processos permanentes de monitoramento e avaliação. Embora Santa Catarina apresente avanços significativos em indicadores de acesso à internet e disponibilidade de recursos tecnológicos, persistem desafios relacionados à equidade de acesso, à qualidade e atualização da infraestrutura, ao fortalecimento das competências digitais de

estudantes e profissionais da educação e à efetiva integração das tecnologias aos processos de ensino e aprendizagem.

- A conectividade e a infraestrutura tecnológica constituem condições essenciais para a implementação das políticas de Educação Digital, devendo assegurar ambientes adequados para o uso pedagógico das tecnologias, com acesso estável, equipamentos atualizados e suporte técnico permanente. Da mesma forma, a ampliação do acesso aos dispositivos tecnológicos é fundamental para promover a inclusão digital e reduzir desigualdades educacionais, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades efetivas de participação na cultura digital.
- No campo pedagógico, a Educação Digital deve ser compreendida como elemento estruturante da formação integral, incorporando competências relacionadas ao pensamento computacional, letramento digital, programação, cultura digital, resolução de problemas e uso ético e crítico das tecnologias, em consonância com a Política Nacional de Educação Digital, a BNCC Computação e o Currículo Base do Território Catarinense.
- Além disso, a Educação Digital desempenha papel estratégico na promoção da cidadania digital, contribuindo para a formação de estudantes capazes de utilizar as tecnologias com responsabilidade, segurança, ética, respeito à diversidade e consciência crítica frente aos desafios da sociedade contemporânea, como a desinformação e a proteção de dados.
- No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades educativas por meio de oficinas, laboratórios, projetos de inovação, cultura maker, robótica educacional, programação e práticas investigativas, favorecendo o protagonismo estudantil, a criatividade, a colaboração e o desenvolvimento de competências para o século XXI. Por fim, a efetividade dessas políticas depende da implementação de mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação, capazes de produzir evidências, orientar investimentos, qualificar a tomada de decisões e acompanhar tanto as condições de acesso quanto o desenvolvimento das competências digitais dos estudantes e a integração das tecnologias às práticas pedagógicas, assegurando uma educação pública de qualidade, equitativa e alinhada às transformações da sociedade digital.

7. Síntese preliminar

Situação desejada (objetivo geral): Garantir acesso equitativo à internet de qualidade, recursos tecnológicos adequados e desenvolvimento de competências digitais, com integração pedagógica das tecnologias e exercício pleno da cidadania digital.

Objetivos específicos (qualificados):

1. Universalizar a conectividade útil no ponto de uso pedagógico (não apenas o link na escola), com Wi-Fi estável.

2. Ampliar e modernizar a infraestrutura e os dispositivos, com política permanente de renovação e suporte técnico.
3. Assegurar acessibilidade digital a estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.
4. Fortalecer a formação inicial e continuada para o uso pedagógico, crítico e inovador das tecnologias.
5. Integrar as TDIC ao currículo e implementar a BNCC Computação com docentes habilitados.
6. Desenvolver competências digitais dos estudantes e implementar a educação para a cidadania digital, segurança e proteção de dados.
7. Promover o combate à desinformação e o uso responsável de tecnologias emergentes (incl. IA).
8. Reduzir desigualdades de acesso/uso entre territórios, grupos e modalidades.
9. Estimular a produção de recursos educacionais digitais alinhados ao CBTC e fortalecer parcerias interinstitucionais.
10. Monitorar e avaliar as políticas de conectividade, inclusão e competências digitais.

Metas e indicadores de referência (complemento técnico):

- **Conectividade útil:** % de salas com Wi-Fi estável → 100% das escolas estaduais até 2030.
- **BNCC Computação:** % de turmas com docente habilitado → 100% até 2030.
- **Métrica 7.b:** Definir instrumento de medição de competências digitais até 2027 (pré-requisito da meta de 60%).

Considerando o problema estadual identificado:

“Apesar dos avanços na conectividade e na oferta de recursos digitais, a educação catarinense, ainda, enfrenta lacunas significativas na universalização e qualidade do acesso às tecnologias, na atualização e distribuição de equipamentos, na formação docente e na consolidação curricular da educação digital, o que compromete a efetiva integração das tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem.”

Somando-se à esta questão mais a pergunta orientadora: *“Qual é a situação educacional que queremos em Santa Catarina?”*

Situação Educacional Desejada:

- Deseja-se uma educação catarinense em que todas as unidades escolares disponham de conectividade de qualidade, infraestrutura tecnológica adequada e recursos digitais atualizados, assegurando condições equitativas para o desenvolvimento das aprendizagens. Espera-se que professores, gestores e demais profissionais da educação possuam competências digitais que lhes permitam integrar as tecnologias de forma crítica, criativa, ética e inovadora aos processos pedagógicos.

- Busca-se que a Educação Digital esteja plenamente integrada ao currículo escolar, em consonância com a BNCC Computação, a Política Nacional de Educação Digital e o Currículo Base do Território Catarinense, garantindo que todos os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao pensamento computacional, à cultura digital, ao letramento digital, à cidadania digital e à resolução de problemas.
- Pretende-se que as tecnologias digitais sejam utilizadas como instrumentos de ampliação das oportunidades educacionais, promovendo autoria, criatividade, inovação, colaboração e protagonismo estudantil. No contexto da Educação em Tempo Integral, almeja-se a ampliação dos tempos, espaços e experiências de aprendizagem por meio de projetos, oficinas, laboratórios, práticas investigativas e ações interdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.
- Como resultado, espera-se consolidar uma educação pública capaz de formar cidadãos preparados para participar de forma crítica, ética e responsável da sociedade digital, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de Santa Catarina.

Podemos, desta forma, formular os seguintes objetivos:

Objetivos:

- Promover uma política educacional integrada que articule infraestrutura, conectividade, recursos tecnológicos, currículo, formação docente e acompanhamento pedagógico, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades efetivas de desenvolver competências digitais essenciais para a aprendizagem, a cidadania, a inovação e o mundo do trabalho.
- Garantir que todos os estudantes da rede catarinense tenham acesso equitativo às tecnologias digitais e desenvolvam competências para o uso crítico, ético, criativo e seguro das tecnologias da informação e comunicação, por meio de infraestrutura adequada, formação docente qualificada, integração curricular da Educação Digital e ampliação das oportunidades de aprendizagem no contexto da Educação em Tempo Integral.
- Investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, fortalecendo sua capacidade de integrar as tecnologias às práticas pedagógicas de forma inovadora, crítica e significativa.

OBJETIVO 8

Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.

1. Problema do PNE

O diagnóstico catarinense não apresenta, até o momento, indicadores ou problemas específicos relacionados à Educação Ambiental e às Mudanças Climáticas. A proposição decorre da convergência com o novo Objetivo 8 do PNE (Lei nº 15.388/2026) e da necessidade de incorporar a temática socioambiental como prioridade estratégica do Estado.

Objetivo 8 - novo (Lei nº 15.388/2026) [GT7] Não foi contemplado no Diagnóstico Nacional

Problema Educação Ambiental

Não foi contemplado no Diagnóstico Nacional.

2. Diagnóstico PNE

Não foi contemplado no Diagnóstico Nacional

3. Diagnóstico SED - SC

Sem diagnóstico estadual de partida.

Diferentemente dos demais, este objetivo não possui problema correspondente no diagnóstico nacional nem indicadores no diagnóstico catarinense. Foi introduzido pela Lei nº 15.388/2026. A incorporação é juridicamente obrigatória e tecnicamente correta.

Encaminhamento (complemento técnico):

- Partir do vazio diagnóstico exige, como primeira ação, a construção da linha de base estadual.
- Santa Catarina tem alta exposição a eventos climáticos extremos (enchentes, ciclones, deslizamentos) - a educação climática deve dialogar com a Defesa Civil e o território.

A promoção da educação (sócio) ambiental e do enfrentamento às mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino converge totalmente com as diretrizes e políticas de Santa Catarina. O Estado possui arcabouços legais específicos que exigem a integração desses temas nos currículos escolares.

O problema se alinha à realidade catarinense por meio dos seguintes pontos de convergência:

- **Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA):** Instituída pela Lei Estadual nº 13.558/2005, determina que a educação ambiental seja componente essencial, permanente e obrigatório em todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Núcleo de Educação Ambiental (NEA):** Instituído pela SED para efetivar ações voltadas a uma compreensão global e crítica do ambiente voltada à conservação adequada do meio ambiente, à eliminação da pobreza extrema, ao combate à fome e ao desperdício de alimentos e à construção de relações

culturais capazes de incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais).

- **Prevenção e Adaptação:** O Código Estadual do Meio Ambiente e a Política Estadual de Mudanças Climáticas exigem a conscientização da sociedade e o desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação a eventos climáticos extremos, realidade frequente e prioritária para Santa Catarina (como enchentes e estiagens).

NOTA: Como o objetivo é comum, o desafio atual não é divergir, mas sim tornar a prática pedagógica mais efetiva e atualizada diante da crise climática.

4. Relatório CEMAPEESC

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Embora os diagnósticos analisados não apresentem referências específicas, a inclusão do tema como objetivo do PNE aponta a necessidade de sua incorporação às políticas catarinenses, articulada ao currículo, à formação e à gestão escolar.

Notas técnicas:

- Posicionar a EA como eixo transversal (não disciplina isolada), articulada ao Obj. 5 via projetos investigativos.
- Definir linha de base antes das metas: é a condição para torná-las verificáveis.

Observação Geral:

- A implementação destes objetivos deve estar fundamentada nos princípios da Educação Integral e da Educação em Tempo Integral, compreendendo que o processo educativo vai além da ampliação da jornada escolar e busca promover o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética, ambiental e cidadã. Nesse contexto, a Educação Ambiental e a Educação para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas constituem componentes estratégicos da formação integral, pois possibilitam aos estudantes compreender as relações entre sociedade, natureza, economia e cultura, desenvolvendo uma visão crítica e responsável sobre os desafios contemporâneos.
- A Educação em Tempo Integral oferece condições privilegiadas para a realização de experiências educativas diversificadas, interdisciplinares e contextualizadas, articulando currículo, território e comunidade. Por meio da

ampliação dos tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, torna-se possível desenvolver projetos, pesquisas, práticas de campo, ações comunitárias e vivências que fortaleçam o protagonismo estudantil, a participação social e o compromisso com a sustentabilidade.

- Considerando os impactos cada vez mais frequentes das mudanças climáticas em Santa Catarina, como enchentes, estiagens, deslizamentos e outros eventos extremos, as escolas assumem papel fundamental na formação de cidadãos capazes de compreender os riscos socioambientais, atuar na prevenção de desastres, contribuir para a adaptação climática e participar da construção de soluções sustentáveis para seus territórios. Dessa forma, a educação passa a desempenhar função estratégica na promoção da resiliência das comunidades e na proteção da vida.
- Além disso, a efetivação desses objetivos requer a integração entre diferentes políticas públicas, a formação continuada dos profissionais da educação, o fortalecimento das parcerias com famílias, comunidades, instituições de pesquisa, órgãos ambientais e demais atores sociais. Essa articulação amplia as possibilidades educativas e fortalece a construção de uma cultura de sustentabilidade baseada na corresponsabilidade, na justiça socioambiental e no respeito à diversidade.
- Assim, espera-se que as escolas de Educação em Tempo Integral se consolidem como espaços educadores sustentáveis, capazes de promover aprendizagens significativas e transformadoras, formando estudantes conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com a preservação ambiental, preparados para enfrentar os desafios climáticos do presente e do futuro e engajados na construção de sociedades mais justas, inclusivas, democráticas, sustentáveis e resilientes.

Identificação dos problemas em SC:

- Infraestrutura Escolar e Acesso à Natureza.
- Formação Inicial e Continuada de Professores em Sustentabilidade.
- Injustiça Climática e Populações Vulneráveis
- Articulação Intersetorial e Participação Comunitária

Diagnóstico apresentado pelo GT:

Grande parte das escolas públicas brasileiras ainda carece de infraestrutura básica (como esgotamento sanitário, água potável, parques e áreas verdes). Na Educação Infantil, por exemplo, 59% das escolas não têm rede de esgoto e 36% não possuem abastecimento público de água. Há ainda, carência de áreas verdes, hortas pedagógicas, espaços de convivência ao ar livre e estruturas voltadas à sustentabilidade (como gestão de resíduos e captação de água da chuva). Também ressalta-se a dificuldade de integrar o ambiente físico da escola como um espaço educador sustentável.

Há um déficit acentuado na formação docente. Mais de um terço dos professores leciona sem formação adequada, e na Educação Infantil apenas 60,7% possuem a habilitação ideal. Grande parte dos profissionais da educação não recebe preparação específica ou transversal sobre Educação Ambiental e emergências climáticas ao longo de sua trajetória. Há acentuada precarização na formação prática decorrente do crescimento desordenado de cursos a distância (EAD) sem articulação com a realidade comunitária e territorial.

As populações do campo, indígenas e quilombolas enfrentam sérias barreiras de infraestrutura, distorção idade-série e falta de material didático adaptado. Os impactos do desequilíbrio ambiental e das mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as populações periféricas, do campo, indígenas e quilombolas. Identifica-se a urgência de integrar a Justiça Climática às políticas educacionais, capacitando as comunidades para a prevenção e resposta a desastres socioambientais e garantindo materiais didáticos contextuais.

Aponta fragilidade na representação social, baixo funcionamento de conselhos escolares e grêmios estudantis. Falta de integração efetiva entre as secretarias de Educação, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social no nível local/territorial. Baixo engajamento comunitário e pouca institucionalização de espaços de participação ativa dos estudantes em causas ambientais.

A EA não pode ficar restrita à teoria. O PEE-SC deve prever metas e estratégias de infraestrutura sustentável, tais como:

- Adequação sanitária e ambiental dos prédios escolares.
- Criação e manutenção de hortas escolares, espaços arborizados e captação de água da chuva.
- Garantia de espaços ao ar livre seguros para práticas pedagógicas, inclusive na Primeira Infância e nas escolas do campo.
- Garantia da infraestrutura das escolas para a garantia do conforto térmico e segurança, combater problemas estruturais que precarizam as condições de trabalho e a vida dos estudantes e profissionais da educação e o processo de aprendizagem.
- Criar linha de repasse e incentivo financeiro direto às unidades escolares destinada exclusivamente a intervenções de sustentabilidade, ecotelhas, manejo de resíduos e infraestrutura verde.
- Garantir rubrica orçamentária própria/autonomia financeira para as escolas implementarem as tecnologias sociais verdes.

Necessidade de o PEE-SC prever uma estratégia sólida de formação continuada em EA:

- Buscar e implementar parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) e Universidades Comunitárias de Santa Catarina para capacitação prática e crítica em sustentabilidade.

- Promover formação continuada dos profissionais da educação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental crítica e interdisciplinar.
- Instituir programas de formação continuada, com diferentes formatos, estratégias e duração, que estimulem e formem educadores (as) a compreenderem de forma mais profunda e crítica a emergência climática, a (in) justiça ambiental, o racismo ambiental e a desenvolverem ações transformadoras em seus território.

A Educação Ambiental no PEE-SC deve incorporar a perspectiva da Justiça Climática e Socioambiental:

É fundamental prever ações específicas para: As escolas do campo, indígenas e quilombolas de Santa Catarina, valorizando os saberes tradicionais e a conservação comunitária. O enfrentamento dos impactos dos desastres socioambientais e climáticos que afetam desproporcionalmente as periferias e áreas de risco nos municípios catarinenses.

Estimular ações de gestão sustentável nas unidades escolares, como uso racional da água e da energia, gestão de resíduos sólidos, hortas escolares e recuperação de áreas degradadas.

Incentivar projetos pedagógicos voltados à realidade socioambiental local, valorizando os conhecimentos tradicionais e a participação da comunidade escolar.

Garantir que a Educação Ambiental seja tratada como tema transversal em todas as etapas e modalidades da educação básica, promovendo a sustentabilidade, a conservação da biodiversidade e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Garantir visibilidade e reconhecimento de boas práticas em educação ambiental, inspirando as escolas a se engajar e inovar em suas abordagens para o enfrentamento da emergência climática.

Garantir e estimular a participação da comunidade nos processos permanentes de aprendizagem e no planejamento de ações no território.

Integrar as atividades de EA com as de Redução de Riscos e Desastres e Ciência cidadã para enfrentamento do cenário de emergência climática no Estado;

Potencializar nos espaços escolares e não escolares, territórios e comunidades as políticas públicas de Educação Ambiental, de Proteção e Defesa Civil e dos Planos de Adaptação à Mudança do Clima, suas estratégias, metodologias participativas, de Ciência Cidadã e suas ações;

A Educação Ambiental é um vetor poderoso para o engajamento comunitário:

O PEE-SC necessita prever a criação de Comissões do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, estimulando a participação ativa de estudantes (grêmios) e pais (APP's/Conselhos Escolares) no diagnóstico e resolução de problemas ambientais locais.

Promover uma visão integrada das dimensões social, ambiental, econômica e de gestão, com vistas ao desenvolvimento de estratégias de mitigação dos impactos da emergência climática.

Estratégias do novo PNE e as Ações que Santa Catarina já realiza:

8.13 - Elaborar e disseminar, em regime de colaboração e em parceria com a Defesa Civil e órgãos públicos, protocolos de segurança e planos escolares de prevenção e resposta a emergências climáticas.

Ação: Em atendimento à Lei nº 19.282, o Comitê Técnico-Científico da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina (CTC/SDC) elaborou o modelo editável do PlanCon Edu Multiriscos, o Guia Conceitual para Elaboração do PlanCon e o Manual para Implementação dos Comitês Municipais e Regionais de Segurança Escolar. Em parceria com o Comitê Integrado da Alesc, composto por instituições como SED, Undime, Fecam, Sinepe e SDC, entre outras, iniciou-se, em janeiro de 2026, a capacitação dos gestores escolares da rede estadual. Na sequência, foram realizados seminários regionais destinados à formação das redes de ensino, segurança pública, saúde e assistência social, com foco na implantação do PlanCon Edu Multiriscos. Aproximadamente 4 mil pessoas já foram capacitadas, e os planos encontram-se em processo de elaboração nas unidades educativas.

8.21 - Promover programas de formação continuada em educação ambiental para o corpo docente e demais profissionais da educação, com ênfase em sustentabilidade, biodiversidade e prevenção, mitigação e adaptação a desastres socioambientais e emergências climáticas.

Ação: O Programa Defesa Civil na Escola forma anualmente professores de diferentes disciplinas, que atuam nos 6ºs e 7ºs anos do ensino fundamental, para atuarem como multiplicadores e disseminadores da educação para redução de riscos e desastres, incluindo na formação temáticas de sustentabilidade, meio ambiente, prevenção, mitigação e adaptação a desastres socioambientais e emergências climáticas. A SED é parceira da SDC na formação e implantação do PDCE no Estado. Atualmente temos 3500 professores em formação, 290 municípios e 1587 escolas. Escolas estaduais: 807, em 267 municípios, 2108 professores e 46.596 estudantes.

8.15 - Implementar estratégias pedagógicas em educação ambiental que promovam a integração entre saberes e a transversalidade entre as áreas de conhecimento.

Ação: A estratégia pedagógica utilizada no PDCE possibilita a integração, a transversalidade entre as áreas de conhecimento e a curricularização da temática de redução de riscos no âmbito escolar em consonância com as competências da BNCC/CBTC.

8.24 - Incentivar a criação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas instituições de ensino e assegurar seu funcionamento.

Ação: A criação e a implementação dos Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil e a sua vinculação ao Com-Vida possibilitam a atuação dos estudantes como multiplicadores, protagonistas e agentes de cidadania climática. Os Nepdecs exigem a criação por meio de ata e regimento interno e quando criados a escola recebe os coletes de identidade dos núcleos.

No que se refere ao diagnóstico de escolas afetadas por desastres em Santa Catarina recomenda-se urgência:

Estratégia 8.5 - Estabelecer referenciais nacionais e regionais de infraestrutura física e instalações escolares que atendam a padrões de sustentabilidade socioambiental e de adaptação às mudanças do clima.

Estratégia 8.6 - Estabelecer referencial para construção, adaptação e realocação de instalações escolares que considerem riscos geológicos e hidrológicos, em razão da emergência climática.

Segundo diagnóstico apresentado pelo grupo (Diagnóstico - SED/SC):

Em Santa Catarina, a Educação Ambiental é reconhecida como um componente transversal e interdisciplinar indispensável no Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). Assim, a EA não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas sim integrada ao cotidiano escolar e ao planejamento pedagógico (PPPs), articulando o conhecimento científico à preservação dos biomas locais e à convivência com a dinâmica socioambiental catarinense.

Resiliência Climática e Gestão de Riscos de Desastres: Cenário Regional: Santa Catarina é um dos estados brasileiros mais afetados por eventos climáticos extremos (enchentes, enxurradas, deslizamentos e vendavais).

Conservação da Biodiversidade vs. Desenvolvimento Regional: Cenário Regional: O Estado possui grande diversidade biológica (biomas Mata Atlântica e Floresta de Araucárias, além de ecossistemas costeiros e marinhos), combinada com forte atividade agropecuária, industrial e de construção civil.

Espaços Educadores Sustentáveis nas Escolas: Embora Santa Catarina apresente indicadores sociais e educacionais acima da média nacional, ainda há disparidades na infraestrutura física das unidades escolares entre as regiões (como o Oeste, o Planalto Norte, a Serra e o Litoral). Há escassez de tecnologias sociais sustentáveis instaladas nas escolas estaduais e municipais (como captação de água da chuva, hortas escolares continuadas, sistemas de compostagem e destinação adequada de resíduos sólidos).

Formação e Práxis Docente: Implementação do CBTC: Apesar de a legislação estadual e o Currículo Base exigirem a presença da EA em todas as etapas e

modalidades de ensino, a prática pedagógica em muitas escolas ainda fica restrita a ações pontuais em datas comemorativas (ex: Semana do Meio Ambiente).

DIAGNÓSTICO DO ATLAS DE DESASTRES (Período de 2015 a 2025):

- Foram registrados 2.571 impactos sobre instalações públicas de ensino em Santa Catarina entre 2015 e 2025: 2.297 unidades danificadas e 274 destruídas, distribuídas por 655 protocolos e 219 municípios.

7. Síntese preliminar

Situação desejada (objetivo geral): Garantir que todas as instituições de Educação Básica implementem a Educação Ambiental e Climática de forma permanente, transversal e articulada ao currículo, à formação dos profissionais e à gestão escolar, promovendo conhecimentos, competências e atitudes voltadas à sustentabilidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Objetivos específicos qualificados

1. Levantar a linha de base estadual de educação ambiental e climática (1ª ação).
 2. Assegurar a implementação da EA e da educação climática nos currículos, em consonância com a BNCC e as especificidades catarinenses.
 3. Garantir que os PPP contemplem ações permanentes de EA, sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas.
 4. Ampliar a formação inicial e continuada para práticas de sustentabilidade e cidadania ambiental.
 5. Promover competências socioambientais dos estudantes (projetos de investigação, inovação e protagonismo).
 6. Articular escolas, universidades, órgãos ambientais, Defesa Civil e sociedade civil.
 7. Implementar monitoramento e avaliação da EA, com indicadores e metas próprias.
- ▶ Metas e indicadores de referência (complemento técnico)
 - Linha de base: diagnóstico estadual de práticas de EA concluído até 2027.
 - Currículo/PPP: 100% dos PPP com ações permanentes de EA até 2031.
 - Monitoramento: painel estadual de EA operante até 2028.

[GT3]

Situação Educacional Desejada:

"Escolas de Educação em Tempo Integral que promovam a formação integral dos estudantes por meio de práticas educativas sustentáveis, integradas ao currículo e ao território, desenvolvendo conhecimentos, valores, atitudes e competências para a construção de sociedades mais justas, resilientes e ambientalmente responsáveis diante dos desafios das mudanças climáticas."

Importância:

Essa situação educacional desejada está alinhada às diretrizes da Educação Integral, à Política Nacional de Educação Ambiental, à Política Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina e às demandas contemporâneas relacionadas à emergência climática.

A formação integral pressupõe o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões cognitiva, social, emocional, ética, cultural e ambiental. Nesse contexto, a Educação Ambiental e a Educação Climática constituem elementos fundamentais para a compreensão das relações entre sociedade e natureza e para a construção de uma cultura de sustentabilidade.

Além disso, diante dos frequentes impactos socioambientais enfrentados por Santa Catarina, torna-se necessário que as escolas sejam espaços de formação para a prevenção de riscos, a adaptação às mudanças climáticas e o fortalecimento da cidadania socioambiental. A Educação em Tempo Integral oferece condições privilegiadas para o desenvolvimento dessas ações, ampliando oportunidades de aprendizagem, participação comunitária e protagonismo estudantil.

Assim, a situação desejada busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação capaz de prepará-los para atuar de forma crítica, responsável e transformadora em seus territórios e na sociedade.

Objetivo

Promover a integração da Educação Ambiental e da Educação para o Enfrentamento das Emergências Climáticas nas escolas de Educação em Tempo Integral de Santa Catarina, fortalecendo a formação integral dos estudantes por meio de práticas pedagógicas interdisciplinares, contextualizadas, participativas e comprometidas com a sustentabilidade, a justiça socioambiental, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo – *Proposição do GT*

Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.

1. Problemas do PNE

Não foi contemplado no Diagnóstico Nacional.

2. Diagnóstico PNE

Não foi contemplado no Diagnóstico Nacional.

3. Diagnóstico SED - SC

Não foi contemplado no Diagnóstico Estadual

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há dados específicos.

5. PaineL Lume

Não há dados específicos.

6. Outras fontes

Não há dados específicos.

7. Síntese preliminar

Identificação dos problemas em Santa Catarina

- Infraestrutura Escolar e Acesso à Natureza.
- Formação Inicial e Continuada de Professores em Sustentabilidade.
- Injustiça Climática e Populações Vulneráveis.
- Articulação Intersetorial e Participação Comunitária.

Diagnóstico apresentado pelo GT

Infraestrutura Escolar e Acesso à Natureza

Grande parte das escolas públicas brasileiras ainda carece de infraestrutura básica (como esgotamento sanitário, água potável, parques e áreas verdes). Na Educação Infantil, por exemplo, 59% das escolas não têm rede de esgoto e 36% não possuem abastecimento público de água. Há ainda, carência de áreas verdes, hortas pedagógicas, espaços de convivência ao ar livre e estruturas voltadas à sustentabilidade (como gestão de resíduos e captação de água da chuva). Também ressalta-se a dificuldade de integrar o ambiente físico da escola como um espaço educador sustentável.

Formação Inicial e Continuada de Professores em Sustentabilidade

Há um déficit acentuado na formação docente. Mais de um terço dos professores leciona sem formação adequada, e na Educação Infantil apenas 60,7% possuem a habilitação ideal. Grande parte dos profissionais da educação não recebe preparação específica ou transversal sobre Educação Ambiental e emergências climáticas ao longo de sua trajetória. Há acentuada precarização na formação prática decorrente do crescimento desordenado de cursos a distância (EAD) sem articulação com a realidade comunitária e territorial.

Injustiça Climática e Populações Vulneráveis

As populações do campo, indígenas e quilombolas enfrentam sérias barreiras de infraestrutura, distorção idade-série e falta de material didático adaptado. Os impactos do desequilíbrio ambiental e das mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as populações periféricas, do campo, indígenas e quilombolas. Identifica-se a urgência de integrar a Justiça Climática às políticas educacionais, capacitando as comunidades para a prevenção e resposta a desastres socioambientais e garantindo materiais didáticos contextuais.

Articulação Intersetorial e Participação Comunitária

Aponta fragilidade na representação social, baixo funcionamento de conselhos escolares e grêmios estudantis. Falta de integração efetiva entre as secretarias de Educação, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social no nível local/territorial. Baixo engajamento

comunitário e pouca institucionalização de espaços de participação ativa dos estudantes em causas ambientais.

Encaminhamentos e Propostas do GT

A EA não pode ficar restrita à teoria. O PEE-SC deve prever metas e estratégias de infra-estruturar sustentável, tais como:

- Adequação sanitária e ambiental dos prédios escolares.
- Criação e manutenção de hortas escolares, espaços arborizados e captação de água da chuva.
- Garantia de espaços ao ar livre seguros para práticas pedagógicas, inclusive na Primeira Infância e nas escolas do campo.
- Garantia da infra-estrutura das escolas para a garantia do conforto térmico e segurança, combater problemas estruturais que precarizam as condições de trabalho e a vida dos estudantes e profissionais da educação e o processo de aprendizagem.
- Criar linha de repasse e incentivo financeiro direto às unidades escolares destinada exclusivamente a intervenções de sustentabilidade, ecotelhas, manejo de resíduos e infra-estrutura verde.
- Garantir rubrica orçamentária própria/autonomia financeira para as escolas implementarem as tecnologias sociais verdes.

Necessidade de o PEE-SC prever uma estratégia sólida de formação continuada em EA:

- Buscar e implementar parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) e Universidades Comunitárias de Santa Catarina para capacitação prática e crítica em sustentabilidade.
- Promover formação continuada dos profissionais da educação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental crítica e interdisciplinar.
- Instituir programas de formação continuada, com diferentes formatos, estratégias e duração, que estimulem e formem educadores (as) a compreenderem de forma mais profunda e crítica a emergência climática, a (in) justiça ambiental, o racismo ambiental e a desenvolverem ações transformadoras em seus território.

A Educação Ambiental no PEE-SC deve incorporar a perspectiva da Justiça Climática e Socioambiental:

- É fundamental prever ações específicas para: As escolas do campo, indígenas e quilombolas de Santa Catarina, valorizando os saberes tradicionais e a conservação comunitária. O enfrentamento dos impactos dos desastres socioambientais e climáticos que afetam desproporcionalmente as periferias e áreas de risco nos municípios catarinenses.

- Estimular ações de gestão sustentável nas unidades escolares, como uso racional da água e da energia, gestão de resíduos sólidos, hortas escolares e recuperação de áreas degradadas.
- Incentivar projetos pedagógicos voltados à realidade socioambiental local, valorizando os conhecimentos tradicionais e a participação da comunidade escolar.
- Garantir que a Educação Ambiental seja tratada como tema transversal em todas as etapas e modalidades da educação básica, promovendo a sustentabilidade, a conservação da biodiversidade e o enfrentamento das mudanças climáticas.
- Garantir visibilidade e reconhecimento de boas práticas em educação ambiental, inspirando as escolas a se engajar e inovar em suas abordagens para o enfrentamento da emergência climática.
- Garantir e estimular a participação da comunidade nos processos permanentes de aprendizagem e no planejamento de ações no território.
- Integrar as atividades de EA com as de Redução de Riscos e Desastres e Ciência cidadã para enfrentamento do cenário de emergência climática no Estado;
- Potencializar nos espaços escolares e não escolares, territórios e comunidades as políticas públicas de Educação Ambiental, de Proteção e Defesa Civil e dos Planos de Adaptação à Mudança do Clima, suas estratégias, metodologias participativas, de Ciência Cidadã e suas ações;

A EA é um vetor poderoso para o engajamento comunitário:

- O PEE-SC necessita prever a criação de Comissões do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, estimulando a participação ativa de estudantes (grêmios) e pais (APP's/Conselhos Escolares) no diagnóstico e resolução de problemas ambientais locais.
- Promover uma visão integrada das dimensões social, ambiental, econômica e de gestão, com vistas ao desenvolvimento de estratégias de mitigação dos impactos da emergência climática.

Estratégias do novo PNE e as Ações que Santa Catarina já realiza

8.13 - Elaborar e disseminar, em regime de colaboração e em parceria com a Defesa Civil e órgãos públicos, protocolos de segurança e planos escolares de prevenção e resposta a emergências climáticas.

Ação: Em atendimento à Lei nº 19.282, o Comitê Técnico-Científico da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina (CTC/SDC) elaborou o modelo editável do PlanCon Edu Multiriscos, o Guia Conceitual para Elaboração do PlanCon e o Manual para Implementação dos Comitês Municipais e Regionais de Segurança Escolar. Em parceria com o Comitê Integrado da Alesc, composto por instituições como SED, Undime, Fecam, Sinepe e SDC, entre outras, iniciou-se, em janeiro de 2026, a capacitação dos gestores escolares da rede estadual. Na sequência, foram realizados seminários regionais destinados à formação das redes de ensino, segurança pública, saúde e assistência social, com foco na implantação do PlanCon Edu Multiriscos.

Aproximadamente 4.000 pessoas já foram capacitadas, e os planos encontram-se em processo de elaboração nas unidades educativas.

8.21 - Promover programas de formação continuada em educação ambiental para o corpo docente e demais profissionais da educação, com ênfase em sustentabilidade, biodiversidade e prevenção, mitigação e adaptação a desastres socioambientais e emergências climáticas.

Ação: O Programa Defesa Civil na Escola forma anualmente professores de diferentes disciplinas, que atuam nos 6ºs e 7ºs anos do ensino fundamental, para atuarem como multiplicadores e disseminadores da educação para redução de riscos e desastres, incluindo na formação temáticas de sustentabilidade, meio ambiente, prevenção, mitigação e adaptação a desastres socioambientais e emergências climáticas.

A SED é parceira da SDC na formação e implantação do PDCE no Estado. Atualmente temos 3.500 professores em formação, 290 municípios e 1587 escolas.

Escolas estaduais: 807, em 267 municípios, 2.108 professores e 46.596 estudantes.

8.15 - Implementar estratégias pedagógicas em educação ambiental que promovam a integração entre saberes e a transversalidade entre as áreas de conhecimento.

Ação: A estratégia pedagógica utilizada no PDCE possibilita a integração, a transversalidade entre as áreas de conhecimento e a curricularização da temática de redução de riscos no âmbito escolar em consonância com as competências da BNCC/CBTC.

8.24 - Incentivar a criação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas instituições de ensino e assegurar seu funcionamento.

Ação: A criação e a implementação dos Núcleos Escolares de Proteção e Defesa Civil e a sua vinculação ao Com-Vida possibilitem a atuação dos estudantes como multiplicadores, protagonistas e agentes de cidadania climática. Os NEPDECS exigem a criação por meio de ata e regimento interno e, quando criados, a escola recebe os coletes de identidade dos núcleos.

No que se refere ao diagnóstico de escolas afetadas por desastres em SC recomenda-se urgência.

Estratégia 8.5 - Estabelecer referenciais nacionais e regionais de infraestrutura física e instalações escolares que atendam a padrões de sustentabilidade socioambiental e de adaptação às mudanças do clima.

Estratégia 8.6 - Estabelecer referencial para construção, adaptação e realocação de instalações escolares que considerem riscos geológicos e hidrológicos, em razão da emergência climática.

Segundo Diagnóstico Apresentado pelo Grupo (Diagnóstico - SED/SC)

Em Santa Catarina, a Educação Ambiental é reconhecida como um componente transversal e interdisciplinar indispensável no Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). Assim, a EA não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas sim integrada ao cotidiano escolar e ao planejamento pedagógico (PPPs), articulando o conhecimento científico à preservação dos biomas locais e à convivência com a dinâmica socioambiental catarinense.

Resiliência Climática e Gestão de Riscos de Desastres

- **Cenário Regional:** Santa Catarina é um dos estados brasileiros mais afetados por eventos climáticos extremos (enchentes, enxurradas, deslizamentos e vendavais).

Conservação da Biodiversidade vs. Desenvolvimento Regional

- **Cenário Regional:** O Estado possui grande diversidade biológica (biomas Mata Atlântica e Floresta de Araucárias, além de ecossistemas costeiros e marinhos), combinada com forte atividade agropecuária, industrial e de construção civil.

Espaços Educadores Sustentáveis nas Escolas

- Embora Santa Catarina apresente indicadores sociais e educacionais acima da média nacional, ainda há disparidades na infraestrutura física das unidades escolares entre as regiões (como o Oeste, o Planalto Norte, a Serra e o Litoral). Há escassez de tecnologias sociais sustentáveis instaladas nas escolas estaduais e municipais (como captação de água da chuva, hortas escolares continuadas, sistemas de compostagem e destinação adequada de resíduos sólidos).

Formação e Práxis Docente

- **Implementação do CBTC:** Apesar de a legislação estadual e o Currículo Base exigirem a presença da EA em todas as etapas e modalidades de ensino, a prática pedagógica em muitas escolas ainda fica restrita a ações pontuais em datas comemorativas (ex: Semana do Meio Ambiente).

Diagnóstico do Atlas de Desastres (Período de 2015 a 2025)

- Foram registrados **2.571 impactos** sobre instalações públicas de ensino em Santa Catarina entre 2015 e 2025: **2.297 unidades danificadas** e **274 destruídas**, distribuídas por **655 protocolos** e **219 municípios**.

OBJETIVO 9

Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade com redução das desigualdades regionais.

2. Problema do PNE

O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar indígena não estão assegurados.

1. Indígena

3. Diagnóstico PNE

População e escolarização: A população indígena do País chegou a 1.693.535 pessoas (0,83% do total de habitantes, segundo o Censo 2022). Apenas 65,6% dos jovens indígenas com 16 anos completaram o Ensino Fundamental, e somente 58,4% dos jovens indígenas entre 15 e 17 anos frequentam ou já completaram o Ensino Médio (IBGE, 2023).

Trajetória escolar no Ensino Fundamental: Somente 22% dos estudantes indígenas possuem trajetórias escolares regulares no Ensino Fundamental.

Situação funcional dos docentes: Quanto ao vínculo dos professores que atuam em escolas indígenas no País: 4.396 são concursados efetivos, 19.406 possuem contratos temporários, 68 possuem contratos terceirizados e 350 possuem contratos via carteira de trabalho (CLT).

4. Diagnóstico SED - SC

- **Atendimento no Ensino Fundamental:** Em Santa Catarina, entre 2012 e 2023, a porcentagem da população indígena de 6 a 14 anos que frequentava ou já havia concluído o ensino é alta, mas permanece insuficiente considerando que a meta era alcançar 100% até 2016.
- **Retrocesso na cobertura:** Quanto à cobertura de atendimento, em 2023, o indicador para a população indígena caiu para 77,2%, evidenciando um retrocesso.

5. Relatórios CEMAPEESC

- **Elevação da escolaridade média (Meta 8):** Relação com a Meta 8 do PEE/SC, que visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do plano.

6. Painel Lume

Não há painel específico.

7. Outras fontes

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro.

8. Síntese preliminar

Sugestão de alteração textual do Objetivo:

Garantir o acesso, a oferta, a permanência, a conclusão e a qualidade da Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação das Relações Étnico-Raciais e da Educação para Povos Ciganos e em Situação de Itinerância, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, observados os padrões nacionais de qualidade, a valorização das identidades, memórias, territórios e saberes tradicionais e o combate ao racismo estrutural e às desigualdades regionais.

Encaminhamentos e Necessidades Apontadas:

- **Formação inicial:** Fomentar a formação inicial de professores em cursos de licenciatura indígena em Santa Catarina, bem como desenvolver formação continuada específica para professores e gestores das escolas indígenas.
- **Oferta e permanência:** Garantir a ampliação da oferta, a permanência e a qualidade da educação básica, com ênfase no ensino médio e na formação técnica de nível médio.
- **Formação continuada:** Desenvolver formação continuada de professores e gestores das escolas indígenas;
- **Apoio financeiro** Discutir e aprovar apoio financeiro (gratificação difícil acesso) para professores que atuam em escolas localizadas nas aldeias indígenas, distantes dos centros urbanos, para incentivar o acesso e a permanência dos professores nessas escolas.
- **Isonomia de condições e infraestrutura:** Assegurar as mesmas condições de atendimento das escolas regulares para as escolas indígenas no que se refere à: infraestrutura, laboratório, biblioteca escolar, vagas de concurso público, equipe de gestão, materiais e equipamentos.
- **Valorização e fixação de profissionais:** Discutir, instituir e normatizar no âmbito do Estatuto do Magistério Estadual e das Redes Municipais a Gratificação por Atuação Territorial e Dificil Acesso para professores e gestores atuantes em escolas localizadas em aldeias indígenas, territórios quilombolas e áreas rurais isoladas, visando incentivar a fixação e permanência dos profissionais.

2. Educação do Campo

1. Diagnóstico PNE

Dados Gerais das Escolas do Campo (2022)

- No Brasil, em 2022, havia 41.731 escolas do campo localizadas em comunidades rurais
- O número de matrículas nas escolas localizadas em áreas rurais chegava a 5.253.939, com a grande maioria concentrada no ensino fundamental

Metas do PNE (2014-2024)

- O atendimento na Pré-escola, que tinha como meta no PNE 2014-2024 a universalização, chegou a 91,57% e o atendimento na creche ficou em 20,4%, diante da meta de 50%

Distorção Idade-Série

- A relação a distorção série idade nessas escolas revela que nos anos iniciais do ensino fundamental 12% das matrículas não relacionam a idade certa com o ano de estudo
- Nos anos finais essa distorção chegava a 33,9% e no ensino médio atingia 37,7%
- Essa situação está associada, principalmente, à falta de oferta e à dificuldade de acesso às escolas de ensino médio nas áreas rurais

Infraestrutura Básica

- Em relação à infraestrutura das escolas localizadas nas áreas rurais: 8,2% não tem água potável; 6,3% não tem rede de esgoto; 2% não tem energia elétrica; 71,1% não tem biblioteca escolar

Condições Tecnológicas

- Sobre as condições tecnológicas: 25,2% dos estudantes não têm acesso a computador; 17,9% não têm acesso à internet, e, entre as escolas que possuem conexão, 37,9% dos estudantes não têm acesso à internet banda larga.

2. Diagnóstico SED – SC

Analfabetismo e Escolaridade Média

- A taxa de analfabetismo da população maior de 15 anos no campo, em 2023, era de 96,5%
- A escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em áreas rurais alcançou 11,3 anos de estudos em 2023, ficando abaixo da meta estabelecida em 12 anos no PEE 2015-2024

Educação Infantil (Pré-escola e Creche)

- O atendimento na Pré-escola (4 e 5 anos) atingiu 90,2%, cuja meta era a universalização
- O atendimento na Creche (0 a 3 anos) ficou em 28,7% diante da meta de 50%

Ensino Fundamental (6 a 14 anos)

- Entre os estudantes de 6 a 14 anos residentes no campo que frequentavam ou concluíram o ensino fundamental houve redução do atendimento entre 2012 e 2023
- Em 2012, 97,3% frequentavam ou concluíram o ensino fundamental, e em 2023, o índice ficou em 95%

Ensino Médio e Taxa Líquida de Matrícula

- No ensino médio, o percentual da população residente nas áreas rurais, de 15 a 17 anos, que frequentou ou concluiu essa etapa da formação foi de 82,8%, em 2012, para 95,5% em 2023
- Porém, a taxa líquida de matrícula permanece abaixo do objetivo de 90% em 2025
- Em 2023 essa taxa era de 74%

3. Relatórios CEMAPEESC

Escolarização e Conclusão (15 a 17 anos)

- Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica: na área rural o índice em 2024 era de 93,7% diante da meta de 100%
- Em relação à taxa de atendimento da população dessa faixa etária, apenas 67,3% dos jovens residentes das áreas rurais frequentaram a educação básica em 2023

Escolaridade Média (18 a 29 anos)

- A escolaridade média da população de 18 a 29 anos, residente da área rural, em 2024, era de 11,4, ficando abaixo da meta estabelecida de 12 anos.

Ensino Fundamental em Santa Catarina (6 a 14 anos)

- O percentual de pessoas de 6 a 14 anos, residentes na área rural de SC, que frequentavam ou concluíram o ensino fundamental ficou em 93,5% (2024), abaixo da meta de 100% que estava prevista para ser alcançada em 2016.

Vulnerabilidade e Analfabetismo Funcional

- O analfabetismo funcional é maior para mulheres residentes na área rural e pertencentes ao quartil mais pobre da população

4. Painel Lume

Não há painel específico.

5. Outras fontes

Dados Gerais de Estudantes nas Áreas Rurais de SC (2025)

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro.
- Em 2025, aproximadamente 200 mil estudantes da educação básica residiam nas áreas rurais de Santa Catarina
- Desses, menos de 100 mil estudavam em escolas do campo localizadas nas áreas rurais (INEP, Censo Escolar, 2025)

Distribuição na Rede Estadual de Ensino

- Na rede estadual de ensino, dos 78.421 estudantes residentes nas áreas rurais, não mais que 19.938 estudavam em escolas do campo localizadas nas áreas rurais (Educação na Palma da Mão/SISGESC, 10/12/2025).

8. Síntese preliminar

- Desenvolver formação continuada de professores e gestores das escolas do campo em todas as redes.
- Garantir a ampliação da oferta, a permanência e a qualidade da educação básica, especialmente no ensino médio e na formação técnica de nível médio.
- Fortalecer a política da educação do campo em todas as redes de ensino.
- Assegurar as mesmas condições de atendimento das escolas urbanas para as escolas do campo nas questões de: infraestrutura, laboratório, biblioteca escolar, vagas de concurso público, equipe de gestão, materiais e equipamentos.
- Fomentar cooperação entre estado e municípios para melhorar e ampliar atendimento da educação básica no campo.
- Apoiar e fomentar a formação inicial de professores em cursos de licenciatura em educação do campo.
- Discutir e aprovar apoio financeiro (gratificação difícil acesso) para professores que atuam em escolas localizadas nas áreas rurais para incentivar o acesso e a permanência dos professores nessas escolas.

3. Educação Quilombola

Problemas do PNE

- **Acesso e qualidade:** O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola não estão assegurados.
- **Falta de Professores Formados:** Escassez de professores quilombolas com formação adequada para lecionar dentro das próprias comunidades.

- **Preparo do Quadro Escolar:** Professores e funcionários escolares podem não estar adequadamente preparados para lidar com as especificidades culturais e históricas dessas comunidades.

3. Diagnóstico PNE

- Pouca valorização dos saberes locais e dos mestres populares como conhecimento a ser compartilhado com as comunidades escolares.
- As desigualdades sociorraciais afetam diretamente a educação praticada nas comunidades quilombolas.
- **Panorama de Atendimento (Inep, 2022):** Escolas em territórios quilombolas do Brasil atendiam a **219.510 estudantes**.
- **Mesmo assim**, apesar da aprovação das Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Escolar Quilombola (2014) e do Plano Nacional de Educação (PNE), as **Estratégias de 7.25 a 7.27** (relacionadas à EEQ) não foram totalmente implementadas.
- **Lacunas nos Dados de Matrículas:**

Nas Estatística de 2017, tem somente informação quanto a quantidade de matrículas. (254.352).

O Censo de 2018 e 2019, não traz informações.

4. Diagnóstico SED – SC

Panorama Geral da Rede Quilombola:

- Unidades ativas (UEs/UDs Quilombolas): 17
- Total de turmas: 131
- Total de matrículas: 1.125

Etapas e Modalidades de Ensino (EJA):

- Ensino Médio: 493 estudantes
- Anos Finais (Ensino Fundamental): 421 estudantes
- Anos Iniciais (Ensino Fundamental): 211 estudantes

Distribuição por Faixa Etária:

- 25 anos ou mais: 788 estudantes
- De 18 a 24 anos: 255 estudantes
- De 15 a 17 anos: 82 estudantes

- De 11 a 14 anos: 0 estudantes

Principais Observações:

- **Predominância da EJA e público adulto:** Atendimento prioritário a jovens e adultos (maioria acima de 25 anos) em etapas de alfabetização e conclusão dos ensinos Fundamental e Médio.
- **Estrutura Institucional:** Abrange escolas quilombolas e Unidades Descentralizadas (UDs) vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) da rede pública estadual.

5. Relatórios CEMAPEESC

- **Elevação da Escolaridade Média (Meta 8):** Relação com a Meta 8 do PEE/SC, que visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do plano (meta 8).
- Ao analisar o acompanhamento de estudantes de Santa Catarina ao longo dos 9 anos do Ensino Fundamental, observou-se que: Apenas 40% dos estudantes pretos/pardos em SC conseguem concluir ou manter a trajetória escolar regular (sem retenção, reprovação ou abandono). No caso dos estudantes quilombolas, esse índice cai para a faixa de 35%. Para efeito de comparação, estudantes brancos mantêm trajetórias regulares em patamares acima de 60%, evidenciando a disparidade racial e a distorção idade-série no estado.

6. Painel Lume

Não há dados específicos apresentados.

1. Outras fontes

Relação das Comunidades Quilombolas (FCP / INCRA / GERED - 2021)

1. Invernada dos Negros (Campos Novos e Abdon Batista)

- GERED: Campos Novos | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- Certificação FCP: 2004 | INCRA: Titulação Parcial / Laudo pronto

2. Campo dos Poli (Monte Carlo)

- GERED: Videira | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- Certificação FCP: 2007 | INCRA: Não titulada / Laudo pronto

3. Morro do Boi (Balneário Camboriú)

- GERED: Itajaí | Org.: Não informada | Turmas: Não
- Certificação FCP: 2008 | INCRA: Não titulada / Laudo pronto

4. Valongo (Porto Belo)

- ☐ GERED: Itajaí | Org.: Não informada | Turmas: Não
- ☐ Certificação FCP: 2004 | INCRA: Levantamentos preliminares

5. Vidal Martins (Florianópolis)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: Não informada | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2013 | INCRA: Laudo em andamento

6. Caldas de Cubatão (Santo Amaro da Imperatriz)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2010 | INCRA: Em processo

7. Tabuleiro (Santo Amaro da Imperatriz)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Em elaboração
- ☐ Certificação FCP: 2010 | INCRA: Em processo

8. Santa Cruz (Toca) / Morro da Queimada (Paulo Lopes / Florianópolis)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2007 | INCRA: Laudo pronto

9. Morro do Fortunato (Garopaba)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2006 | INCRA: Laudo pronto

10. Aldeia (Garopaba)

- ☐ GERED: Florianópolis | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2009 | INCRA: Laudo pronto

11. Família Thomaz (Treze de Maio)

- ☐ GERED: Tubarão | Org.: Não informada | Turmas: Não
- ☐ Certificação FCP: 2007 | INCRA: Laudo pronto

12. Tapera (São Francisco do Sul)

- ☐ GERED: Joinville | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2007 | INCRA: Aguardando Certificação pela FCP

13. Itapocu (Araquari)

- ☐ GERED: Joinville | Org.: Não informada | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2019 | INCRA: Aguardando Certificação pela FCP

14. Areias Pequenas (Araquari)

- ☐ GERED: Joinville | Org.: Não informada | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2019 | INCRA: Aguardando Certificação pela FCP

15. Beco do Caminho Curto (Joinville)

- ☐ GERED: Joinville | Org.: Não informada | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2019 | INCRA: Certificada pela FCP

16. Ilhotinha (Capivari de Baixo)

- ☐ GERED: Tubarão | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim

- ☐ Certificação FCP: 2012 | INCRA: Levantamento preliminar

17. São Roque (Praia Grande - SC e Mampituba - RS)

- ☐ GERED: Araranguá | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2004 | INCRA: Não titulada / Laudo pronto

18. Maria Rosalina (Araranguá)

- ☐ GERED: Araranguá | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: Aguardando análise técnica | INCRA: Somente certificada

19. Ribeirão do Cubatão (Joinville)

- ☐ GERED: Joinville | Org.: CECREQ/MNU | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2019 | INCRA: Somente certificada

20. Terra do Micuim (Pescaria Brava)

- ☐ GERED: Laguna | Org.: Não informada | Turmas: Sim
- ☐ Certificação FCP: 2024 | INCRA: Em processo

21. São Sebastião da Várzea (São Joaquim)

- ☐ GERED: Não informada | Org.: Não informada | Turmas: Não
- ☐ Certificação FCP: 2025 | INCRA: Em processo

Trajatória Escolar no Ensino Fundamental: Ao analisar o acompanhamento de estudantes de Santa Catarina ao longo dos 9 anos do Ensino Fundamental, observou-se que apenas 40% dos estudantes pretos/pardos em Santa Catarina conseguem concluir ou manter a trajetória escolar regular (sem retenção, reprovação ou abandono). No caso dos estudantes quilombolas, esse índice cai para a faixa de 35%. Para efeito de comparação, estudantes brancos mantêm trajetórias regulares em patamares acima de 60%, evidenciando a disparidade racial e a distorção idade-série no Estado.

2. Síntese preliminar

Aqui está o texto organizado, **exclusivamente com o conteúdo referente à Educação Escolar Quilombola**, mantendo todas as palavras na íntegra:

Diretrizes e Recomendações no PEE

Considerando as lacunas identificadas no PNE, no PEE deverão reforçar fundamentos voltados para a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade étnica, cultural, territorial e socioambiental, garantindo atendimento específico às populações do campo, indígenas, quilombolas, povos ciganos e demais povos e comunidades tradicionais, observadas suas especificidades, seus direitos culturais e suas formas próprias de organização social, em conformidade com a legislação vigente. Neste sentido, sugere-se:

- Garantir o acesso, a permanência e a conclusão da trajetória escolar regular dos estudantes quilombolas em todas as etapas da Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Superior.
- Priorizar a implantação, modernização e ampliação do financiamento e da infra-estrutura física, tecnológica e de acesso às escolas localizadas em territórios e comunidades quilombolas, assegurando transporte e alimentação escolar adequados às realidades locais.
- Garantir a valorização da identidade, memória, ancestralidade e patrimônio cultural quilombola nos currículos e no cotidiano escolar, integrando a produção de materiais didáticos contextualizados e a valorização dos saberes dos mestres e mestras populares.
- Formação Inicial e Continuada: Promover, em regime de colaboração (União, Estado, Municípios e IES), cursos de Licenciatura Intercultural Quilombola, aperfeiçoamento e formação continuada para os profissionais da educação.
- Atuação Prioritária: Assegurar que a docência seja exercida prioritariamente por professores quilombolas e/ou profissionais com licenciatura e habilitação específica em Educação Escolar Quilombola e Educação Antirracista.
- Fixação Profissional: Instituir e normatizar a Gratificação por Atuação Territorial e Dificil Acesso no Estatuto do Magistério Estadual e nas Redes Municipais para profissionais atuantes em territórios quilombolas.
- Assegurar a representatividade e a participação direta das comunidades quilombolas na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais.

Desafios na luta à garantia dos direitos, desenvolvimento e reparação histórica para as comunidades remanescentes dos quilombos em Santa Catarina.

- A Educação Escolar Quilombola (EEQ) em Santa Catarina é uma conquista jurídica e política liderada pelas comunidades e pelo Movimento Negro Unificado (MNU) para promover a reparação histórica, valorizar a ancestralidade e fortalecer a luta pelo território. Frente a séculos de exclusão, expropriação fundiária e um ensino de matriz eurocêntrica, a EEQ atua na reconstrução da identidade e na elevação da escolaridade de jovens e adultos (EJA).
- Atualmente, o programa atende 16 comunidades por meio de Unidades Descentralizadas, somando cerca de 93 turmas, 254 professores e 648 estudantes do alfabetismo ao ensino médio. Instituída pela Resolução CEE/SC nº 086/2019 construída em conjunto com entidades quilombolas e o Ministério Público Federal, a política avançou ainda mais com a garantia de remuneração para o Tempo Comunidade via Pedagogia da Alternância.
- Apesar desses avanços operacionais e legais, o cenário estadual, que conta com aproximadamente 200 comunidades estimadas e apenas 21 certificadas em processo de regularização pelo INCRA, ainda enfrenta o desafio contínuo de

superar o isolamento geográfico, a vulnerabilidade social e a negação de direitos fundamentais. No contexto desta caminhada a comunidade enfrenta os seguintes desafios:

Propostas e Infraestrutura Territorial

1 - Construir em todos os Territórios Quilombolas escolas com espaços multiuso;

1.1- Implementar a Educação Escolar quilombola, conforme a BNCC e a Resolução 86 do CEE, em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade do estado de Santa Catarina.

Dos princípios das diretrizes:

- 1.2 - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;
- 1.3 - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;
- 1.4 - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;
- 1.5 - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças.

2 - Área Saberes e Fazeres:

2.1 - efetivação de uma educação escolar voltada para o Etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, fundamentado nos conhecimentos ancestrais a partir da participação dos griôs.

2.2 - na modalidade da Educação Escolar Quilombola, a EJA deve continuar a atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida e de etnodesenvolvimento.

2.3 - a Secretaria de Educação deve atender a legislação, criando uma Coordenadoria com um sistema de ensino próprio, contextualizada às necessidades, levando em consideração os tempos e os espaços humanos, as questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das comunidades quilombolas, com a gestão de lideranças e movimento sociais indicadas por suas Organizações.

2.4 - nos Territórios Quilombola a Educação Profissional deve ser oferecida numa perspectiva de formação ampla, que possibilite aos jovens, adultos e idosos quilombolas atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

4. Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

1. Sugestão de Objetivo Específico para o PEE-SC

Assegurar a implementação integral das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em todas as etapas, modalidades e redes de ensino do Estado de Santa Catarina, promovendo a educação das relações étnico-raciais, a valorização das histórias, culturas e contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, o enfrentamento ao racismo e a efetivação da equidade racial na educação."

2. Problemas do PNE

Ausência de delimitação específica: No Diagnóstico Nacional, a temática da ERER está posta de forma estritamente transversal, não havendo a delimitação de um problema próprio ou de um objetivo específico para a pauta antirracista.

3. Diagnóstico PNE

Os dados que envolvem a ERER encontram-se diluídos e fragmentados em diferentes seções:

1. **Aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio:** Alunos declarados de cor preta apresentam menor proporção nos níveis adequados de aprendizado.
2. **Acesso, Trajetória e Conclusão:** Entre a população preta e quilombola, apenas 40% e 35% (respectivamente) conseguem concluir a trajetória escolar de forma regular.
3. **Educação Infantil:** Registros de 2022 evidenciam disparidades expressivas e contínuas no acesso à creche entre diferentes grupos étnico-raciais.

NOTA: Ensino Superior e Pós-Graduação: Dados relevantes sobre disparidades étnico-raciais também se fazem presentes nos indicadores de acesso e permanência na educação superior e na pós-graduação *stricto sensu*.

4. Diagnóstico SED - SC

Cobertura no Atendimento e Desigualdades Étnico-Raciais em SC

- No Diagnóstico da Educação Catarinense, foram destacados os indicadores relacionados a cobertura no atendimento:
 - a. A cobertura no atendimento - entre 2012 e 2023, a população de 6 a 14 anos, não manteve os 100% projetados.
 - b. Os brancos passaram de 98,4% para 95,3%, enquanto os pardos caíram de 98,1% para 94,8%.
 - c. As populações parda e preta continuam apresentando taxas mais baixas e voláteis, indicando desigualdades educacionais persistentes no Estado.

5. Relatórios CEMAPEESC

Do diagnóstico apresentado pelo CEMAPEESC, tem destaque os dados que tratam do:

- **Acesso à Educação Infantil (4 a 5 anos):**

- A universalização projetada até 2016 não foi atingida. Ao término do plano, quase 10 mil crianças de 4 a 5 anos permaneciam fora da escola, com desproporção acentuada entre pretas e pardas.
- O indicador de acesso atingiu 87,2% para crianças pretas e 92% para pardas, contra 96,4% para crianças brancas.

□ **Frequência e Conclusão do Ensino Médio (15 a 17 anos):** As taxas de frequência ou conclusão da educação básica são significativamente mais baixas entre a população parda (68,4%) e preta (74,5%), quando comparadas à população branca (80,9%).

□ **Conclusão do Ensino Fundamental aos 16 anos:** A taxa de conclusão atinge 86,4% entre jovens brancos, caindo para 76,8% entre pardos e 72,5% entre pretos.

NOTA: Pessoas declaradas negras (pretas e pardas) apresentam menor taxa de frequência e conclusão nos espaços educacionais, em comparação com os declarados brancos.

6. Painel Lume

Não há painel específico.

7. Outras fontes

Não há painel específico.

8. Síntese preliminar

Assegurar a implementação integral das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em todas as etapas, modalidades e redes de ensino do Estado de Santa Catarina, promovendo a educação das relações étnico-raciais, a valorização das histórias, culturas e contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, o enfrentamento ao racismo e a efetivação da equidade racial na educação.

Os dados apresentados revelam o histórico problema estrutural da desigualdade étnica. Por isso, a inexistência de um objetivo específico para a Educação das Relações Étnico-Raciais representa uma limitação considerável no novo Plano Nacional de Educação. Este dado deve ser levado em consideração na elaboração do PEE.

Embora o PNE adote a equidade como um princípio estruturante e distribua ações relacionadas ao enfrentamento das desigualdades raciais em diferentes objetivos e estratégias, a ausência de um objetivo próprio minimiza a viabilidade de políticas, relativiza a agenda antirracista e dificulta o monitoramento.

Considerando que o próprio PNE 2026–2036 foi concebido com forte ênfase na **equidade** como princípio orientador das políticas educacionais, seria coerente que a desigualdade racial, fosse contemplada por um objetivo específico e com itens que valorizem, além das desigualdades socioeconômicas, a variável raça/cor, para a

definição de prioridades, metas e mecanismos de acompanhamento das políticas educacionais.

A transversalidade, sem objetivo, empobrece a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, uma vez que não estabelece metas de acompanhamento para a formação docente, a produção de materiais didáticos, a revisão curricular e a efetiva institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais nos sistemas de ensino.

Nem o PNE e os diagnósticos, trazem parâmetros de financiamento educacional orientados pela redução das desigualdades raciais. Isso compromete a criação de instrumentos de financiamento educacional e parcerias voltadas explicitamente à definição de prioridades para a promoção da equidade racial no âmbito da educação básica.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que as desigualdades étnico-raciais permanecem estruturais em todas as etapas da educação, desde o acesso à educação infantil até a pós-graduação, o que deve ser levado em conta na elaboração do novo PEE..

A ausência de objetivo específico no Plano Nacional de Educação não impede que o Estado de Santa Catarina assuma protagonismo na promoção da equidade racial. Ao contrário, impõe ao Plano Estadual de Educação a responsabilidade de estabelecer metas, estratégias, indicadores, mecanismos de monitoramento e financiamento específicos para a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais.

O CEPA/SC manifesta-se pela inclusão de capítulo próprio ou meta específica sobre a temática, garantindo a efetiva implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a elaboração de indicadores com recorte racial, a formação continuada dos profissionais da educação, a destinação de recursos orçamentários e a criação de mecanismos permanentes de participação e controle social, como forma de enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação pública verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com a justiça racial.

Instituir mecanismos de indutores financeiros no repasse de recursos estaduais e municipais (como fatores de equidade no VAAR/Fundeb ou programas estaduais) direcionados prioritariamente a escolas com maiores índices de vulnerabilidade e distorção idade-série de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas

Fomentar a aquisição e produção de acervos didáticos e jogos pedagógicos regionalizados que valorizem a história, a memória e a identidade dos povos negros, ciganos e indígenas de Santa Catarina (etnias Xokleng, Kaingang e Guarani).

5. Educação para Povos Ciganos e em Situação de Itinerância

1. Objetivo Proposto pelo GT

Assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças, adolescentes, jovens e adultos pertencentes aos povos ciganos (sedentários, semi-itinerantes e itinerantes), bem como de outros povos e grupos em situação de itinerância, como circenses, nômades e trabalhadores sazonais, assegurando políticas educacionais que respeitem suas especificidades culturais, territoriais e formas de mobilidade.

2. Problemas do PNE

- **Ausência de diagnóstico e problema específico:** No Diagnóstico Nacional do *Não há diagnóstico específico no Plano Nacional.*

3. Diagnóstico PNE

Não há diagnóstico específico no Plano Nacional.

4. Diagnóstico SED - SC

Não há dados específicos nos documentos locais.

5. Relatórios CEMAPEESC

Não há dados específicos nos documentos locais.

6. PaineLume

Não há dados específicos nos documentos locais.

7. Outras fontes

Segundo levantamentos baseados na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE) e órgãos governamentais, **apenas 13,7% das comunidades e acampamentos ciganos do Brasil possuem acesso direto a políticas públicas contínuas de Educação e Saúde.**

No Censo Escolar/INEP, o número de estudantes autodeclarados ciganos ou registrados nas escolas é expressivamente menor que a população estimada (calculada em cerca de 800 mil a 1 milhão de ciganos no Brasil pelo Ministério da Igualdade Racial), evidenciando que a subnotificação ou o medo de declarar a etnia no ato da matrícula decorrem do racismo institucional.

Diagnósticos do Ministério da Educação (MEC) que subsidiaram as *Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de populações em situação de itinerância* revelam que estudantes em mobilidade **perdem em média de 3 a 6 meses de aulas a cada deslocamento territorial** devido a entraves burocráticos e à falta de reconhecimento imediato dos registros pedagógicos pelas secretarias de educação locais.

Considerar os artigos 205 e 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem os pilares da proteção social e do desenvolvimento humano no Brasil. O art. 205 define a

educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Já o art. 227 assegura prioridade absoluta à garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DECRETO Nº 12.128, DE 1º DE AGOSTO DE 2024 - Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE MAIO 2012 (*) Define diretrizes para o atendimento de educação

escolar para populações em situação de itinerância.

Estatuto da Igualdade Racial/2022.

SEPPIR - Educação para os povos Ciganos.

Diagnóstico Apresentado

- **Rigidez e Incompatibilidade Burocrática:** As redes de ensino foram estruturadas sob a premissa do sedentarismo e da fixação territorial. A exigência rígida de comprovantes de residência fixa e transferência imediata bloqueia o acesso rápido de famílias em mobilidade.
- **Descontinuidade Curricular e Perda de Vínculo:** A ausência de um mecanismo padronizado faz com que cada mudança de município obrigue o aluno a recalcular prazos, refazer matérias ou até mesmo voltar anos escolares pela indisponibilidade de histórico instantâneo.
- **Preconceito, Anticiganismo e Ameaça à Identidade:** O ambiente escolar muitas vezes hostiliza costumes, vestimentas e dialetos ciganos. Isso leva muitos jovens ao apagamento cultural ou ao abandono da escola por medo do preconceito.
- **Despreparo dos Profissionais de Educação:** Falta de capacitação técnica dos professores para acolher a diversidade e planejar atividades adaptadas para estudantes que viajam em períodos sazonais.
- **Exclusão Curricular:** O apagamento das contribuições da história e cultura cigana na formação do país ou a abordagem estereotipada/preconceituosa em livros didáticos e dicionários.

Dados de Levantamentos em Órgãos Governamentais

- **Acesso a Políticas Públicas:** Segundo levantamentos baseados na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE) e órgãos governamentais, apenas 13,7% das comunidades e acampamentos ciganos do Brasil possuem acesso direto a políticas públicas contínuas de Educação e Saúde.
- **Subnotificação no Censo Escolar:** No Censo Escolar/INEP, o número de estudantes autodeclarados ciganos ou registrados nas escolas é expressivamente menor que a população estimada (calculada em cerca de 800 mil a 1 milhão de

ciganos no Brasil pelo Ministério da Igualdade Racial), evidenciando que a subnotificação ou o medo de declarar a etnia no ato da matrícula decorrem do racismo institucional.

- **Prejuízo no Tempo de Aprendizagem:** Diagnósticos do Ministério da Educação (MEC) que subsidiaram as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de populações em situação de itinerância revelam que estudantes em mobilidade perdem em média de 3 a 6 meses de aulas a cada deslocamento territorial devido a entraves burocráticos e à falta de reconhecimento imediato dos registros pedagógicos pelas secretarias de educação locais.

8. Síntese preliminar

Marcos Legais de Referência:

- **Constituição Federal de 1988:** Artigos 205 (educação como direito de todos e dever do Estado) e 227 (prioridade absoluta à criança, adolescente e jovem).
- **Decreto nº 6.040/2007:** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 12.128/2024:** Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos.
- **Resolução CNE/CEB nº 3/2012:** Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.
- **Estatuto da Igualdade Racial e Orientações SEPPIR:** Diretrizes para a educação dos povos ciganos.

Encaminhamentos e Propostas para o PEE-SC:

- **Flexibilização Administrativa:** Flexibilizar procedimentos administrativos para matrícula, transferência e documentação escolar, evitando que a falta de documentos ou a itinerância impeçam o acesso à educação.
- **Sistema Estadual de Trânsito Pedagógico Simplificado:** Instituir um sistema integrado entre as redes municipais e estadual de ensino que possibilite a continuidade da escolarização de estudantes pertencentes aos povos ciganos e demais grupos em situação de itinerância, garantindo o reconhecimento imediato dos registros escolares, a continuidade curricular, a preservação dos vínculos educacionais e o respeito às especificidades culturais e direitos assegurados na Constituição Federal, na Convenção nº 169 da OIT e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Calendários e Avaliações Flexíveis:** Garantir a normatização e a implementação de calendários escolares flexíveis, procedimentos simplificados de matrícula, transferência e certificação escolar, bem como históricos escolares e relatórios pedagógicos padronizados, assegurando a continuidade do processo de ensino e aprendizagem sem prejuízo de sua progressão escolar.
- **Combate ao Preconceito e Enfrentamento ao Anticiganismo:** Promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e à exclusão, valorizando a história, a cultura e as tradições dos povos ciganos nos currículos escolares.

- **Formação Continuada:** Oferecer formação continuada aos profissionais da educação sobre diversidade cultural, anticiganismo e direitos dos povos tradicionais e itinerantes.

6. Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

1. Objetivo

Garantir, ao longo da vida, o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos público-alvo da educação especial (PAEE) e do público-alvo da educação bilíngue de surdos (PAEBS), assegurando a oferta universal e equitativa do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de qualidade, a acessibilidade plena, o fortalecimento das identidades linguísticas e culturais, e a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

2. Problemas do PNE

- **Acesso, permanência e aprendizagem insuficientes e desiguais:** O acesso, a permanência, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e público-alvo da educação bilíngue de surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

3. Diagnóstico PNE

- **Evolução histórica das matrículas:** O cenário nacional migrou de um modelo segregado em 2003 (quando 71% das 445.661 matrículas do PAEE estavam em escolas e classes especiais) para um modelo inclusivo com crescimento de 219% nas matrículas na rede regular entre 2008 e 2022.
- **Rendimento e desempenho acadêmico:** A expansão do acesso não garantiu equidade na aprendizagem, mantendo o desempenho dos estudantes do PAEE em Língua Portuguesa e Matemática abaixo da média dos demais alunos, exigindo a investigação contínua de barreiras pedagógicas, tempos escolares e da atuação dos profissionais de apoio.
- **Educação Bilíngue de Surdos:** A consolidação desta modalidade na LDB (Lei Federal nº 14.191/2021) enfrenta graves lacunas de oferta no país (com destaque crítico para as regiões Norte e Nordeste), além de problemas na transição linguística entre a Libras (L1) e o Português escrito (L2), decorrentes da escassez de professores bilíngues e tradutores-intérpretes de Libras (TIL) qualificados.
- **Formação docente e articulação pedagógica:** Persistem fragilidades na formação inicial e continuada de professores regentes, gestores e professores de Educação Especial, acompanhadas por uma fraca articulação do trabalho colaborativo entre a sala de aula regular e o AEE.

- **Organização do AEE e Tempo Integral:** A oferta do AEE concentrada no contra turno apresenta incompatibilidade operacional com a expansão da jornada em tempo integral, além de haver indicativo de desestímulos financeiros que impactam a realização de matrículas do PAEE nas redes de ensino.
- **Tecnologia e acessibilidade digital:** O acesso e o uso pedagógico da internet nas escolas exigem que a acessibilidade seja estabelecida como requisito nativo de qualidade na concepção das plataformas e conteúdos digitais e não como mera adaptação posterior.

1. Diagnóstico SED – SC

- **Indicadores populacionais e sistemas de monitoramento:** Limitações na mensuração do real acesso das crianças com deficiência, pois os dados populacionais estaduais ainda dependem de bases antigas, impedindo o acompanhamento pleno de acesso, aprendizagem, AEE e conclusão por tipo de deficiência.
- **Perfil das matrículas e atendimento específico:** Expressivas matrículas de estudantes com TEA, deficiência múltipla, deficiência auditiva, surdez, cegueira e baixa visão. Registravam-se, em 2023, 1.550 matrículas de baixa visão e 171 de cegueira na educação básica, das quais apenas 783 e 132 recebiam AEE, respectivamente.
- **Cobertura e capacidade instalada do AEE:** Embora o Estado apresente elevada taxa de inclusão em classes comuns, a cobertura do AEE não acompanhou proporcionalmente o aumento do PAEE. Em 2023, 1.877 unidades escolares ofertavam AEE, quantitativo inferior ao total de escolas com alunos público-alvo matriculados.
- **Aprendizagem e qualidade do atendimento:** Reconhecimento de que a consolidação da aprendizagem dos estudantes do PAEE e do PAEBS permanece insuficiente e desigual em todos os níveis, etapas e modalidades da rede catarinense.
- **Jornada escolar e Tempo Integral:** A ampliação do tempo integral exige garantir a presença do Educador Especial durante todo o período de mediação pedagógica em sala de aula, superando a atuação restrita a atendimentos segregados.
- **Tecnologia, acessibilidade e emergências climáticas:** Inovação tecnológica sem requisitos nativos de acessibilidade (leitores de tela, navegação por teclado, Libras, audiodescrição e comunicação alternativa). Ausência de indicadores sobre acessibilidade na formulação de planos estaduais de emergência climática.
- **Educação do Campo e zonas rurais:** Estudantes do PAEE matriculados em áreas rurais necessitam de infraestrutura, recursos assistivos e AEE equivalentes aos ofertados nos centros urbanos.
- **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Diante da queda geral de matrículas na EJA em Santa Catarina, o Estado precisa explicitar o recorte por deficiência para buscar e reter populações historicamente excluídas.

- **Educação Profissional e Técnica (EPT):** A expansão do ensino técnico exige a incorporação de condições reais de acessibilidade e permanência, além da criação de indicadores estaduais de conclusão da EPT desagregados por tipo de deficiência.
- **Ensino Superior e IES Catarinenses:** Desigualdades de acesso, permanência e conclusão na graduação. A disparidade de capacidade instalada entre as IES em Santa Catarina gera atendimentos heterogêneos.
- **Valorização e formação docente:** A Meta 15.A do diagnóstico estadual cita os profissionais da Educação Especial, contudo necessita de estratégias operacionais para garantir a formação e a fixação desses docentes.

5. Relatórios CEMAPEESC

- **Indicadores populacionais e cobertura real:** Impossibilidade de aferir adequadamente a universalização do acesso devido à ausência de dados populacionais atualizados e regionalizados.
- **Inclusão formal versus atendimento efetivo:** Santa Catarina atinge patamares elevados no Indicador 4B (matrículas do PAEE em classes comuns), mas consultas municipais revelam falta de profissionais e listas de espera para o AEE, evidenciando que a matrícula em sala regular não basta para garantir a qualidade inclusiva.
- **Déficit no AEE:** Em 2024, apenas 42,1% das matrículas do PAEE de 4 a 17 anos recebiam AEE no Estado, deixando um contingente de 42.545 estudantes com deficiência sem o acompanhamento especializado.
- **Infraestrutura, transporte e Educação Infantil:** Barreiras de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares, insuficiência de transporte escolar adaptado e listas de espera para vagas em creches voltadas a crianças com deficiência.
- **Educação Bilíngue de Surdos:** Cerca de 80 municípios registram alguma oferta de educação bilíngue de 0 a 17 anos, mas a distribuição espacial permanece desigual e desprovida de padronização metodológica institucionalizada.
- **Alfabetização e aprendizagem:** Necessidade de incorporar o recorte por deficiência de forma sistemática aos indicadores estaduais de alfabetização na idade certa e de desempenho.
- **Riscos da expansão do Tempo Integral:** A carência de salas de recursos e de Educadores Especiais na jornada regular gera risco iminente de agravamento com a ampliação do tempo integral.
- **Lacuna em Tecnologia Digital, EPT e Ensino Superior:** Ausência de indicadores específicos para monitorar acessibilidade digital, adaptações e estágios na EPT, bem como permanência e conclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

6. Painel Lume

Não há dados específicos nos documentos locais.

7. Síntese Preliminar

NO ACOMPANHAMENTO DA TRAJETÓRIA ESCOLAR: A transição de estudante entre escolas, redes, municípios ou etapas de ensino gera frequentes rupturas no AEE, na continuidade dos materiais adaptados e no acompanhamento por Educador Especial, elevando os índices de retenção e distorção idade-série.

NA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO: A matrícula em classe comum não assegura participação e aprendizagem reais; a falta de planejamento colaborativo e de avaliações adaptadas pode gerar aprovação automática sem a devida consolidação de aprendizagens ou retenção indevida.

NA JORNADA E ORGANIZAÇÃO DO AEE: A oferta do AEE exclusivamente no contraturno é incompatível com a ampliação da jornada em tempo integral, podendo privar o estudante do acesso a componentes curriculares, esportes, artes ou momentos de convivência.

NA EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA: A disponibilidade de Salas de Recursos Multifuncionais e de AEE é reduzida em unidades rurais, isoladas e de povos tradicionais, sobrecarregando as famílias com o deslocamento e o ônus do processo inclusivo.

NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Pessoas com deficiência em idade adulta encontram barreiras de acessibilidade, falta de transporte, inadequação do AEE, metodologias infantilizadas e ausência de articulação entre a EJA, a inclusão e a qualificação profissional.

NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA (EPT): A acessibilidade genérica não garante a participação efetiva de estudantes com deficiência em laboratórios, oficinas, estágios e visitas técnicas, exigindo que a qualidade da EPT seja aferida pela autonomia, segurança e efetiva inserção profissional.

NO ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO: Persistem disparidades na oferta de tecnologia assistiva, nos prazos de atendimento e na atuação de tradutores/intérpretes de Libras e Educadores Especiais. As cotas garantem o ingresso, mas não asseguram condições de permanência em processos seletivos, pesquisas de campo, bancas e elaboração de trabalhos de conclusão.

NA VALORIZAÇÃO E GESTÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A instabilidade de vínculos, a alta rotatividade de contratados temporários e a ausência de plano de carreira específico para o Educador Especial comprometem a continuidade do trabalho pedagógico. Nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAESP), a padronização e a impessoalidade dos critérios de seleção de pessoal exigem constante aprimoramento técnico.

NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E TECNOLOGIA DIDÁTICA: Persiste a escassez de materiais didáticos produzidos nativamente em Libras —

restringindo-se comumente a meras traduções mecânicas de materiais para ouvintes —, além da falta de dados censitários precisos sobre a população surda em idade escolar.

NA ACESSIBILIDADE DIGITAL E PLANOS DE EMERGÊNCIA: A conectividade escolar sem acessibilidade digital exclui estudantes com deficiência das plataformas digitais de ensino. Além disso, planos de prevenção de riscos, simulados climáticos e protocolos de emergência nas escolas frequentemente omitem rotas acessíveis e rotinas adaptadas de evacuação.

NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL: A elaboração de políticas inclusivas ainda carece da participação direta e acessível das pessoas com deficiência, suas famílias e entidades representativas, havendo necessidade de maior transparência na distribuição do AEE, na contratação de pessoal e nas listas de espera por atendimento

Para garantir um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade, no qual todos os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e da educação bilíngue de surdos (PAEBS) tenham assegurados o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão na idade certa em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com Atendimento Educacional Especializado (AEE) de qualidade, ofertado de maneira universal e com equidade territorial, sugere-se:

ACESSIBILIDADE SENSORIAL E MANEJO DE CRISES (TEA)

INFRAESTRUTURA E ADEQUAÇÃO SENSORIAL: Estabelecer parâmetros estaduais de infraestrutura e acessibilidade arquitetônica e sensorial, prevendo espaços modulados de descompressão/regulação sensorial, redução de estímulos visuais/sonoros e ambientes seguros para o manejo de crises de estudantes com TEA.

SELETIVIDADE ALIMENTAR E FINANCIAMENTO: Garantir aporte financeiro e complementação orçamentária para aquisição de tecnologias assistivas, mobiliário adaptado e adequação de cardápios escolares específicos para estudantes com seletividade alimentar severa decorrente de neurodivergências.

ATENÇÃO PRECOCE E ESTIMULAÇÃO VISUAL/AUDITIVA: Promover parcerias entre Educação, Saúde e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) para capacitação docente na identificação precoce de baixa visão/cegueira e estimulação essencial nas creches.

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO, AEE E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

ELABORAÇÃO OBRIGATÓRIA DO PEI/PAEE: Assegurar que 100% dos estudantes público-alvo da Educação Especial tenha seus Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e Planos Educacionais Individualizados (PEI) construídos cooperativamente no início do ano letivo, com a participação das famílias e

tempo garantido na hora-atividade para planejamento conjunto entre regente e Docente de Especial.

RELATÓRIO DESCRITIVO DE TRANSIÇÃO: Instituir a obrigatoriedade do relatório pedagógico descritivo periódico para estudantes da Educação Especial na Educação Infantil, garantindo o envio imediato do documento em casos de transferência entre escolas e na transição para o Ensino Fundamental, e do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Verificar LGPD.

ESTIMULAÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: Articular ações entre Estado e municípios para mapear demandas e organizar polos regionais de Educação Bilíngue de Surdos (Libras/Português escrito) desde a Educação Infantil, com foco na estimulação lingüística precoce.

FORMAÇÃO DOCENTE, MATERIAIS E ESTÁGIOS UNIVERSITÁRIOS

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA APOIOS/AUXILIARES: Instituir módulos obrigatórios em Educação Especial, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e Acessibilidade Sensorial nos programas de formação e diretrizes de carreira dos profissionais de apoio/auxiliares da Educação Especial.

DIRETRIZES DE GOVERNANÇA, INTERSETORIALIDADE E APOIO ÀS FAMÍLIAS

NA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL: Instituir comitê local permanente e fluxo formal de encaminhamento e contrarreferência entre Educação, Saúde (Atenção Primária e Centros Especializados em Reabilitação) e Assistência Social (CRAS/CREAS), garantindo prioridade no atendimento e compartilhamento de informações mediante autorização das famílias.

NO APOIO E FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS: Promover encontros formativos periódicos nas escolas sobre direitos, estratégias de desenvolvimento no ambiente doméstico e canais de participação, assegurando orientação para o acesso a benefícios socioassistenciais (como o BPC).

NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA: Assegurar a representação de pessoas com deficiência, estudantes e famílias nos conselhos de educação e comissões de monitoramento, garantindo canais de ouvidoria acessíveis e transparência pública sobre as filas de espera e os critérios de concessão do AEE e do Docente de Especial.

ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

NO ACESSO E MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Vedar a exigência de laudo clínico como pré-requisito para matrícula, acolhimento, concessão de recursos de acessibilidade ou atuação do Docente de Especial na Educação Infantil.

NA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E PEDAGÓGICA: Iniciar a avaliação pedagógica e funcional das barreiras desde o ingresso do estudante, garantindo a

realização de estudo de caso e a implementação do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI) sem redução prévia das expectativas de aprendizagem.

- Assegurar que a avaliação da aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos seja planejada de forma acessível, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes, as flexibilizações pedagógicas e curriculares, a partir dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a utilização de critérios e instrumentos avaliativos compatíveis com os objetivos de aprendizagem estabelecidos.
- Garantir que a análise dos resultados das avaliações e a atribuição dos conceitos ou notas considerem o percurso individual de aprendizagem do estudante, seus avanços, suas potencialidades e o que efetivamente conseguiu aprender e desenvolver em relação aos objetivos de aprendizagem traçados, respeitando suas particularidades e necessidades educacionais específicas.
- Assegurar que a elaboração, aplicação, correção e análise das avaliações sejam realizadas pelo professor titular, em colaboração e articulação com o segundo professor, quando houver, considerando as estratégias pedagógicas e as flexibilizações realizadas no processo de ensino e aprendizagem, de modo que a avaliação seja coerente com o percurso educacional do estudante e não se constitua em mecanismo de exclusão ou desvalorização de suas aprendizagens.
- Promover formação continuada dos profissionais da educação sobre avaliação da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, contemplando avaliação acessível, elaboração de critérios e instrumentos avaliativos, flexibilizações pedagógicas e utilização dos resultados para orientar o planejamento pedagógico.

NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE DEFASAGENS: Implementar protocolos pedagógicos de avaliação de habilidades nos anos iniciais para identificar defasagens de aprendizagem, neurodivergências ou deficiências, assegurando o encaminhamento adequado sem substituir a avaliação pedagógica funcional por critérios puramente médicos.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, AEE E TEMPO INTEGRAL

NA UNIVERSALIZAÇÃO E OFERTA DO AEE: Expandir a infraestrutura das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e garantir a oferta do AEE no contraturno, de forma não substitutiva ao ensino regular, assegurando atendimento a 100% dos estudantes que dele necessitam.

NA COMPATIBILIZAÇÃO COM A JORNADA EM TEMPO INTEGRAL: Organizar o AEE e a atuação de forma integrada à escola de tempo integral, garantindo que a mediação especializada ocorra sem retirar o estudante dos componentes curriculares essenciais, atividades culturais, esportivas ou de convivência.

NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: Implementar e expandir a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade autônoma, garantindo a criação de turmas e escolas bilíngues com professores bilíngues, instrutores e tradutores-intérpretes de Libras (TIL), além de ofertar formação em Libras para as famílias dos estudantes.

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM CEGUEIRA E BAIXA VISÃO: Assegurar a presença de Educador Especial aos estudantes com cegueira, baixa visão ou surdocegueira com base na avaliação funcional da visão, garantindo o ensino do Sistema Braille, soroban, orientação e mobilidade, audiodescrição e o fornecimento antecipado de materiais em caracteres ampliados e táteis.

NA TRANSIÇÃO ENTRE ETAPAS E REDES DE ENSINO: Instituir o Plano de Transição Educacional Acessível para garantir a continuidade do AEE, das tecnologias assistivas e das adaptações pedagógicas quando o estudante mudar de etapa, escola ou município, promovendo o compartilhamento seguro dos dados pedagógicos.

Plano de Transição para a Vida Adulta (PVA): Tornar obrigatória a inclusão do PVA no PEI de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, prevendo articulação com a EPT, o ecossistema de inovação/trabalho local e o desenvolvimento da vida autônoma.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

NA VALORIZAÇÃO E IDENTIDADE DOCENTE: Reconhecer a função do Educador Especial nos planos de carreira das redes de ensino como cargo ou função de natureza docente (exigindo Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia com especialização na área), garantindo tempo reservado para planejamento colaborativo com o professor regente.

NA DISTINÇÃO ENTRE DOCENTE DE ESPECIAL E APOIO ESCOLAR: Regulamentar o serviço de Apoio Escolar para auxílio em higiene, alimentação, vestuário e locomoção (conforme a LBI), deixando claro que este serviço não substitui a atuação pedagógica do Professor de Especial nem a docência do professor regente.

NOS CENTROS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (CAESP/APAES): Condicionar o repasse de recursos públicos e convênios à realização de processos seletivos públicos, abertos e impessoais para a contratação de profissionais de ensino, bem como ao cumprimento de padrões públicos de qualidade, transparência e prestação de contas.

MODALIDADES ESPECÍFICAS, ENSINO SUPERIOR E INFRAESTRUTURA

NA EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBO: Garantir a instalação de Sala de Recursos Multifuncionais equipada e a presença de Educador Especial na própria unidade escolar indígena, do campo ou quilombola que possuir estudante do

PAEE, admitindo-se atendimento por equipe itinerante apenas em caráter temporário e justificável.

NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Promover a busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola e ofertar AEE e suporte pedagógico em horários compatíveis com a EJA, utilizando metodologias adequadas à idade e articuladas com a qualificação profissional.

NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA (EPT): Garantir acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em laboratórios, oficinas, equipamentos de proteção individual (EPIs), estágios e visitas técnicas, vedando o direcionamento capacitista a ocupações de menor complexidade.

NO ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO: Instituir núcleos formais de acessibilidade em todas as IES catarinenses, elaborar o Plano Individual de Acessibilidade Acadêmica, garantir adaptações em processos seletivos e pesquisas de campo, além de consolidar ações afirmativas e suporte financeiro para os custos adicionais decorrentes da deficiência na Pós-Graduação Stricto Sensu.

NA ACESSIBILIDADE DIGITAL, ARQUITETÔNICA E EM EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS: Mapear e eliminar as barreiras arquitetônicas nas escolas catarinenses; estabelecer padrões estaduais de acessibilidade digital para plataformas de aprendizagem e livros digitais; e incluir rotas acessíveis, sinalização tátil/sonora e protocolos individuais de evacuação para estudantes com deficiência nos planos escolares de prevenção de desastres climáticos.

DO PÚBLICO COM AH/SD:

Criar protocolos de identificação precoce e enriquecimento curricular para estudantes com AH/SD nas redes municipal e estadual e Federal.

Dupla Excepcionalidade: Prever diretrizes específicas para o atendimento de estudantes com dupla excepcionalidade (ex.: TEA + Altas Habilidades ou Deficiência Auditiva + Altas Habilidades).

Instituir diretrizes estaduais para a identificação precoce, enriquecimento curricular em salas de recursos de AH/SD e atendimento pedagógico adaptado aos casos de dupla excepcionalidade em todas as etapas da Educação Básica.

FINANCIAMENTO, CUSTO-ALUNO-QUALIDADE E TRANSPORTE

FUNDO OU APORTE DE ACESSIBILIDADE TERRITORIAL: Prever critérios de redistribuição financeira para municípios de pequeno porte e zonas rurais, garantindo frota de transporte escolar adaptado e suprimento de tecnologia assistiva sem sobrecarregar os orçamentos locais

OUTRAS FONTES INDICADAS

Lei Federal nº 14.191/2021: Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tipificar a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade independente, estabelecendo o direito linguístico de estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou com outras deficiências associada.

7. Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI)

1. Objetivo Sugestão

Assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e idosos.

2. Problemas do PNE

Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio.

Diagnóstico PNE

Matrículas na EJA em 2023

- Em 2023, as matrículas nessa modalidade totalizaram 2.589.815, sendo 1.575.804 no ensino fundamental e 1.014.011 no ensino médio, com tendência decrescente ao longo dos últimos anos.

Reconhecimento de Direitos e Políticas Públicas

- O fato de não haver o reconhecimento social e político das pessoas não alfabetizadas e com baixa escolaridade como sujeitos de direitos, evidencia a ausência de iniciativas que integrem a EJA a outras políticas públicas.

Diagnóstico SED - SC

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano (meta 10).

É urgente aumentar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos períodos diurno e noturno (Estratégias 8.2 e 8.7), especialmente na forma integrada à educação profissional (Estratégias 8.4, 8.7 e 8.8), uma vez que a Meta 10 (EJA Profissional) também está severamente comprometida.

5. Relatórios CEMAPEESC

- Com relação à meta 9 – o relatório aponta que apesar de SC ter atingido a meta de 98% de pessoas com 15 anos ou mais de idade alfabetizada, ainda em 2023,

há a persistência do analfabetismo funcional, cuja redução foi insuficiente: caiu de 11,3% (2014) para 8,0% (2023), permanecendo acima da meta de 6,15%. O relatório aponta uma estagnação nos últimos anos, indicando dificuldades para atingir a população mais vulnerável.

- Quanto a meta 10, da EJA integrada à educação profissional, o índice permanece muito abaixo dos 10% estabelecido, apesar do aumento de 0,9% (2014) para 2,7% (2023). A persistência do analfabetismo funcional e a baixa oferta de EJA integrada à educação profissional (EPT) reflete a necessidade urgente de políticas públicas estruturantes com a ampliação do acesso, permanência e conclusão da educação básica de jovens, adultos e idosos. Constatou-se ausência de informações sobre índices, ações ou estratégias para a superação do analfabetismo da população privada de liberdade.

6. Painel Lume

Situação das Matrículas e Desempenho da Meta 10 em SC (2025)

- Santa Catarina em 2025 apresentou 21.891 matrículas na modalidade EJA. Desse total, apenas 671 matrículas eram integradas à educação profissional, correspondendo a um índice de 3,07%, percentual significativamente inferior aos 10% estabelecidos para a meta 10.
- Esse cenário demonstra que a integração não se consolidou como política pública.

Cenário Municipal e Necessidades de Articulação

- O painel evidencia que diversos municípios apresentam 0% de taxa de EJA integrada à EPT.
- O cenário apresentado demonstra a necessidade de oferta de cursos integrados, de fortalecimento da cooperação entre as redes de ensino e as instituições de educação profissional.

7. Outras fontes

Não há dados específicos nos documentos locais.

8. Síntese preliminar

- Santa Catarina, apesar de apresentar um índice de 98,5% em 2025, segundo dados da Pnad Contínua, de pessoas acima de 15 anos em situação de analfabetismo, esses dados representam mais de 100 mil. Além disso, há um grande contingente de pessoas sem a conclusão da educação básica, indicando uma ausência do reconhecimento social e político desse público como sujeitos de direitos. Ademais, torna-se urgente a necessidade de ampliação de busca ativa

de estudantes, oferta flexível, pactuação entre as redes estaduais, municipais e instituições de formação profissional para expandir os cursos integrados e zerar os índices de municípios sem oferta de EJA, inclusive articulado a EPT.

- Em se tratando da população privada e considerando a rotatividade dos apenados dentro dos estabelecimentos penais, é fundamental: realizar levantamento periódico do nível de alfabetização e escolarização dos internos; assegurar a oferta de educação básica em todos os níveis, priorizando o atendimento dos internos em situação de analfabetismo; disponibilizar material didático e recursos pedagógicos adequados ao contexto prisional; ofertar EJA EPT dentro dos estabelecimentos penais, por meio da articulação entre as instituições de ensino e administração prisional. Todas essas ações contribuem para assegurar o direito à educação às pessoas privadas de liberdade, por meio da promoção da alfabetização, elevação da escolaridade, qualificação profissional e reintegração social.
- Implementar busca ativa e a chamada pública permanente da população jovem, adulta e idosa não alfabetizada ou que não concluiu a educação básica, com levantamento territorial da demanda e monitoramento de indicadores de acesso, matrícula, frequência, permanência, aprendizagem e conclusão, com dados desagregados por faixa etária, de modo a subsidiar políticas públicas específicas e intersetoriais
- Estabelecer metas específicas para ampliar a alfabetização e a escolarização da população idosa, com monitoramento periódico das taxas de matrícula, frequência, permanência, conclusão e aprendizagem, desagregadas por faixa etária.
- Desenvolver propostas pedagógicas específicas para estudantes idosos, valorizando seus saberes, experiências de vida, cultura, memória, autonomia, participação social e projetos de vida, vedadas práticas infantilizadas e estigmatizantes.
- Garantir ações de alfabetização e letramento digital para pessoas jovens, adultas e idosas, promovendo autonomia, segurança, acesso a serviços públicos, participação social e exercício da cidadania digital.
- Garantir formação inicial e continuada dos profissionais da educação para atuação com pessoas jovens, adultas e idosas, contemplando os fundamentos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o envelhecimento, a aprendizagem ao longo da vida, a inclusão digital, a acessibilidade e o enfrentamento do idadismo.
- Pensar em um Currículo contextualizado para a vida adulta e o envelhecimento sugiro incluir conteúdos relacionados a: educação financeira; direitos da pessoa

idosos; saúde e autocuidado; tecnologias digitais; acesso a serviços públicos; cultura e memória e prevenção de violências e golpes

- Criar uma política de permanência pois para muitos idosos, o problema não é somente entrar na escola, mas conseguir permanecer e concluir, onde a legislação deveria prever: transporte acessível e seguro, alimentação escolar adequada, horários flexíveis, oferta de turmas próximas às comunidades, atenção às necessidades individuais e relacionadas ao envelhecimento e articulação com serviços de saúde e assistência social.
- Assegurar, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, uma política permanente de educação ao longo da vida, integrada à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, garantindo a alfabetização, a ampliação do acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica para pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso ou não concluíram sua escolarização na idade considerada adequada.
- Garantir a cobertura territorial de 100% dos municípios catarinenses na oferta de EJAI, instituindo consórcios ou arranjos de desenvolvimento da educação para atender áreas com oferta insuficiente ou nula.
- Estruturar matriz curricular contextualizada para a vida adulta e o envelhecimento, incorporando obrigatoriamente módulos de educação financeira, prevenção a golpes bancários/digitais, uso seguro de serviços públicos digitais e noções de saúde preventiva/autocuidado.
- Mapear a população analfabeta ou com escolarização incompleta através do cruzamento de dados dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Convivência do Idoso.
- Implementar programas de formação continuada para docentes da EJAI focados no manejo de turmas intergeracionais e assegurar adaptações ergonômicas, visuais e de iluminação nas salas de aula frequentadas pela população idosa.

SUGESTÃO DE LEITURA DO GT 7

Educação Ambiental

Caderno de Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas:

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Caderno-Educacao-Ambienta-Politicas-e-Praticas-Pedagogicas-NEA.pdf>

PCSC/2024 (Proposta Curricular de Santa Catarina):

https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf

Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC):

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/VERSAO-WEB-CURRICULO-BASE-DA-EDUCACAO.pdf>

Educação Indígena, do Campo, Quilombola

Caderno de Política de Educação Escolar Quilombola:

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Caderno-Politica-de-Educacao-EScolar-Quilombola-NEQUI.pdf>

PCSC/2024 (Proposta Curricular de Santa Catarina):

https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf

CBTC (Currículo Base do Território Catarinense):

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/VERSAO-WEB-CURRICULO-BASE-DA-EDUCACAO.pdf>

Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

CF 1988, LDB 1996

CBTC, PCSC

Diretrizes do AEE (FCEE)

Verificar junto à SED o norte a ser seguido: Política Nacional? LBI?

Política Estadual está defasada, Resolução 100 precisa de atualização

A Assessoria Pedagógica da FCEE é insuficiente para atender a demanda atual do Estado. O que de fato embasará as diretrizes do novo PEE em SC?

Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e PNEERQ

Caderno de Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Caderno-Politica-de-Educacao-para-as-Relacoes-Etnico-Raciais-e-para-o-Ensino-de-Historia-e-Cultura-Afro-Brasileira-e-Africana-NEAD.pdf>

Proposta Curricular de Santa Catarina - versão atualizada/PCSC/2024:

https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf

CBTC:

<https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/VERSAO-WEB-CURRICULO-BASE-DA-EDUCACAO.pdf>

Cartilha da PNEERQ/Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/PDF/cartilha-pneerq.pdf>

Guia para Declaração Étnico-Racial para as Redes de Ensino:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/PDF/guiadeclaracao.pdf>

Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo (Instrumento voltado às redes de ensino para identificar e responder a situações de racismo no ambiente escolar):

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/protocolos-identificacao-resposta-racismo>

Cadernos de Gestão das Modalidades Educacionais (Apoiam a formulação, implementação e monitoramento de políticas de equidade educacional):

<https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade/cadernos-de-gest>

[ao-das-modalidades-educacionais/cadernos-de-gestao-das-modalidades-educacionais](#)

Devolutivas de Equidade Racial (Relatórios por município com dados e estratégias para melhoria dos indicadores de equidade):

<https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>

Caderno de Referenciais de Implementação – Financiamento e Gestão Financeira (Obs: em consonância também com a Educação Escolar Quilombola):

<https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade/referenciais-de-implementacao> Implementação — MEC

Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola:

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf

Edital de Equidade Racial:

<https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>

Estatuto da Igualdade Racial:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

OBSERVAÇÕES FINAIS do GT

Programa Estadual de Acolhimento ao Migrante (PAM):

LGBTQIAPN+: é preciso também trazer gênero na perspectiva de discutir *mulheridades* e masculinidades, no currículo, para combater a misoginia que leva as violências contra as mulheres. Também temos que abordar identidade de gênero, bem como orientação sexual, para combater a LGBTfobia intuindo promover o direito dessa população.

MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS - Não existem políticas e nem encaminhamentos voltados ao acolhimento e a equidade envolvendo estes segmentos. Tal contexto sem a devida atenção pedagógica dificulta a aprendizagem e a permanência destes indivíduos no espaço escolar. Trata-se de uma demanda crescente no Estado que afeta as questões pedagógicas.

ERER - o plano Estadual necessita avançar em relação ao plano nacional, incluindo um objetivo específico que trate da equidade racial dentro das prescrições das 10639/03 e 11645/08.

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Etnico-Raciais e Educação Escolar Quilobola - PNEERQ - Considerando que a PNEERQ, tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados a susp-eração das desigualdades etnico-raciais e do racismo, no ambiente de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população negra/quilombola visando o respeito, reconhecimento, e proteção da história e da cultura afrobrasileira, como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional e da superação dos racismos e toda a forma de preconceito e discriminação, é imperativo que o no PEE, contemplo esta política na íntegra.

Valor Aluno Ano Resultado - VAAR - Como desdobramento da PNEERQ o novo PEE deve evidenciar a importância do VAAR/Condicionalidade III, como critério obrigatório do novo FUNDEB que avalia a redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais, cujo papel é medir se as redes de ensino diminuíram disparidades de aprendizado entre grupos de estudantes, com base no SAEB, sendo central para receber recurso de equidade.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - O novo PEE deve propor um eixo envolvendo os sistemas educacionais contemplando uma formação em práticas de ensino para a equidade na educação básica destinada a promover avanços gerais na aprendizagem, mais especificamente, na redução das disparidades entre estudantes de diferentes níveis socioeconômicos e raciais (pretos, pardos, indígenas, quilombolas e ciganos).

EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO - Constar no novo PEE a educação para o envelhecimento, como instrumento de combate ao etarismo ao longo de todo o processo formativo, considerando os pressupostos presente da Política de Educação para o Envelhecimento da Secretaria de Estado da Educação.

OS PROTOCOLOS DE IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTA AO RACISMO - o protocolo são diretrizes que orientam instituições (especialmente escolas e universidades) a intervir em episódios de discriminação. Eles incluem a interrupção imediata do ato, o acolhimento da vítima, o registro detalhado e o acionamento de órgãos de proteção quando necessário, para erradicar a insegurança no ambiente escolar, organizar o fluxo de resposta, evitar a exposição desnecessária das vítimas, orientar o autor do ato racista por meio do diálogo reflexivo, acionar/criar uma Rede de Proteção quando há indícios de violência física, ameaça à integridade e sofrimento persistente.

O MONITORAMENTO DA ERER - (Educação para as Relações Étnico-Raciais) assegurar a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nas escolas, na seguinte perspectiva:

- Mensurar as metas de equidade racial, o combate ao racismo estrutural, a orientação da formação docente e a transformação de diretrizes teóricas em práticas pedagógicas cotidianas reais;
- Conferir se o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ocorre de fato nos currículos;
- Ajuda a identificar protocolos de resposta ao racismo e reduzir desigualdades no ambiente escolar;
- Produzir dados e indicadores que orientam melhorias em planos municipais e estaduais de ensino;
- Apontar lacunas na formação inicial e continuada de professores e gestores para uma atuação antirracista;
- Prestar contas à comunidade sobre os avanços institucionais na valorização da diversidade.
- Deliberar sobre a necessidade de um protocolo de autodeclaração racial como direito que afirma a identidade de cada de cada criança e estudante;

OBJETIVO 10

Garantir, ao longo da vida, o acesso e a permanência na educação especial, assegurando a oferta de AEE de qualidade e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, as etapas e as modalidades.

1. Problemas do PNE

GT1 Problema 9 - O acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, as etapas e as modalidades de ensino.

Versão do GT2 - Problema 9 — O acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e da educação bilíngue de surdos (PAEBS) são insuficientes e desiguais em todos os níveis, etapas e modalidades.

- Objetivo 10

Versão do GT3 - Problema 9 - O acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, as etapas e as modalidades de ensino. (Objetivo 10)

2. Diagnóstico PNE

1. Educação especial • A insuficiência e a desigualdade da capacidade de financiamento da oferta de AEE pelos entes federativos. • O acesso à creche, em geral, ainda é insuficiente para atender todas as crianças do PAEE de 0 a 3 anos. • A organização da oferta de AEE no contraturno não se adequa à realidade das escolas de tempo integral e às diferentes demandas regionais, das modalidades e das etapas de ensino. • As limitações do transporte escolar acessível para o PAEE. • Gestores públicos, muitas vezes, não possuem conhecimento acerca da legislação, das normativas e da política de financiamento da educação especial. • Muitos sistemas de ensino, que trabalham a partir do modelo biomédico de deficiência, exigem a apresentação de laudo diagnóstico em saúde como informação necessária e suficiente para o reconhecimento do estudante como PAEE. • A fragilidade de políticas de formação — incluindo professores regentes de classe comum que atendem o PAEE e gestores públicos da educação — em temas pertinentes da educação especial impulsiona o capacitismo como forma de relacionamento entre estudantes, profissionais e gestores da educação.

2. Educação bilíngue de surdos • A falta de entendimento por parte das escolas e dos gestores públicos de que o Paebs se agrupa em torno de questões linguísticas, identitárias e culturais. • Ausência de diretrizes e normativas nacionais para a educação bilíngue de surdos. • Má distribuição territorial das escolas bilíngues, escolas-polo bilíngues e classes bilíngues de surdos no território nacional. • Falta de transporte escolar (municipal e intermunicipal) para garantir o acesso do Paebs a escolas bilíngues, escolas-polo bilíngues e classes bilíngues de surdos. • Insuficiência de professores e profissionais da educação bilíngue para o Paebs em todas as etapas da educação. • Não há material específico, no caso de Libras, para o Paebs que considere as particularidades linguísticas e culturais desses estudantes. • As avaliações de aprendizagem aplicadas para o Paebs com o objetivo de identificar o desempenho da leitura e da escrita ao longo da educação básica não são consideradas adequadas.

3. Diagnóstico SED - SC

[GT1] • A oferta de AEE para os estudantes PAEE e Paebs é insuficiente e desigual.

- A aprendizagem dos estudantes PAEE e Paebs é insuficiente e desigual em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
- As informações para o cálculo dos resultados do indicador sobre a universalização do acesso à escola para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação ainda são do Censo Demográfico de 2010, prejudicando a análise da situação atual.
- Apesar do aumento absoluto no número de matrículas de estudantes que recebem AEE, o percentual desses alunos em relação ao total de matrículas de PAEE na educação básica tem apresentado uma tendência de queda, ficando abaixo das médias nacional e regional em 2023.
- Ainda não há resultados públicos dos indicadores para as metas 9.c (universalização do acesso, permanência, conclusão e qualidade da aprendizagem para o público-alvo da educação bilíngue de surdos) e 9.d (alfabetização em Libras e português escrito para crianças surdas) em âmbito estadual.

[GT2] Converge com SC na dimensão qualitativa; diverge positivamente na institucional.

SC segue a tendência nacional: amplia matrículas, mas não assegura proporcionalmente AEE de qualidade. A efetivação do AEE enfrenta desafios de infraestrutura, formação continuada e articulação com o ensino regular. A oferta de ensino bilíngue para surdos existe, mas é limitada geograficamente.

O acesso formal avançou, mas a permanência com qualidade, o AEE efetivo e a aprendizagem real permanecem como desafios. A divergência positiva está no estágio mais avançado de infraestrutura institucional e nas taxas de inclusão formal, que colocam SC em patamar diferenciado.

► Dados estaduais de referência (complemento técnico) • Apesar do aumento absoluto de AEE, o percentual de PAEE atendido vem caindo e ficou abaixo das médias nacional e regional em 2023. • Indicador de acesso (4–17 anos) ainda baseado no Censo Demográfico de 2010 — base defasada. • Sem resultados públicos estaduais para Metas 9.c (educação bilíngue de surdos) e 9.d (Libras + português escrito). *Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense (SED/SC, 2025).*

[GT3] O problema nacional converge com SC em vários aspectos estruturais, mas o estado apresenta avanços pontuais que se diferenciam positivamente da média nacional – o que não elimina, porém, contradições e lacunas relevantes.

No que converge: 1 – Santa Catarina segue a tendência nacional: amplia as matrículas, mas não assegura proporcionalmente a oferta do AEE de qualidade. Apesar dos avanços normativos, a efetivação do AEE ainda enfrenta desafios estruturais e formativos, como falta de infraestrutura adequada, necessidade de formação continuada para professores e insuficiente articulação entre o AEE e o ensino regular. 2 – A rede pública estadual

oferece ensino bilíngue para surdos em turmas bilíngues aos estudantes surdos matriculados na educação básica; contudo, essa oferta é limitada geograficamente, o que converge com o problema nacional de insuficiência no atendimento desses estudantes.

Santa Catarina converge com o problema nacional sobretudo na dimensão qualitativa: o acesso formal avançou, mas a permanência com qualidade, o AEE efetivo e a aprendizagem real dos estudantes da educação especial e da educação bilíngue de surdos permanecem como desafios presentes. A divergência está no estágio mais avançado de infraestrutura institucional e nas taxas de inclusão formal, que colocam SC em patamar diferenciado no contexto brasileiro.

4. Relatórios CEMAPEESC

A Meta 4 do PEE/SC perspectiva o acesso de todas as pessoas de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais. Seu monitoramento está voltado a três dimensões: acesso, sistema educacional inclusivo e atendimento educacional especializado. Como não há dados populacionais a respeito do público da educação especial produzidos por órgãos oficiais, o monitoramento do indicador 4A relativo ao acesso está comprometido, bem como o Indicador 4B que monitora o sistema educacional inclusivo. Em Santa Catarina o sistema educacional é considerado inclusivo e, por esta razão, todas as matrículas deste público na educação básica são em classes comuns. O indicador 4C, como abordado nos relatórios anteriores da CEMAPEESC, não há dimensão científica a respeito do percentual de alunos, público da educação especial, que demandam de atendimento educacional especializado. Por esta razão, não há possibilidade de aferir resultado/meta para este indicador.

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

[GT1] Educação Especial na Educação Infantil – Brasil (2024)

O Censo Escolar da Educação Básica 2024, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registrou 357.842 matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil, considerando as etapas de creche e pré-escola. Esse número representa um crescimento de aproximadamente 112% em relação ao ano de 2015, evidenciando a ampliação do acesso e da identificação das crianças que necessitam de atendimento educacional especializado.

Inclusão em Classes Comuns

Dos estudantes matriculados na Educação Especial na Educação Infantil:

- 72,1% frequentavam classes comuns do ensino regular;
- 27,9% permaneciam em classes ou escolas especiais.

Distribuição por Etapa

Etapa	Matrículas	Percentual
Creche (0 a 3 anos)	98.416	27,5%
Pré-escola (4 e 5 anos)	259.426	72,5%
Total	357.842	100%

Perfil das Crianças Atendidas

Entre os estudantes da Educação Especial matriculados na Educação Infantil, destacam-se:

Público-Alvo	Percentual
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	52,3%
Deficiência Intelectual	28,7%
Altas Habilidades/Superdotação	0,4%

Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estrutura:

Indicador	Brasil 2024
Escolas de Educação Infantil com Sala de Recursos Multifuncional	18,9%
Crianças que recebem AEE	41,2%
Matrículas em tempo integral (mais de 7 horas)	26,3%
Estudantes com acesso a transporte escolar acessível	31,4%

Os dados evidenciam que menos da metade das crianças público-alvo da Educação Especial recebe Atendimento Educacional Especializado (AEE), indicando a necessidade de ampliação da oferta desse serviço.

Docente

Indicador	Brasil 2024
Docentes da Educação Infantil com alunos da Educação Especial	214.553
Com formação continuada de 80 horas ou mais em Educação Especial	7,1%
Professores de AEE atuando na Educação Infantil	22.891
Turmas com segundo professor ou auxiliar	39,8%

Educação Especial na Educação Infantil em Santa Catarina – Censo Escolar INEP 2024

1. Matrículas da Educação Especial na Educação Infantil

Em 2024, Santa Catarina registrou 16.203 matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil, representando importante avanço na política de inclusão escolar.

Indicador	Santa Catarina	%	Brasil
Matrículas da Educação Especial na Ed. Infantil	16.203	100%	357.842
Creche (0 a 3 anos)	4.781	29,5%	27,5%
Pré-escola (4 e 5 anos)	11.422	70,5%	72,5%
Matrículas em classes comuns inclusivas	12.735	78,6%	72,1%
Matrículas em classes ou escolas exclusivas	3.468	21,4%	27,9%

Destaque: Santa Catarina apresenta percentual de inclusão (78,6%) superior à média nacional (72,1%), evidenciando o fortalecimento das políticas inclusivas na Educação Infantil.

2. Perfil do Público-Alvo da Educação Especial

A distribuição das matrículas por tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades demonstra predominância do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Categoria	Matrículas	% sobre o total
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	8.928	55,1%
Deficiência Intelectual	4.126	25,5%
Deficiência Física	1.587	9,8%
Múltipla Deficiência	500	3,1%
Baixa Visão	489	3,0%
Surdez/Deficiência Auditiva	476	2,9%
Altas Habilidades/Superdotação	97	0,6%

3. Atendimento Educacional Especializado

Indicador	Santa Catarina	Brasil
Crianças da Educação Especial com acesso ao AEE	7.289 (45,0%)	41,2%
Escolas de Educação Infantil com Sala de Recursos Multifuncional	1.042 (24,3%)	18,9%
Crianças em tempo integral (mais de 7 horas)	4.893 (30,2%)	26,3%
Crianças atendidas por transporte escolar acessível	5.012 (30,9%)	31,4%

4. Docentes

Indicador	Santa Catarina	Brasil
Docentes atuando com alunos da Educação Especial na Ed. Infantil	9.876	214.553
Docentes com formação continuada (80h ou mais) em Ed. Especial	909 (9,2%)	7,1%
Professores de AEE atuando na Educação Infantil	1.187	22.891
Turmas com segundo professor ou auxiliar	5.203 (52,7%)	39,8%

Evolução em SC - Ano Matrículas da Educação Especial na Educação Infantil
 Percentual de Inclusão.

Ano	Matrículas da Educação Especial na Educação Infantil	Percentual de Inclusão
2015	7.412	69,3%
2019	11.890	74,1%
2024	16.203	78,6%

Análise da Evolução

- Crescimento de 118% no número de matrículas entre 2015 e 2024.
- Ampliação de 9,3 pontos percentuais na taxa de inclusão escolar.
- Consolidação do processo de inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial nas classes comuns da Educação Infantil.

[GT2] Importância da formação continuada de professores e da adequação da infraestrutura física e tecnológica.

► **Notas técnicas**

- Deslocar o objetivo central do acesso formal para a aprendizagem efetiva.
- Atualizar a base de cálculo é pré-requisito de qualquer meta crível de universalização.

[GT3] A implementação destes objetivos deve estar articulada aos princípios da da Educação em Tempo Integral, compreendendo que os estudantes da rede pública da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos têm direito não apenas ao acesso à escola, mas à participação plena em todas as dimensões do processo educativo. Nesse contexto, a ampliação do tempo de permanência na escola deve constituir uma oportunidade para fortalecer o desenvolvimento acadêmico, social, cultural, comunicacional, emocional e cidadão desses estudantes, assegurando a eliminação de barreiras e a garantia das condições de acessibilidade, inclusão e aprendizagem.

A expansão da Educação em Tempo Integral em Santa Catarina deve considerar as especificidades dos estudantes da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos, assegurando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, materiais acessíveis, profissionais qualificados e

práticas pedagógicas inclusivas ao longo de toda a jornada escolar. Da mesma forma, as atividades complementares, projetos integradores, ações culturais, esportivas, científicas e de participação comunitária devem ser planejadas de forma acessível e inclusiva, garantindo a efetiva participação desses estudantes.

Além disso, a ampliação do tempo escolar deve contribuir para o fortalecimento das aprendizagens, para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção da equidade territorial, assegurando que estudantes de todas as regiões do estado tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. Dessa forma, a Educação em Tempo Integral torna-se uma estratégia fundamental para consolidar um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade, capaz de promover o desenvolvimento integral, a autonomia, a participação social e o pleno exercício da cidadania dos estudantes da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos em Santa Catarina.

8. Síntese preliminar

[GT1] Apesar dos avanços na implantação da política de Educação Especial, persistem alguns desafios: a qualidade da inclusão ainda depende do fortalecimento de ações voltadas à formação docente, à consolidação do serviço de atenção precoce para as crianças da Educação Infantil e à ampliação das condições de acessibilidade. O desafio atual não se restringe ao acesso, mas à garantia de aprendizagem, desenvolvimento integral e participação efetiva das crianças público-alvo da Educação Especial nos espaços educativos da Educação Infantil.

- Promover ações articuladas entre Estado e municípios para mapear a demanda, planejar e ampliar a oferta da educação bilíngue de surdos na educação infantil, garantindo a criação e o fortalecimento de escolas, classes ou polos bilíngues no território estadual, com condições de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças surdas.
- É preciso ampliar a oferta do atendimento educacional especializado para as crianças da educação infantil de acordo com a etapa de ensino (creche — atenção precoce; e AEE na pré-escola).
- Ampliar a oferta de transporte escolar adequado ao público-alvo da educação especial matriculado em creches e pré-escolas.
- Necessidade da criação de indicadores educacionais específicos para o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação da taxa de atendimento do público-alvo da educação especial e da Educação Bilíngue, bem como da taxa de atendimento de crianças matriculadas em creches no atendimento educacional especializado ou na atenção precoce.

- Necessidade de ampliar as fontes de financiamento para o atendimento do público-alvo da educação especial.
- Ampliar fontes de financiamento para o atendimento de crianças com seletividade alimentar, de modo a ampliar as opções de alimentos no cardápio escolar.
- Garantir o cumprimento da hora/atividade dos professores que atuam na educação especial.
- Garantir que todos os alunos público-alvo da educação especial tenham assegurados o PAEE (Plano do Atendimento Educacional Especializado) e o PEI (Plano Educacional Individualizado).
- Fomentar a oferta do AEE, integrado ao projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino, com a participação da família e do estudante.
- As unidades escolares e os serviços de Educação Especial promoverão ações de orientação, sensibilização e acompanhamento das famílias, visando fortalecer a corresponsabilidade entre poder público, escola e responsáveis legais na garantia da permanência e da participação dos estudantes nos atendimentos.
- Assegurar, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, a aquisição, manutenção e distribuição de materiais pedagógicos adaptados, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, mobiliários e equipamentos adequados às necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

[GT2] Situação desejada (objetivo geral) Garantir sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade, com acesso, permanência e aprendizagem do PAEE e do Paeb em todos os níveis, etapas e modalidades, e AEE de qualidade ofertado de forma universal e com equidade territorial.

Objetivos específicos (qualificados)

1. Universalizar acesso e permanência do PAEE em classes comuns, eliminando barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.
2. Ampliar a oferta de AEE, preferencialmente na própria escola, e a formação continuada dos professores do AEE.
3. Expandir a educação bilíngue de surdos a todas as regiões (turmas bilíngues, com professores bilíngues, instrutores e intérpretes de Libras).
4. Ampliar a formação continuada e o percentual de docentes/especialistas com formação específica em educação especial e bilíngue.
5. Ampliar a acessibilidade física e pedagógica, mapeando e sanando as lacunas de acessibilidade em toda a rede.

► **Metas e indicadores de referência (complemento técnico)** • AEE: % de PAEE com AEE — reverter a queda → 100% dos identificados até 2031. • Base de cálculo: substituir o Censo 2010 por fonte atual (Censo 2022/registros) até 2026. • Bilíngue de surdos: criar indicadores estaduais (Metas 9.c e 9.d) e cobrir todas as regiões até 2032. •

Aprendizagem: medir aprendizagem, não apenas matrícula, com instrumentos adequados às especificidades.

[GT3]Em Santa Catarina queremos um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade, no qual todos os estudantes público da educação especial e da educação bilíngue de surdos tenham garantido o acesso, a permanência e a aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com AEE de qualidade ofertado de maneira universal e com equidade territorial.

Objetivo 1 – Universalizar o acesso, eliminar as barreiras de permanência e garantir a aprendizagem, assegurando a matrícula e a permanência de todos os estudantes público da educação especial em classes comuns da rede regular, eliminando barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais nas escolas catarinenses.

Objetivo 2 – Ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação continuada para os professores que atuam no AEE em todo o território catarinense, assegurando que 100% dos estudantes identificados como público da educação especial tenham acesso ao AEE, preferencialmente em suas escolas.

Objetivo 3 – Expandir, fortalecer e ampliar a educação bilíngue de surdos em todas as regiões do estado, no modelo de turmas bilíngues nas escolas de Educação Básica, com profissionais/professores capacitados como bilíngues, instrutores e intérpretes de Libras.

Objetivo 4 – Ampliar e manter a formação continuada dos profissionais da educação especial, aumentando o percentual de professores regentes e especialistas com formação específica em educação especial e educação bilíngue de surdos.

Objetivo 5 – Ampliar a acessibilidade física e pedagógica das escolas, eliminando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais/de informação, atitudinais, tecnológicas e pedagógicas das escolas catarinenses, superando o indicador nacional (em que mais de 20% das escolas brasileiras ainda não possuíam nenhum item de acessibilidade física registrado). Santa Catarina deve mapear e sanar as lacunas de acessibilidade em toda a sua rede.

OBJETIVO 11

Assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e idosos.

1. Problemas do PNE

Problema 10: Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio. *(Objetivo 11)*

2. Diagnóstico PNE

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

3. Diagnóstico SED - SC

[GT2]

Converge parcialmente com SC (menor intensidade).

SC apresenta indicadores superiores à média nacional, mas não universalizou a alfabetização nem a conclusão da Educação Básica para jovens e adultos. Persistem desafios em municípios menores, áreas rurais e entre grupos socialmente vulneráveis.

► **Dados estaduais de referência (complemento técnico)** • Alfabetização 15+ atingiu 98% apenas em 2023 — seis anos após o prazo (2017); em 2024 havia 118.432 pessoas não alfabetizadas. • Cerca de 485 mil analfabetos funcionais (15+), com maior incidência de mulheres, população rural e do quartil mais pobre. • Matrículas na EJA em queda; integração EJA–educação profissional em 2,7% (2023), ante meta de 10%. • Apenas 110 de 295 municípios (37,2%) realizaram diagnóstico de demanda de EJA. *Fonte: 6º Relatório CEMAPEESC (2026), p. 54–58; Diagnóstico SC (2025).*

4. Relatórios CEMAPEESC

Não há registros diretos de conteúdo

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes► **Notas técnicas:**

- Transformar a baixa cobertura do diagnóstico municipal (37,2%) em meta: sem demanda conhecida, a oferta opera às cegas.
- Integrar bases (CadÚnico + SINE + Educação) para localizar e reinserir a população elegível.
- Reverter a queda de matrículas com oferta flexível (horários, polos, modalidade).

7. Síntese preliminar**Situação desejada (objetivo geral):**

Assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da Educação Básica para jovens, adultos e idosos, fortalecendo a EJA, ampliando a integração com a educação profissional e garantindo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Objetivos específicos (qualificados):

3. Reduzir o analfabetismo absoluto e funcional da população de 15 anos ou mais.
4. Reestruturar a oferta da EJA, integrando-a à qualificação profissional e técnica e alinhando o currículo às demandas regionais.
5. Estruturar rede estadual de busca ativa, articulando dados da Educação, Assistência Social (CadÚnico) e Trabalho (SINE).

6. Ampliar o acesso à EJA com distribuição estratégica de polos e turmas em territórios vulneráveis.
7. Mobilizar e sensibilizar a comunidade, valorizando a educação ao longo da vida.
8. Reduzir a evasão na EJA (acolhimento, acompanhamento pedagógico, flexibilização e permanência).
9. Universalizar o diagnóstico municipal de demanda de EJA.

► **Metas e indicadores de referência (complemento técnico):**

- **Analfabetismo:** não alfabetizados 15+ — base 118.432 (2024) → reduzir $\geq$ 60% até 2035.
- **EJA profissional:** base 2,7% (2023) → $\geq$ 10% até 2033.
- **Diagnóstico municipal:** base 37,2% → 100% dos municípios até 2028.

OBJETIVO 12

Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

1. Problemas do PNE

Problema 11: Acesso e permanência desiguais e insuficientes na educação profissional e tecnológica (EPT), especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, de pessoas surdas e de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.

3. Diagnóstico PNE

GT4] Análise descritiva do problema:

- Segundo dados do IBGE, o quantitativo de jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos é de, aproximadamente, 30 milhões. Desse total, 24,4% não estudam nem trabalham (OECD, 2023). A existência de mais de 7 milhões de jovens fora do mundo do trabalho e da escola indica uma exclusão socioeconômica preocupante. O fato de cerca de 60% desse grupo ser composto por mulheres, a maioria delas com filhos pequenos, sugere que elas enfrentam desafios adicionais. A alta proporção de jovens pretos e pardos (68%) entre aqueles que estão fora do mundo do trabalho e da escola revela as desigualdades raciais persistentes no Brasil.
- Apesar dos avanços da oferta nos últimos anos, o crescimento das matrículas na educação profissional técnica de nível médio foi de apenas 51% entre 2013 e 2023, muito inferior à Meta 11 do PNE 2014-2024 (Brasil. Inep, 2022) de triplicar as matrículas dessa modalidade de oferta, assegurando que, pelo menos, 50% da expansão se desse no setor público. Contudo, observa-se que, ao longo do período

do PNE, três modalidades de oferta cresceram: o ensino técnico integrado (131%), o técnico subsequente (36%) e o técnico concomitante (7%). Em duas modalidades de oferta houve redução de matrículas: o normal/magistério (-66%) e o técnico integrado à EJA (-7%). Do total de 2.413.825 matrículas ofertadas em 2023, 1.071.844 são da rede privada (44%) e 1.341.981 (56%) da pública.

- Nota-se uma oferta insuficiente de matrículas de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional em face da Meta 10 do PNE. Esta meta, fixada em 25% das matrículas na forma integrada à EPT, a ser alcançada até 2024, sempre representou um grande desafio. Em 2022, apenas 3,5% das matrículas de EJA eram integradas à EPT (Brasil. Inep, 2023). De acordo com o Inep, há 70 milhões de brasileiros que não concluíram o ensino médio e que poderiam realizar cursos na modalidade da educação de jovens e adultos, mas em 2022, o número de matrículas na EJA foi da ordem de 2,77 milhões. Assim, a baixa oferta de EJA e o baixo percentual das matrículas de EJA integrada à EPT não respondem, de modo satisfatório, à demanda potencial existente no Brasil.
- **Causas críticas:** • Baixo investimento em educação profissional e tecnológica limita a expansão e a manutenção dessa modalidade de oferta. • Baixa valorização social da educação profissional que desencoraja estudantes e suas famílias a optarem por essa modalidade de ensino. • Desalinhamento da oferta de EPT com as necessidades locais e regionais do mercado de trabalho, o que reduz o interesse dos estudantes pelos cursos disponíveis. • Distribuição desigual da oferta de cursos de educação profissional no território, com concentração da oferta em áreas urbanas e mais desenvolvidas. • Pouca integração da oferta de EPT com o ensino médio. • Falta de informação e orientação profissional, já que, muitas vezes, os potenciais estudantes da EPT, especialmente aqueles de grupos em situação de vulnerabilidade, não têm acesso à orientação adequada sobre as opções disponíveis, o que pode prejudicar suas escolhas. • A falta de políticas de apoio ao estudante em situação de vulnerabilidade reduz o acesso e eleva o risco de evasão em cursos da modalidade EPT.

4. Diagnóstico SED – SC

□ [GT4] Análise descritiva e contextual

- Temos 4 metas relacionadas ao objetivo 12, problema 11. São elas: Metas 11 A, B, C, D.
- Para a meta 11A, que procura expandir as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio até atingir 50% dos estudantes do ensino médio, garantindo a qualidade da oferta, a permanência estudantil e assegurando que, no mínimo, 45% dessa expansão ocorra na rede pública, verificou-se que, entre 2013 e 2023, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Santa Catarina passou por uma reconfiguração da oferta, com crescimento apenas do

Ensino Médio Integrado e redução das demais modalidades. Observou-se também o fortalecimento da rede federal e a diminuição da participação da rede estadual, além da elevada concentração das matrículas na zona urbana, evidenciando a necessidade de ampliar a oferta pública e expandir o acesso à educação profissional, especialmente nas áreas rurais, para o cumprimento da meta prevista no PEE/SC.

- Para a meta 11B, que procura expandir em 50% as matrículas nos cursos subsequentes, de forma a assegurar a qualidade da oferta e a permanência dos estudantes, constatou-se que, entre 2013 e 2023, os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio apresentaram crescimento das matrículas, com recuperação após 2020, porém concentrada na zona urbana e impulsionada pela rede privada. Em contrapartida, as redes públicas registraram redução no número de matrículas, especialmente na zona rural, evidenciando a necessidade de fortalecer a oferta pública, ampliar o acesso e promover a permanência dos estudantes para o alcance da meta prevista no PEE/SC.
- Para a meta 11C, que procura expandir para, no mínimo, 25% as matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional, verificou-se que, entre 2013 e 2023, a EJA integrada à Educação Profissional apresentou crescimento, alcançando 2,7% das matrículas da EJA em 2023, ainda muito abaixo da meta prevista no PEE/SC. A oferta permaneceu concentrada na zona urbana, com expansão recente nas redes municipal e federal, evidenciando a necessidade de ampliar a oferta, especialmente nas áreas rurais e na rede pública, para garantir o cumprimento da meta.
- Para a meta 11D, que procura expandir para 3 milhões o número de matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas, em instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino, observou-se que, entre 2013 e 2023, as matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) cresceram, apesar de oscilações, com expansão concentrada na zona urbana e impulsionada pelas redes federal, municipal e privada. Embora tenha havido diversificação da oferta e aumento do número de instituições ofertantes, a participação da rede estadual e da zona rural permaneceu reduzida, evidenciando a necessidade de ampliar e interiorizar a oferta para fortalecer a qualificação profissional no estado.
- **Pontos que merecem atenção:** baixa participação da Educação Profissional Técnica de nível médio, que atingiu apenas 9,6% das matrículas em 2023, percentual muito inferior à meta de 50% prevista no PEE/SC; a redução contínua das matrículas na zona rural, evidenciando desigualdades de acesso; o declínio da oferta de EJA integrada à Educação Profissional nas redes estadual e privada, apesar do crescimento nas redes municipal e federal; e a expansão ainda insuficiente da qualificação profissional e da EJA integrada à EPT para o alcance das metas do Plano Estadual de Educação, especialmente nas regiões rurais e em áreas de maior vulnerabilidade.

4. Relatórios CEMAPEESC

[GT4] Entre 2013 e 2024, houve aumento do número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, passando de 66.311 para 84.383, representando uma evolução aproximada de 21,4%.

Embora tenha havido ampliação da EPT no estado, o número de matrículas permanece distante da Meta 11 do PEE/SC, que objetivava triplicar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio (198.933 previstos), assegurando a qualidade da oferta e garantindo que, pelo menos, 60% da expansão ocorresse no segmento público.

A participação do segmento público nessa expansão passou de 47,5%, em 2013, para 58,0%, em 2024, restando apenas 2,0% para o alcance integral da meta. Em 2024, a expansão acumulada da EPT pública de nível médio foi de 33,20%.

No que se refere à EJA integrada à EPT, a Meta 10 do PEE/SC, que objetivava oferecer, no mínimo, 10% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, não foi atingida. Observa-se que, no período de 2013 a 2024, o número de matrículas na EJA reduziu-se de 77.267 para 47.622, sendo que na EJA integrada à Educação Profissional Técnica houve avanço não tão significativo de 1,4%.

5. Painel Lume

Em relação à Meta 11 do PEE/SC, que objetivava triplicar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e garantindo que, pelo menos, 60% da expansão ocorresse no segmento público, o painel evidencia que, em 2020, faltavam 151.709 matrículas para Santa Catarina atingir essa meta, uma vez que o Estado possuía apenas 65.491 matrículas naquele ano. Além disso, durante esse período, houve apenas 19,05% de expansão das matrículas de EPT no segmento público.

Além disso, o painel mostra que, em 2025, do total de 21.891 matrículas na EJA, cerca de 671 eram integradas à Educação Profissional, contabilizando uma taxa de atendimento de 3,07%, o que demonstra que o Estado permaneceu distante dos 10% previstos na Meta 10 do PEE/SC.

6. Outras fontes

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

7. Síntese preliminar

[GT4] A análise conjunta das metas elencadas para alcançar o Objetivo 12 evidencia que Santa Catarina apresentou avanços na expansão da Educação Profissional e Tecnológica entre 2013 e 2023, porém em ritmo insuficiente para o alcance das metas estabelecidas pelo PEE/SC. As desigualdades territoriais são apresentadas através da baixa presença da EPT nas áreas rurais e sua concentração nas áreas urbanas. Além

disso, observam-se percentuais de atendimento significativamente inferiores às metas pactuadas, como demonstram os 9,6% de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e os 2,7% da EJA integrada à EPT em 2023.

Diante desse cenário, os principais desafios concentram-se: • Na ampliação da oferta pública; • No fortalecimento da rede estadual; • Na interiorização da educação profissional; • Na redução das desigualdades entre zonas urbana e rural; • Na implementação de estratégias que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes.

Como perspectiva para a melhoria da qualidade da política pública, torna-se necessário: • Promover uma expansão planejada e territorialmente equilibrada da EPT, articulada às demandas socioeconômicas regionais; • Garantir o monitoramento sistemático dos indicadores; • Fortalecer a integração entre ensino médio, EJA e qualificação profissional, de modo a elevar a cobertura, a equidade e a efetividade da educação profissional no estado.

OBJETIVO 13

Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e de seus territórios na educação profissional e tecnológica.

1. Problemas do PNE

Problema 12: A educação profissional e tecnológica enfrenta desafios quanto à qualidade nas condições de ofertas e quanto à aprendizagem dos saberes adequados ao mundo do trabalho em rápida transformação.

2. Diagnóstico PNE

[GT4] Análise descritiva do problema:

Os indicadores disponíveis hoje não são suficientes para avaliar a realidade da educação profissional, fazendo-o apenas parcialmente. Não há uma base nacional de referência para a avaliação da EPT.

A qualidade da EPT é influenciada por diversos fatores: a infraestrutura das instituições, a qualificação dos professores, a relevância dos currículos e a metodologia de ensino. Algumas áreas, especialmente as mais afastadas dos grandes centros urbanos, ainda sofrem com a falta de recursos, o que se reflete na infraestrutura física e tecnológica inadequada, bem como na escassez de professores especializados. A descontinuidade das políticas públicas e a insuficiência de financiamento comprometem a sustentabilidade e a expansão da qualidade na EPT.

Além disso, há um descompasso frequente entre as habilidades ensinadas e as necessidades reais das indústrias e dos serviços locais. Em muitos casos, os cursos

oferecidos são baseados em modelos ultrapassados ou não levam em consideração as particularidades econômicas das regiões.

O atual quadro de desalinhamento entre oferta e demanda de EPT mostra que somente 30% das matrículas nos cursos técnicos da área industrial atendem às demandas do mundo do trabalho nas áreas da Indústria 4.0. Uma pesquisa publicada pela InfoJobs (2022) mostrou que 84% das empresas têm dificuldade para contratar profissionais em decorrência de falta de qualificação, o que pode ser interpretado, também, como qualificação inadequada por quem oferta e/ou dificuldade de acesso por quem demanda.

Uma questão estruturante do desalinhamento entre a demanda e a oferta da educação profissional é o número limitado de vagas na rede pública de ensino. Cerca de 50% delas são ofertas que se concentram em dois eixos: saúde e gestão.

A questão do desalinhamento entre oferta e demanda de EPT relaciona-se, ainda, com a velocidade de mudança no mundo do trabalho. Essas mudanças estão ocorrendo em um ritmo sem precedentes, impulsionadas, principalmente, por avanços tecnológicos e transformações econômicas globais.

Causas críticas: • Inexistência de padrões de qualidade da oferta pactuados e integradores do sistema de educação profissional e tecnológica que gerem os referenciais para a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de oferta pública e privada. • Infraestrutura inadequada e insuficiente na rede de oferta de EPT, com muitas instituições de ensino sem instalações modernas e equipamentos atualizados. • Tendência de concentrar a oferta de EPT em cursos de baixo custo, o que limita as escolhas dos estudantes e prejudica a correspondência entre oferta e demanda em determinado território. • A qualificação dos professores, muitas vezes, não acompanha as demandas tecnológicas e metodológicas contemporâneas, especialmente em áreas tecnologicamente avançadas. • Falta de diálogo e de integração da EPT com o setor produtivo. • Os currículos no âmbito da EPT são elaborados exclusivamente pelos profissionais das instituições de ensino, sem diálogo com os atores do mundo do trabalho. • Resistência à mudança em um cenário em que a inovação é constante, o que coloca as instituições de ensino e o setor produtivo em dissonância com as transformações do mundo corporativo e do trabalho.

3. Diagnóstico SED - SC

Diagnóstico e Pontos de Atenção [GT4]

- Segundo o diagnóstico catarinense, há ausência de indicadores, o que não permite a elaboração de um diagnóstico preciso da educação profissional catarinense. Contudo, o documento apresenta o seguinte trecho:

Pontos de Atenção

- Inexistência de padrões de qualidade da oferta pactuados e integradores do sistema de EPT e a adequação da formação às demandas da sociedade do sistema de

educação profissional e tecnológica, que gerem os referenciais para a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de oferta pública e privada, podem gerar problemas de diversas ordens, tais como:

- Tomada de providências em relação à adequação da infraestrutura nas redes de ensino que ofertam a EPT.
- Possível concentração da oferta de EPT em cursos de baixo custo, limitando as escolhas dos estudantes e prejudicando a correspondência entre oferta e demanda em determinado território.
- A falta de qualificação adequada aos professores que atuam na EPT de modo a atender às demandas de formação para os estudantes que frequentam esta modalidade de curso.
- Elaboração de currículos da EPT sem diálogo com o setor produtivo.
- Descompasso entre as instituições de ensino que ofertam a educação profissional e tecnológica e o setor produtivo.

4. Relatórios CEMAPEESC

O documento não apresenta indicadores quantitativos diretos para esse problema específico, abordando-o de maneira descritiva:

- **Necessidades estruturais e normativas:** Ratifica-se a necessidade de formalizar programas de reconhecimento de saberes e a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades de acesso e permanência.
- **Investimentos:** Requer-se investimento contínuo na estrutura física e tecnológica das escolas de educação profissional de nível médio para assegurar os padrões de qualidade desejados.

5. Painel Lume

- O painel Lume não apresenta indicadores quantitativos nem referências diretas que atendam a este problema específico.

6. Outras fontes

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

7. Síntese preliminar

[GT4] Os diagnósticos, relatórios e painéis apontam que a ausência de indicadores unificados e de uma base nacional de referência impede a avaliação precisa do Objetivo 13, evidenciando a necessidade urgente de definir padrões de qualidade pactuados para orientar o aprimoramento contínuo do sistema.

Além disso, os principais eixos dos desafios relacionados à qualidade da oferta de EPT, conforme os documentos, são: • **Infraestrutura:** Adequação física e tecnológica das instituições com instalações modernas e equipamentos atualizados. • **Territorialidade:** Ampliação da oferta de cursos em consonância com as demandas socioeconômicas

loais. • **Formação Docente:** Qualificação contínua dos professores para acompanhar as inovações tecnológicas e metodológicas. • **Currículos Alinhados:** Construção de percursos formativos em diálogo constante com o setor produtivo. • **Articulação Institucional:** Fortalecimento da integração entre o ensino e o mundo do trabalho.

OBJETIVO 14

Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

1. Problemas do PNE

- Baixo percentual da população com graduação completa, com ênfase nas elevadas desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, de sexo, linguísticas, situações de deficiência e suas interseccionalidades no acesso, na permanência e na conclusão da graduação. *Fonte-base: Diagnóstico da Educação Nacional*

2. Diagnóstico PNE

- **Importância da graduação e remuneração:** A conclusão do ensino superior está associada a melhores oportunidades profissionais e de renda. No Brasil, pessoas de 25 a 64 anos com graduação recebem 153% a mais do que aquelas com apenas o ensino médio, diante de 56% na média da OCDE. Entre 25 e 34 anos, os diferenciais são de 117% e 38%, respectivamente.
- **Baixo percentual de graduados:** Em 2023, somente 19,7% da população brasileira com mais de 25 anos possuía graduação completa; entre 25 e 34 anos, o índice era de 23,7%. O crescimento perdeu intensidade nos anos recentes. Em 2022, 21% dos brasileiros de 25 a 64 anos tinham nível superior, diante de 40,4% na média da OCDE.
- **Desigualdades sociais, étnico-raciais e de sexo:** Em 2023, 27,8% das pessoas brancas com mais de 25 anos tinham graduação completa, frente a 13,4% das pessoas pretas e 13,0% das pardas. Entre 25 e 34 anos, a conclusão era maior entre as mulheres (27,6%) do que entre os homens (19,9%). Em 2022, o acesso se aproximava de 60% entre os 20% mais ricos, mas alcançava apenas 7,7% entre os 20% mais pobres.
- **Grupos sub-representados e lacunas de dados:** Entre as pessoas com deficiência com 25 anos ou mais, 7,0% tinham graduação completa em 2022, diante de 20,9% das pessoas sem deficiência. Para a população indígena, as oscilações da PNAD contínua limitam o acompanhamento. Para a população quilombola, não há identificação específica na PNAD Contínua nem no Censo da Educação Superior que permita monitoramento anual.
- **Desigualdades regionais e territoriais:** Em 2023, o percentual de graduados com mais de 25 anos variava de 24,3% no Centro-Oeste a 13,3% no Nordeste.

Nas áreas urbanas, 21,9% haviam concluído a graduação, diante de 4,6% nas áreas rurais, evidenciando a distribuição desigual da oferta e das condições de acesso.

- **Permanência, conclusão e fatores críticos:** O problema não se restringe ao ingresso. A evasão e a baixa diplomação estão relacionadas à necessidade de conciliar estudo e trabalho, à insuficiência de assistência estudantil, às dificuldades de alimentação, moradia e transporte, às defasagens de aprendizagem e à adaptação às exigências acadêmicas. O diagnóstico também destaca a oferta territorial desigual, a insuficiência da expansão pública e a necessidade de políticas específicas de inclusão. Acesso, permanência e conclusão devem ser tratados de forma articulada.

3. Diagnóstico SED - SC

- **Metas e limitações de mensuração:** O diagnóstico catarinense estabelece elevar para 40% o acesso à graduação da população de 18 a 24 anos e elevar para 40% a proporção de pessoas de 25 a 34 anos com educação superior completa. O próprio documento registra ausência de indicadores de matrículas das IES comunitárias para a Meta 13.A e ausência de indicadores específicos para a Meta 13.B.
- **Taxa Líquida de Escolarização (TLE):** A TLE passou de 27,0% em 2012 para 32,7% em 2019, mas recuou para 29,2% em 2023. O resultado estava 10,8% abaixo da meta de 40%.
- **Desigualdade urbano-rural:** Em 2023, a TLE urbana era de 30,1% e a rural de 20,9%. A diferença caiu de 15,8% em 2012 para 9,2% em 2023, mas as duas zonas permaneceram abaixo da meta e apresentaram queda após seus melhores resultados.
- **Expansão e mudança de modalidade:** As matrículas de graduação cresceram 56,7%, de 295.909 em 2013 para 463.790 em 2023. O período foi marcado por forte crescimento da modalidade a distância (EaD) e redução da oferta presencial.
- **Conclusão e dependência administrativa:** O total de concluintes aumentou de 39.384 em 2013 para 58.953 em 2023. A expansão foi impulsionada pela EaD, que passou de 8.112 para 32.348 concluintes, enquanto o presencial recuou de 31.272 para 26.605. Na rede pública, os concluintes caíram de 18.452 para 6.973; na privada, cresceram de 20.932 para 51.980.
- **Inclusão e lacunas:** Os ingressantes declarados com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento passaram de 395 em 2010 para 671 em 2023, com retração em 2020–2021 e retomada posterior. Ainda faltam indicadores suficientes para acompanhar de modo integrado acesso, permanência, conclusão e desigualdades entre os grupos previstos no objetivo.

4. Relatórios CEMAPEESC

- **Correspondência com o PEE/SC anterior:** O novo Objetivo 13 relaciona-se principalmente à Meta 12 do PEE/SC 2015–2025, que previa Taxa Bruta de Matrícula (TBM) de 55%, TLE de 40% e participação de pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições públicas e comunitárias.
- **Indicadores de acesso não alcançados:** Em 2024, a Taxa Bruta de Matrícula era de 44,1% e a Taxa Líquida de Escolarização de 28,2%, ambas abaixo das metas. A TLE havia atingido 32,7% em 2019, mas recuou nos anos seguintes.
- **Participação pública na expansão:** O Indicador 12C, que mede a participação do segmento público na expansão das matrículas de graduação, registrou resultado de -38,8% em 2023, evidenciando retração desse segmento. Segundo o relatório, esse desempenho está relacionado à reclassificação de instituições municipais e à redução das matrículas públicas presenciais, que caíram 35,3% entre 2012 e 2023. No mesmo período, a EaD cresceu 115,2%, impulsionada pela rede privada, que avançou 118,8%, enquanto a rede pública apresentou retração de 3,5%.
- **Conclusão do monitoramento:** A CEMAPEESC considera a Meta 12 comprometida, destacando a distância das metas, a baixa participação pública na expansão e as desigualdades territoriais de acesso.

5. Painel Lume

As informações dos painéis Lume relacionadas ao ensino superior foram consideradas contempladas nos Relatórios CEMAPEESC. Para evitar duplicidade, os respectivos indicadores e análises foram mantidos exclusivamente na coluna destinada a esses relatórios. Caso seja identificado painel ou dado específico não reproduzido nos relatórios, esta célula deverá ser revista.

6. Outras fontes

Fonte: Decreto estadual nº 1.348/2025; legislação do Programa Universidade Gratuita e do FUMDESC; Programa Permanência Estudantil da UDESC e Resolução CAP nº 038/2026.

- **Políticas estaduais de acesso e permanência:** O Programa Universidade Gratuita e o FUMDESC oferecem assistência financeira para o custeio da graduação presencial. O Decreto estadual nº 1.348/2025 instituiu, no âmbito dos dois programas, a Bolsa de Auxílio Permanência, destinada aos estudantes com benefício ativo e selecionados por critérios socioeconômicos, com o objetivo de favorecer a permanência e a continuidade acadêmica. Embora instituída em 2025, a Bolsa de Auxílio Permanência produzirá efeitos a partir do primeiro semestre letivo de 2027.
- **Bolsa de Auxílio Permanência:** O benefício terá valor mensal de R\$ 500,00, vigência anual com verificação semestral e será financiado com 3% dos recursos correspondentes às novas concessões do Universidade Gratuita e do FUMDESC. A perda do benefício principal implicará o cancelamento automático do auxílio.
- **Permanência na UDESC:** A Universidade do Estado de Santa Catarina mantém o Programa Permanência Estudantil — PROPE, destinado a estudantes

de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa contempla auxílios permanência integral e parcial, parentalidade, emergencial e subsídio refeição. Em junho de 2026, os valores mensais foram atualizados para R\$ 1.354,00, R\$ 813,00, R\$ 500,00, R\$ 488,00 e R\$ 344,00, respectivamente.

- **Relação com o diagnóstico:** Essas iniciativas constituem respostas estaduais diretamente associadas às condições materiais de permanência e conclusão. A Bolsa de Auxílio Permanência do Universidade Gratuita e do FUMDESC, entretanto, ainda não possui resultados de execução, uma vez que seus efeitos terão início em 2027. A contribuição dessas políticas ao Objetivo 13 deverá ser analisada considerando a cobertura, o perfil e a distribuição territorial dos beneficiários, a demanda não atendida e os resultados relacionados à evasão e à conclusão. Decreto estadual nº 1.348/2025; legislação do Programa Universidade Gratuita e do FUMDESC; Programa Permanência Estudantil da UDESC e Resolução CAP nº 038/2026

7. Síntese preliminar

- **Síntese proposta:** Santa Catarina ampliou as matrículas e os concluintes na graduação, mas permanece distante das metas de escolarização e mantém desigualdades de acesso, permanência e conclusão. A TLE cresceu até 2019 e depois recuou, com desvantagens territoriais e sociais ainda relevantes.
- **Respostas estaduais existentes:** O Programa Universidade Gratuita e o FUMDESC atuam no custeio da graduação presencial e passaram a contar com Bolsa de Auxílio Permanência para estudantes beneficiários em maior vulnerabilidade. Na rede pública estadual, o PROPE/UDESC oferece diferentes modalidades de assistência a estudantes de graduação e pós-graduação.
- **Limites da evidência disponível:** A existência dessas políticas demonstra atuação estadual diante do problema, mas não comprova, isoladamente, redução das desigualdades. É necessário mensurar cobertura, demanda atendida, distribuição territorial e institucional, perfil dos beneficiários e efeitos sobre permanência, evasão e conclusão, inclusive entre grupos historicamente sub-representados.
- **Encaminhamento preliminar:** O diagnóstico indica a necessidade de articular expansão do acesso, assistência financeira, políticas de permanência e acompanhamento da conclusão, incorporando o monitoramento sistemático dos programas estaduais e o aprimoramento dos dados sobre desigualdades.

OBJETIVO 15

Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.

1. Problemas do PNE

- Baixa qualidade de parte dos cursos e de instituições da educação superior (IES) na graduação. *Fonte-base: Diagnóstico da Educação Nacional*

2. Diagnóstico PNE

- **Configuração da oferta:** Em 2021, 88% das 2.574 instituições de educação superior do País eram privadas, e 53,8% do total correspondia a instituições privadas com fins lucrativos (com predomínio de faculdades), evidenciando a heterogeneidade do sistema.
- **Expansão da EaD:** Registro de substituição progressiva de cursos presenciais por cursos a distância na rede privada. Alterações regulatórias a partir de 2017 facilitaram a expansão da modalidade e modificaram a configuração institucional da educação superior.
- **Limitações da avaliação:** Parâmetros e indicadores existentes são considerados insuficientes para avaliar de forma abrangente a diversidade de cursos, instituições e modalidades. Destaca-se a ausência de um modelo sistemático e específico de avaliação da graduação a distância.
- **Regulação e condições de oferta:** Os Referenciais de Qualidade para a EaD (2007) não foram formalmente incorporados aos atos normativos. A regulamentação posterior passou a admitir IES exclusivamente a distância e concentrou avaliações presenciais nas sedes, sem definir proporção exata entre estudantes, professores e tutores.
- **Financiamento público:** Restrições orçamentárias das instituições federais (2018–2022), heterogeneidade do financiamento estadual e vulnerabilidade das instituições municipais limitam a capacidade de expansão pública com qualidade.
- **Dimensões da qualidade:** A qualidade relaciona-se com condições institucionais, corpo docente, regime de trabalho, infraestrutura, atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de regulação, supervisão e avaliação, não podendo ser reduzida a um único indicador.

1. Diagnóstico SED – SC

[GT5] Metas propostas. A Meta 14.A prevê que toda a oferta de graduação atenda aos padrões nacionais de qualidade. A Meta 14.B estabelece 70% de docentes em tempo integral no conjunto das IES e pelo menos 50% em cada categoria administrativa. A Meta 14.C fixa 95% de mestres ou doutores, 70% de doutores no conjunto e 55% de doutores em cada categoria administrativa.

Limitação declarada. O diagnóstico catarinense registra ausência de dados de 2023 para parte das Metas 14.B e 14.C, o que dificulta uma leitura completa e comparável.

Regime de trabalho. O percentual de docentes em tempo integral passou de 46,6% em 2013 para aproximadamente 50,9% em 2023, ainda distante da meta de 70%. Em 2023, universidades federais registravam 90,4% em tempo integral e institutos federais/CEFET 93,2%. Nas universidades municipais, o percentual era 26,7%; nas

privadas sem fins lucrativos, 35,5%. Nas faculdades privadas, os percentuais eram próximos de 11% a 12%.

Dedicação exclusiva. A dedicação exclusiva estava concentrada nas instituições públicas federais e estaduais. Em universidades federais, 80,7% dos docentes tinham tempo integral com dedicação exclusiva; em institutos federais/CEFET, 86,9%. Nas instituições privadas, a dedicação exclusiva era residual.

Titulação docente. O percentual de docentes com doutorado cresceu de 27,3% em 2013 para 45,3% em 2023, superando a meta anterior de 40% desde 2019. Entretanto, persistem diferenças entre organizações e dependências administrativas: universidades e institutos federais concentram os melhores resultados, enquanto centros universitários, faculdades e instituições privadas permanecem abaixo de vários parâmetros.

Pontos de atenção do diagnóstico. O documento destaca parâmetros insuficientes para avaliar a qualidade; elevada presença de contratos parciais e horistas; baixa dedicação exclusiva em segmentos privados; e percentuais de doutores inferiores à meta nas faculdades e nas IES privadas, com ou sem fins lucrativos.

4. Relatórios CEMAPEESC

- **Correspondência com o PEE/SC anterior:** O novo Objetivo 14 relaciona-se à Meta 13 do PEE/SC 2015–2025 (proporção de mestres e doutores e percentual de doutores no corpo docente).
- **Metas alcançadas:** Em 2023, 81,5% dos docentes possuíam mestrado ou doutorado (superando a meta de 80%) e 45,4% possuíam doutorado (acima da meta de 40%, alcançada desde 2019).
- **Desigualdades entre redes (doutores):** 77,8% nas estaduais públicas, 75,8% nas federais, 42,1% nas municipais, 26,8% nas privadas sem fins lucrativos e 26,7% nas privadas com fins lucrativos.
- **Alcance e limite do indicador:** Considerado um resultado positivo do PEE/SC, mas a titulação docente isolada não permite concluir que todos os cursos e instituições atendem aos padrões de qualidade do novo Objetivo 14.
- **Recomendações:** Consolidar programas *stricto sensu*, fortalecer parcerias interinstitucionais, fomentar pesquisa e inovação, e ampliar bolsas de graduação e pós-graduação para profissionais da educação básica. 6º Relatório CEMAPEESC.

5. Painel Lume

As informações dos painéis Lume relacionadas ao ensino superior foram consideradas contempladas nos Relatórios CEMAPEESC. Para evitar duplicidade, os respectivos indicadores e análises foram mantidos exclusivamente na coluna destinada a esses relatórios. Caso seja identificado painel ou dado específico não reproduzido nos relatórios, esta célula deverá ser revista.

5. Outras fontes

Regulação e Critérios de Qualidade no Ensino Superior e Formação Docente [GT5]

- **Programas estaduais e critérios de qualidade:** O Programa Universidade Gratuita e o FUMDESC passaram a limitar a concessão de benefícios aos estudantes matriculados em cursos presenciais. Essa alteração foi promovida, respectivamente, pela Lei Complementar estadual nº 853/2024 e pela Lei estadual nº 18.848/2024, afastando os cursos ofertados na modalidade a distância do financiamento pelos dois programas. As regras também vinculam a concessão de novos benefícios a cursos reconhecidos e, em regra, com Conceito Preliminar de Curso (CPC) ou Conceito de Curso (CC) igual ou superior a 3. Cursos que obtenham rePode manter o mesultado inferior ficam sujeitos à avaliação in loco e à restrição de novas concessões.
- **Regulação federal da formação docente:** No âmbito nacional, o Decreto federal nº 12.456/2025 e a Portaria MEC nº 381/2025 estabeleceram um novo marco para a educação a distância. As licenciaturas deixaram de poder ser ofertadas no formato integralmente a distância, passando a ser admitidas nos formatos presencial ou semipresencial. A medida amplia a exigência de atividades presenciais e insere-se no esforço de qualificação da formação inicial dos profissionais da educação básica
- **Alcance das medidas:** A exclusão dos cursos a distância do Universidade Gratuita e do FUMDESC, os critérios mínimos de avaliação dos cursos financiados e as mudanças nacionais na oferta das licenciaturas constituem mecanismos regulatórios associados à busca pela melhoria da qualidade. Essas medidas, entretanto, não comprovam, isoladamente, a qualidade integral da graduação. Permanecem necessários indicadores sobre aprendizagem, infraestrutura, práticas formativas, estágios, regime de trabalho e titulação docente, permanência, conclusão e diferenças entre instituições e formatos de oferta.

Fonte: Legislação e atos regulamentares do Programa Universidade Gratuita e do FUMDESC — SED/SC; Decreto federal nº 12.456/2025 e Portaria MEC nº 381/2025.

7. Síntese preliminar

- **[GT5] Síntese proposta.** Santa Catarina avançou na qualificação do corpo docente da educação superior e superou as metas anteriores relativas à proporção de mestres e doutores. Esses resultados, contudo, apresentam diferenças entre categorias administrativas, tipos de instituição e regimes de trabalho e, isoladamente, não permitem avaliar de forma abrangente a qualidade da graduação.
- **Mecanismo estadual existente.** Os critérios de CPC ou CC aplicados aos cursos presenciais financiados pelo Universidade Gratuita e pelo FUMDESC constituem mecanismos mínimos de controle da oferta apoiada pelo Estado. A exclusão dos cursos a distância desses programas e as alterações nacionais que

impediram a oferta de licenciaturas integralmente em EaD também representam medidas relacionadas à busca pela melhoria da qualidade.

- **Limites e lacunas.** Por serem recentes, os efeitos dessas medidas ainda precisam ser acompanhados. Além disso, os critérios de elegibilidade para financiamento não substituem uma avaliação abrangente da qualidade nem alcançam toda a oferta de graduação. Permanecem necessários dados integrados sobre desempenho acadêmico, infraestrutura, atividades práticas e estágios, condições de trabalho e qualificação docente, permanência, evasão e conclusão, considerando as diferenças entre modalidades, instituições, cursos e territórios.
- **Encaminhamento preliminar.** A análise deverá combinar qualificação docente, regime de trabalho, resultados dos sistemas nacionais de avaliação e monitoramento específico dos cursos apoiados por políticas estaduais, sem equiparar o atendimento aos requisitos de financiamento à comprovação plena da qualidade da formação.

OBJETIVO 16

Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.

1. Problemas do PNE

- Baixo percentual de mestres e doutores na população, com desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação *stricto sensu*.

2. Diagnóstico PNE

- **Evolução recente:** O ingresso na pós-graduação *stricto sensu* cresceu entre 2015 e 2019, caiu em 2020, recuperou-se em 2021 e voltou a recuar em parte das modalidades em 2022. A recuperação de titulados foi mais lenta (mestrados mantiveram queda em 2021/2022, enquanto o doutorado acadêmico retomou crescimento).
- **Comparação internacional:** Apenas 0,8% da população brasileira de 25 a 64 anos possuía mestrado (ante 13% na média da OCDE). No doutorado, o Brasil registrava 0,2% (ante 1,1% na OCDE), situando-se entre os países com menor proporção de doutores.
- **Assimetrias da oferta:** Programas de melhor avaliação concentram-se de forma desigual no território. As dificuldades de acesso aos cursos de alta qualidade são

mais intensas no Norte e Centro-Oeste e em áreas com oferta concentrada nas capitais.

- **Mercado de trabalho e sociedade:** Aumento da distância entre o ritmo de titulação e a absorção no mercado formal; baixa inserção em atividades empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I); e necessidade de maior aderência dos programas aos problemas sociais.
- **Equidade e permanência:** Baixa efetividade de ações afirmativas em parte dos programas, carência de dados regulares sobre equidade e existência de barreiras financeiras, emocionais, acadêmicas, de trabalho e deslocamento. Queda no número de ingressantes com bolsa entre 2015 e 2021.
- **Atratividade e ociosidade:** Em 2020, a Plataforma Sucupira registrou 21% de vagas ociosas no mestrado e 25% no doutorado, fenômeno relacionado à baixa atratividade da carreira científica e às precárias condições de permanência.

3. Diagnóstico SED - SC

- **Meta e problema estadual:** A Meta 15.A propõe alcançar 35 mestres e 20 doutores titulados por 100 mil habitantes (considerando recorte de equidade e inclusão). O diagnóstico estadual identifica desaceleração e retração de matrículas após o período de expansão (2013–2020).
- **Matrículas:** Entre 2013 e 2023, as matrículas cresceram 39,8% no mestrado e 63,9% no doutorado, reduzindo o ritmo nos anos recentes (com leve retração no mestrado em 2023).
- **Titulações (2023):** Foram titulados 2.831 mestres e 955 doutores em Santa Catarina. Redes responsáveis:
 - *Instituições Federais:* 1.474 mestres e 611 doutores.
 - *Rede Privada (com e sem fins lucrativos):* 771 mestres e 162 doutores (crescimento expressivo).
 - *Rede Municipal:* 188 mestres e 32 doutores.
- **Distância da nova meta populacional:** Registra-se cerca de 33,87 mestres e 12,02 doutores por 100 mil habitantes no Estado. O mestrado aproxima-se do parâmetro de 35, mas o doutorado permanece distante da meta de 20 por 100 mil habitantes.
- **Diferenças por área (2013–2023):** Houve retração de titulados no mestrado em Ciências Agrárias (-4,7%) e Engenharias (-17,0%), e no doutorado em Engenharias (-15,3%).
- **Equidade e benefícios:** Fragilidade no acompanhamento de ações afirmativas. Os benefícios de doutorado do FUMDESC passaram de 121 em 2014 para 513 em 2023, mas recuaram cerca de 10% entre 2022 e 2023 devido a alterações legislativas. O documento indica que a redução pode estar associada à ausência de novas concessões após a alteração da legislação do FUMDESC.

6º Relatório CEMAPEESC:

- **[GT5] Correspondência com o PEE/SC anterior.** O novo Objetivo 15 relaciona-se à Meta 14 do PEE/SC 2015–2025, que previa a titulação anual de 2.400 mestres e 900 doutores.
- **Meta anterior alcançada.** Em 2023, o estado registrou 2.831 titulados no mestrado e 955 no doutorado. Os dois indicadores foram alcançados antes do término do plano, embora tenham apresentado queda em 2020 e retomada posterior.
- **Indicadores por população.** O relatório situa Santa Catarina acima da média nacional, com 35,1 mestres e 12,5 doutores por cem mil habitantes. Esses números confirmam o bom desempenho frente à meta anterior, mas o percentual de doutores ainda fica abaixo do parâmetro de 20 por cem mil previsto no novo diagnóstico estadual.
- **Participação pública.** As instituições públicas continuam responsáveis pela maior parte da formação de mestres e doutores no País, com 81,0% e 85,7%, respectivamente.
- **Recomendações do relatório.** A CEMAPEESC recomenda fortalecer a internacionalização e as redes de pesquisa; assegurar bolsas *stricto sensu* para professores e profissionais da educação básica pública; ampliar e consolidar programas; e estimular parcerias interinstitucionais para qualificação e pesquisa.

5. Painel Lume

As informações dos painéis Lume relacionadas ao ensino superior foram consideradas contempladas nos Relatórios CEMAPEESC. Para evitar duplicidade, os respectivos indicadores e análises foram mantidos exclusivamente na coluna destinada a esses relatórios. Caso seja identificado painel ou dado específico não reproduzido nos relatórios, esta célula deverá ser revista.

6. Outras fontes

[GT5] Rede estadual de pós-graduação (CAPES). Na base de Dados Abertos da CAPES, ano-base 2024, Santa Catarina possui 183 programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento: 147 acadêmicos e 36 profissionais. Considerados separadamente os níveis oferecidos, esses programas correspondem a 295 cursos de mestrado e doutorado.

Capilaridade e concentração territorial. Os programas estão sediados em 19 municípios, distribuídos pelas seis mesorregiões catarinenses. A rede apresenta, portanto, presença estadual; contudo, 86 programas - aproximadamente 47% do total -

estão localizados em Florianópolis, revelando simultaneamente capilaridade e concentração da oferta.

Fomento FAPESC em 2025 e 2026. Os Editais nº 23 e 24/2025, 57 e 58/2025 e 43 e 44/2026 apresentam tetos financeiros conjuntos de aproximadamente R\$ 179,47 milhões para bolsas de mestrado e doutorado. O ciclo de 2026 introduziu bolsas regulares e estratégicas. Esses valores correspondem a previsões máximas dos editais e não à execução financeira já realizada.

Mobilidade e internacionalização. O Edital nº 26/2025 destinou até R\$ 1,5 milhão à mobilidade internacional de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos. O Edital nº 27/2025 destinou até R\$ 1 milhão à mobilidade de docentes e estabeleceu mecanismo de distribuição entre as seis mesorregiões, condicionado à existência de propostas com pontuação mínima.

Assistência à permanência na pós-graduação. O PROPE/UDESC atende pós-graduandos em vulnerabilidade socioeconômica por meio de auxílios de permanência. Trata-se de instrumento assistencial complementar às bolsas acadêmicas e de internacionalização.

Relação com o objetivo. A rede instalada e as políticas estaduais criam condições para ampliar a formação e a internacionalização em diferentes territórios. Sua contribuição efetiva deve ser avaliada pela distribuição das bolsas e dos recursos por região, município, instituição, programa e área do conhecimento, bem como pelos resultados de permanência, titulação e fixação de pesquisadores.

CAPES, Dados Abertos — Programas da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, ano-base 2024; Editais FAPESC nº 23, 24, 26, 27, 57 e 58/2025 e nº 07, 43 e 44/2026; PROPE/UDESC

10. Síntese preliminar

[GT5] Síntese proposta. Santa Catarina superou as metas anteriores de titulação anual e dispõe de uma rede expressiva, com 183 programas *stricto sensu* em funcionamento, equivalentes a 295 cursos de mestrado e doutorado. O novo objetivo amplia o desafio ao incorporar parâmetros populacionais, equidade, inclusão e resposta aos problemas da sociedade.

Capilaridade com assimetrias. A presença de programas em 19 municípios e nas seis mesorregiões favorece a interiorização da formação e da pesquisa. Entretanto, a concentração de cerca de 47% dos programas em Florianópolis demonstra que a abrangência estadual ainda convive com desigualdades territoriais.

Respostas estaduais em curso. Os ciclos de bolsas da FAPESC lançados em 2025 e 2026, com tetos somados de aproximadamente R\$ 179,47 milhões, e os editais de mobilidade internacional constituem instrumentos relevantes de formação, permanência acadêmica e internacionalização. O PROPE/UDESC complementa essas ações com assistência socioeconômica.

Limites da avaliação atual. Os valores dos editais representam previsões máximas e não comprovam, por si, execução, cobertura ou impacto. É necessário acompanhar bolsas efetivamente implementadas, demanda atendida, distribuição territorial e institucional, perfil dos beneficiários, mobilidades realizadas, permanência e titulações resultantes.

Encaminhamento preliminar. O monitoramento do Objetivo 15 deverá articular expansão, qualidade, equidade, capilaridade e internacionalização, com atenção ao fortalecimento dos programas fora da capital e à formação e fixação de pesquisadores nas diferentes regiões catarinenses.

OBJETIVO 17

Garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação.

1. Problemas do PNE

Desprofissionalização do magistério na educação básica.

2. Diagnóstico PNE

- **[GT6]** O PNE Diagnóstico da Educação Nacional (2025) aponta que a desprofissionalização do magistério na educação básica compromete diretamente a oferta de uma educação de qualidade. Esse cenário é caracterizado por fragilidades na formação, nos planos de carreira, na remuneração e pelo crescimento das contratações temporárias. Abaixo, detalham-se as causas críticas do problema:
- **Remuneração:** O piso salarial nacional foi instituído pela Lei nº 11.738/2008. Além de fixar o valor mínimo para docentes com formação em nível médio (modalidade Normal), a lei estabeleceu que um terço da jornada de trabalho deve ser destinado a atividades extraclasse e determinou que os entes federados adequassem seus planos de carreira a esse referencial. Apesar de o piso ser de R\$ 2.886,34 em 2020, constata-se que a remuneração média em diversos municípios é inferior ou muito próxima a esse valor mínimo. Municípios de apenas cinco estados (SC, GO, SP, PR e RN) registraram médias entre R\$ 3.800,00 e R\$ 5.000,00. No geral, a remuneração média dos profissionais da educação é inferior à de outras carreiras com nível de escolaridade equivalente (ensino superior), o que reduz a atratividade da profissão. Esse fator é agravado pela remuneração ainda menor dos professores temporários em comparação aos efetivos.
- **Plano de Carreira do Magistério:** Com a adequação dos planos de carreira ao piso salarial — que é fixado com base na formação de nível médio —, esperava-se que os profissionais em níveis superiores da carreira tivessem

vencimentos compatíveis com os índices de progressão previstos. Contudo, há uma evidente compressão salarial. Na prática, as distâncias remuneratórias entre os diferentes níveis e titulações não são respeitadas, fazendo com que a maioria dos professores receba salários muito próximos ao piso.

- **Professores Temporários:** O vínculo de trabalho estável é um aspecto fundamental para a valorização do magistério. A Estratégia 18.1 do PNE 2014-2024 estabelecia que, no mínimo, 90% dos profissionais deveriam ocupar cargos efetivos. No entanto, dados do Censo Escolar de 2023 revelam que apenas 46,5% dos professores das redes estaduais são efetivos. Esse índice é de 63,3% nas redes municipais e de 85,5% na rede federal.
- **Formação:** A atuação docente em áreas diferentes da formação de nível superior é recorrente no país, comprometendo a qualidade do ensino e precarizando o trabalho. Nas escolas urbanas de ensino fundamental, 73,0% dos docentes dos anos iniciais e 66,5% dos anos finais possuem formação adequada para as disciplinas que ministram. No ensino médio, o índice cai para 61,4% (Brasil, 2022), sendo a situação ainda mais grave nas escolas rurais. Apesar de distante do cenário ideal, houve evolução no percentual de professores com formação adequada entre 2013 e 2021.
- **Pós-graduação:** Persistem desafios na regulação e na oferta de incentivos voltados à formação continuada em nível de pós-graduação, elemento essencial para o desenvolvimento de carreiras atrativas e qualificadas.

3. Diagnóstico SED - SC

- O panorama da educação pública em Santa Catarina revela avanços estruturais importantes, mas também aponta a persistência de desafios na valorização salarial, na consolidação das carreiras municipais e na qualificação docente.
- 1. **Remuneração e paridade salarial:** O piso salarial nacional foi instituído pela Lei nº 11.738/2008. Além de fixar o valor mínimo para docentes com formação em nível médio (modalidade Normal), a lei estabeleceu que um terço da jornada de trabalho deve ser destinado a atividades extraclasse e determinou que os entes federados adequassem seus planos de carreira a esse referencial. Apesar de o piso ser de R\$ 2.886,34, em 2020, constata-se que a remuneração média em diversos municípios é inferior ou muito próxima a esse valor mínimo. Municípios de apenas cinco estados (SC, GO, SP, PR e RN) registraram médias entre R\$ 3.800,00 e R\$ 5.000,00. No geral, a remuneração média dos profissionais da educação é inferior à de outras carreiras com nível de escolaridade equivalente (ensino superior), o que reduz a atratividade da profissão. Esse fator é agravado pela remuneração ainda menor dos professores temporários em comparação aos efetivos.
- 2. **Planos de carreira municipais:** Com a adequação dos planos de carreira ao piso salarial — que é fixado com base na formação de nível médio —,

esperava-se que os profissionais em níveis superiores da carreira tivessem vencimentos compatíveis com os índices de progressão previstos. Contudo, há uma evidente compressão salarial. Na prática, as distâncias remuneratórias entre os diferentes níveis e titulações não são respeitadas, fazendo com que a maioria dos professores receba salários muito próximos ao piso.

Evolução e precarização do corpo docente (2013–2023): Professores Temporários: O vínculo de trabalho estável é um aspecto fundamental para a valorização do magistério. A Estratégia 18.1 do PNE 2014-2024 estabelecia que, no mínimo, 90% dos profissionais deveriam ocupar cargos efetivos. No entanto, dados do Censo Escolar de 2023 revelam que apenas 46,5% dos professores das redes estaduais são efetivos. Esse índice é de 63,3% nas redes municipais e de 85,5% na rede federal.

3. **Formação e titulação:** A atuação docente em áreas diferentes da formação de nível superior é recorrente no país, comprometendo a qualidade do ensino e precarizando o trabalho. Nas escolas urbanas de ensino fundamental, 73,0% dos docentes dos anos iniciais e 66,5% dos anos finais possuem formação adequada para as disciplinas que ministram. No ensino médio, o índice cai para 61,4% (Brasil, 2022), sendo a situação ainda mais grave nas escolas rurais. Apesar de distante do cenário ideal, houve evolução no percentual de professores com formação adequada entre 2013 e 2021.
4. Pós-graduação: formações lato sensu (especialização) e de mestrado profissional apresentaram maior crescimento em comparação ao doutorado (stricto sensu). Essa tendência é explicada pela maior flexibilidade, menor custo e ampla oferta de cursos na modalidade não presencial. Apesar do incentivo estadual para a concessão de afastamentos remunerados para estudos de pós-graduação, o perfil de titulação dos professores em 2023 configurava-se da seguinte forma:

Descrição	Percentual
Sem pós-graduação	35,0%
Especialização	59,5%
Mestrado	3,9%
Doutorado	1,6%

4. Relatórios CEMAPEESC

- **Relação salarial (2024):** A razão salarial dos docentes em relação a outros profissionais com nível superior foi de 88,5% (R\$ 4.890,52 para docentes frente a R\$ 5.525,65 para outras categorias).
- **Indicadores municipais (2021):** 98,8% dos municípios têm PCR para o magistério (Ind. 17E); 82,3% aplicam o limite de \$2/3\$ em sala (Ind. 17F); 80,5% cumprem o piso nacional (Ind. 17G); 56,2% possuem PCR para não docentes (Ind. 17H).

- **Docentes efetivos (2024):** Apenas 23,7% na rede estadual e 58,2% na rede municipal possuem vínculos estáveis, situando-se muito abaixo da meta de 80% (descumprimento da Estratégia 17.6).
- **Formação adequada (2024):** Educação Infantil em 61,0%; Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 88,3%; Anos Finais do Ensino Fundamental estagnado em 64,9%. O Ensino Médio atingiu 61,8% em 2024 (após queda para 53,2% em 2023), com acentuada fragilidade na rede estadual (57,6% em 2023) se comparada às redes municipal (78,2%) e federal (77,9%).
- Por fim, o Indicador 16A alcançou 64,1% em 2024, ficando 10,9 pontos percentuais abaixo da meta de 75%. Embora a rede municipal lidere a qualificação (75,6% em 2023), as redes estadual (60,0%) e privada (39,7%) demandam aceleração na titulação. Como a maior parte dessa qualificação se restringe à especialização (lato sensu), a escassez de incentivos legais — como licenças remuneradas e bolsas na maioria dos municípios — compromete o alcance da meta de pós-graduação, tornando o Estado dependente do setor privado e de cursos de curta duração.

5. Painel Lume

- **Plano de carreira:** Apenas um município do Estado ainda não o instituiu para o magistério.
- **Docentes efetivos:** Apenas 45,88% na rede pública de educação básica (meta era 80%).
- **Pós-graduação:** Alcançou (meta era 75%). 66,29% dos professores

3. Outras fontes

Sem conteúdo correspondente

4. Síntese preliminar

- Santa Catarina apresenta avanços importantes na valorização do magistério, porém ainda enfrenta desafios significativos para atingir os objetivos previstos no Plano Estadual de Educação. O estado possui plano de carreira estruturado e praticamente todos os municípios já instituíram seus respectivos planos, restando apenas um município sem essa regulamentação. Além disso, a maioria dos municípios cumpre o piso salarial nacional e adota a jornada com até dois terços da carga horária em interação direta com os estudantes.
- No entanto, persistem dificuldades relacionadas à valorização profissional. A remuneração dos docentes continua inferior à de outros profissionais com escolaridade equivalente, alcançando 88,5% desse rendimento médio em 2024. Também preocupa o elevado número de contratações temporárias: apenas 45,88% dos docentes da rede pública possuem vínculo efetivo, percentual muito abaixo da meta de 80%, o que evidencia a necessidade de fortalecimento dos

concursos públicos e da estabilidade na carreira.

- Em relação à formação docente, observa-se evolução gradual, mas ainda insuficiente para atingir a universalização da formação adequada em todas as etapas da educação básica. A qualificação em nível de pós-graduação também permanece abaixo da meta estabelecida: o percentual alcançado foi de 66,29%, inferior ao objetivo de 75%, demonstrando a necessidade de ampliar políticas de incentivo à formação continuada e à titulação em níveis mais elevados.
- De modo geral, Santa Catarina avançou na estruturação das carreiras e na regulamentação das políticas de valorização do magistério, mas ainda precisa reduzir a precarização dos vínculos de trabalho, fortalecer a equiparação salarial e ampliar a qualificação dos profissionais para alcançar plenamente as metas previstas.

Para atingir as metas estabelecidas, deverá ocorrer a formulação de diretrizes para:

- Reestruturação dos planos de carreira para corrigir o achatamento salarial.
- Planejamento de novos concursos públicos, focando na meta de 80% de efetivos
- Criação de programas de incentivo financeiro e licenças para pós-graduação stricto sensu.
- Capacitação dos informantes dos dados do Censo Escolar.

OBJETIVO 18

Assegurar a participação e o controle social no planejamento, na gestão democrática na educação pública, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

1. Problemas do PNE

Sem conteúdo correspondente localizado nos documentos dos GTs fornecidos.

2. Diagnóstico PNE

- **O PNE Diagnóstico da Educação Nacional (2025)** - aponta que passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição e mais de 25 anos da vigência da LDB, a gestão democrática do ensino público ainda requer atenção. Abaixo detalham-se as causas do problema:
- **Processo eleitoral:** a falta de preparo e de vinculação de dirigentes e gestores escolares com a comunidade escolar; o funcionamento precário e a desvalorização das instâncias colegiadas e de participação; bem como a ausência de uma cultura democrática de engajamento, de efetiva relação entre representantes e representados, de compartilhamento de informações, de

processos formativos para os participantes dos conselhos, de respeito ao direito de participação de todos, em especial entre os povos indígenas, itinerantes, do campo, quilombolas, de comunidades tradicionais e das periferias urbanas.

- **Cultura democrática:** baixa institucionalização das instâncias de participação (conselhos municipais, conselhos escolares, grêmios estudantis e conselhos de acompanhamento).
- **Escolha do gestor escolar:** Seleção de gestores escolares sem competência para atuar nas escolas e sem legitimação da comunidade.
- **Participação de toda Comunidade Escolar:** O direito de participação de todos independentemente de sua origem social, econômica, cultural não é respeitado quando há segregação de grupos sociais minoritários.

3. Diagnóstico SED - SC

- O panorama da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) mostra a consolidação, ao longo da última década, a política de seleção qualificada e consulta pública para escolha de diretores escolares, regulamentada por decretos estaduais desde 2014. O modelo permitiu ampliar a legitimidade da gestão escolar, associando critérios técnicos à participação da comunidade.
- Atualmente, das **1.038 escolas na época, aptas ao processo de escolha do Plano de Gestão Escolar (PGE), 894 apresentaram proponentes**, representando **88,34%** das unidades escolares, enquanto **118 escolas (11,66%)** não registraram proponentes, evidenciando um elevado índice de adesão ao processo.
- **Processo Eleitoral para Diretores Escolares:** A Secretaria de Estado da Educação consolidou, ao longo da última década, a política de seleção qualificada e consulta pública para escolha de diretores escolares, regulamentada por decretos estaduais desde 2014. O modelo permitiu ampliar a legitimidade da gestão escolar, associando critérios técnicos à participação da comunidade. Embora o processo esteja institucionalizado, permanece o desafio de reduzir o número de unidades sem proponentes e aperfeiçoar os mecanismos para provimento das vacâncias, garantindo critérios técnicos e transparência quando não houver participação no processo de consulta pública.
- **Cultura Democrática e Participação Social:** A ampliação da participação da comunidade escolar, especialmente dos pais e responsáveis — fortalecida pelas alterações normativas implementadas em 2023 — representa importante avanço na consolidação da gestão democrática. Os Conselhos Deliberativos Escolares (CDEs) consolidaram-se como instâncias colegiadas responsáveis pelo acompanhamento e deliberação sobre aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros das unidades escolares, contribuindo para maior transparência, corresponsabilidade e controle social. Apesar dos avanços normativos,

verifica-se que a cultura democrática ainda se encontra em processo de amadurecimento em parte da rede. Há necessidade de fortalecer a compreensão dos segmentos escolares sobre seus papéis e responsabilidades, ampliando a formação dos conselheiros, gestores e comunidade para qualificar os processos de participação e deliberação.

- **Escolha e Designação de Gestores Escolares:** O modelo catarinense buscou equilibrar critérios técnicos com participação da comunidade escolar, contribuindo para maior legitimidade das equipes gestoras. Entretanto, ainda existem situações em que a ausência de candidatos ou vacâncias exige a designação direta de gestores, evidenciando lacunas na regulamentação desses procedimentos. Identifica-se a necessidade de aperfeiçoar os critérios técnicos para designação de diretores nas situações de vacância ou ausência de proponentes, estabelecendo procedimentos objetivos, transparentes e alinhados aos princípios da gestão democrática, garantindo continuidade administrativa sem comprometer a legitimidade do processo.
- **Participação da Comunidade Escolar:** Os indicadores demonstram elevada adesão das escolas ao processo de elaboração e apresentação dos Planos de Gestão Escolar, refletindo maior envolvimento da comunidade na definição dos rumos das unidades escolares. Apesar da participação crescente, persistem diferenças entre as unidades escolares quanto ao nível de mobilização da comunidade. Torna-se necessário desenvolver estratégias permanentes de sensibilização, comunicação e formação, visando ampliar o engajamento da comunidade escolar e fortalecer o exercício da cidadania na gestão da educação pública.

4. Relatórios CEMAPEESC

A Meta 18 do Plano Estadual de Educação tem como finalidade assegurar condições para a efetivação da gestão democrática na educação pública, mediante legislação específica, fortalecimento da participação da comunidade escolar, funcionamento dos colegiados e adoção de critérios transparentes para escolha dos gestores escolares.

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, observa-se avanço significativo na consolidação das políticas de gestão democrática, especialmente quanto à regulamentação do processo de escolha dos diretores escolares por meio de seleção qualificada e consulta pública à comunidade escolar, disciplinada por decretos estaduais desde 2014.

No processo mais recente, das 1.040 escolas estaduais aptas à elaboração do Plano de Gestão Escolar (PGE), 894 apresentaram proponentes, correspondendo a 88,34% das unidades escolares, enquanto 118 escolas (11,66%) não registraram candidatos. Os resultados demonstram elevada adesão da rede estadual ao modelo de gestão democrática e corroboram os dados apresentados pelo Censo Escolar de 2024, que apontam que 92,0% das escolas estaduais realizam a escolha de diretores mediante

processo seletivo qualificado e consulta pública, percentual significativamente superior à média estadual, influenciada pelos resultados das redes municipais.

Embora o desempenho da rede estadual seja expressivo, ainda persistem desafios relacionados à universalização do processo democrático. A ausência de proponentes em parte das unidades escolares evidencia a necessidade de aperfeiçoar mecanismos de incentivo à participação e estabelecer procedimentos objetivos para o provimento das vacâncias, preservando os princípios da transparência, da impessoalidade e da gestão democrática.

No que se refere à participação social, verifica-se importante fortalecimento dos Conselhos Deliberativos Escolares (CDEs), que vêm se consolidando como instâncias colegiadas responsáveis pelo acompanhamento e deliberação das ações administrativas, pedagógicas e financeiras das unidades escolares. Soma-se a esse avanço a ampliação da participação dos pais e responsáveis no processo de escolha dos gestores escolares, promovida pelas alterações normativas implementadas em 2023, ampliando a representatividade da comunidade escolar nas decisões institucionais.

Entretanto, os dados relativos ao Indicador 18B evidenciam que a consolidação da cultura democrática permanece como desafio. Embora a rede estadual apresente percentual superior ao observado no conjunto das redes públicas, ainda é necessário fortalecer o funcionamento efetivo dos colegiados escolares, ampliar a participação dos estudantes, famílias e profissionais da educação e promover ações permanentes de formação dos membros dos conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis.

Quanto aos colegiados extraescolares, Santa Catarina mantém plenamente instituídos os órgãos estaduais de controle social previstos na Meta 18, alcançando integralmente o Indicador 18C. Todavia, permanecem desafios relacionados ao fortalecimento das condições de funcionamento desses colegiados, especialmente quanto à oferta contínua de infraestrutura, apoio técnico e capacitação aos seus membros, aspecto refletido no Indicador 18D, que permanece abaixo da meta estabelecida.

De forma geral, verifica-se que a Secretaria de Estado da Educação apresenta avanços consistentes na institucionalização da gestão democrática, com elevado índice de participação das escolas estaduais nos processos de escolha de gestores, fortalecimento dos Conselhos Deliberativos Escolares e ampliação da participação da comunidade escolar. Entretanto, permanecem como prioridades o aperfeiçoamento dos critérios técnicos para designação de gestores em casos de vacância, a ampliação da participação social nas unidades escolares, o fortalecimento dos colegiados intraescolares e a qualificação permanente dos órgãos de controle social, visando à plena consecução dos objetivos estabelecidos pela Meta 18 do Plano Estadual de Educação.

5. Painel Lume

Santa Catarina avançou significativamente na regulamentação da gestão democrática, especialmente quanto à existência de legislação específica disciplinando a

escolha dos gestores escolares. Desde 2022, todos os 295 municípios catarinenses possuem regulamentação sobre a nomeação de diretores escolares, contemplando requisitos como formação, vínculo com o magistério, tempo de experiência, critérios de mérito e desempenho, consulta à comunidade escolar e apresentação de Plano de Gestão Escolar. Esse cenário evidencia importante evolução normativa e alinhamento às diretrizes do Plano Nacional de Educação.

A existência de legislação não assegura, por si só, a efetivação da gestão democrática. Persistem diferenças expressivas entre as redes de ensino na implementação dos mecanismos previstos. Em 2024, aproximadamente 92% das escolas estaduais realizavam a escolha de diretores mediante processo seletivo qualificado associado à consulta pública da comunidade escolar, enquanto nas redes municipais esse percentual era de apenas 25%, revelando grande assimetria na implementação da política entre Estado e municípios.

O fortalecimento das instâncias de participação social. Embora os colegiados estaduais estejam plenamente instituídos e os colegiados municipais apresentem elevado nível de formalização, ainda há necessidade de consolidar a atuação efetiva dos conselhos escolares, associações de pais, grêmios estudantis e demais espaços colegiados, ampliando sua capacidade de participação nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras das unidades escolares. Da mesma forma, a infraestrutura e a capacitação dos conselheiros permanecem como desafios para o fortalecimento do controle social

6. Outras fontes

Sem conteúdo correspondente localizado nos documentos dos GTs fornecidos.

7. Síntese preliminar

- A análise da gestão democrática da educação em Santa Catarina evidencia avanços significativos na consolidação do marco legal, na institucionalização dos mecanismos de participação social e no fortalecimento dos processos de escolha dos gestores escolares. A regulamentação da gestão democrática por meio de decretos estaduais, continuamente aperfeiçoada desde 2014, aliada à ampliação da participação dos pais e responsáveis no processo de escolha dos diretores, demonstra o compromisso da Secretaria de Estado da Educação com o fortalecimento da governança educacional.
- No âmbito da rede estadual, verifica-se elevado nível de implementação do processo de seleção qualificada e consulta pública para escolha dos diretores escolares. Em 2024, aproximadamente 92% das escolas estaduais adotaram esse modelo, percentual significativamente superior ao observado nas redes municipais. No processo mais recente do Plano de Gestão Escolar, das 1.040 unidades aptas, 894 apresentaram proponentes, correspondendo a 88,34% das escolas, o que evidencia ampla participação das unidades escolares na política de gestão democrática.

- Também se observam avanços na consolidação dos Conselhos Deliberativos Escolares, na ampliação da participação da comunidade escolar e na institucionalização dos colegiados estaduais de controle social, contribuindo para maior transparência, corresponsabilidade e acompanhamento das ações administrativas, pedagógicas e financeiras das unidades escolares.
- Entretanto, a análise dos indicadores da Meta 18 do Plano Estadual de Educação demonstra que ainda existem desafios para a plena efetivação da gestão democrática. Embora a rede estadual apresente desempenho expressivo, os resultados estaduais permanecem impactados pelas diferenças existentes entre as redes de ensino, especialmente quanto à adoção de processos democráticos para escolha de gestores nas redes municipais. Da mesma forma, os indicadores relativos aos colegiados intraescolares evidenciam que ainda é necessário fortalecer o funcionamento efetivo dos conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis, ampliando a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
- Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da cultura democrática. A existência de instrumentos normativos e estruturas colegiadas representa condição essencial, porém insuficiente, para assegurar a participação efetiva da comunidade nas decisões educacionais. Torna-se necessário ampliar ações de formação, sensibilização e apoio técnico destinadas aos gestores, conselheiros e representantes da comunidade escolar, favorecendo o exercício qualificado da gestão participativa.
- Também permanecem oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas aos critérios técnicos para designação de gestores escolares em situações de vacância, garantindo procedimentos objetivos, transparentes e alinhados aos princípios da gestão democrática. Paralelamente, faz-se necessária a ampliação da oferta de infraestrutura e capacitação aos órgãos colegiados, fortalecendo sua atuação como instâncias de controle social e de acompanhamento das políticas públicas educacionais.
- De forma geral, o cenário evidencia que Santa Catarina dispõe de uma base normativa consolidada e de importantes avanços institucionais na implementação da gestão democrática. Os próximos desafios concentram-se na consolidação da cultura participativa, no fortalecimento dos colegiados escolares, no aperfeiçoamento dos processos de escolha e designação dos gestores e na qualificação permanente dos mecanismos de participação e controle social, de modo a assegurar que os princípios da gestão democrática estejam efetivamente presentes em todas as etapas da gestão educacional e contribuam para a melhoria da qualidade da educação pública.

OBJETIVO 19

Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.

1. Problemas do PNE

Baixa qualidade e iniquidade nas condições de oferta da educação básica.

2. Diagnóstico PNE

Análise descritiva

A desigualdade na oferta da educação básica pública compromete o direito à educação e afeta de forma mais intensa as populações vulneráveis e as regiões menos desenvolvidas do País. Essas populações recebem oferta de menor qualidade, com deficiências em infraestrutura, equipamentos, recursos pedagógicos e humanos, transporte, alimentação escolar e acesso a oportunidades culturais e aos serviços públicos de educação e cultura.

As desigualdades na educação contribuem para a perpetuação da pobreza, aumentam os problemas sociais, como a violência, e limitam o desenvolvimento econômico e social do país. Essas diferenças também se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), evidenciando a desigualdade no acesso à educação.

As condições da infraestrutura escolar no Brasil podem ser avaliadas com base na escala desenvolvida por Soares Neto et al. (2013). Considerando-se o total de escolas em atividade, por etapa da educação básica, segundo o Censo Escolar de 2022 (Brasil. Inep, 2023), tem-se, com base em tal escala, que uma fração pequena das escolas públicas apresenta infraestrutura considerada adequada ou avançada. Estão no nível elementar as unidades que possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para o funcionamento de uma escola, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. No nível básico, estão as escolas que, além dos itens do nível elementar, possuem uma infraestrutura básica que inclui sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora.

No nível considerado adequado da escala, estão as escolas que, tendo os itens dos níveis anteriores, possuem, ainda, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há, também, espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Além disso, são escolas que possuem equipamentos complementares, como copiadora e acesso à internet. Por fim, são consideradas no nível avançado de infraestrutura as escolas que, além dos itens anteriores, possuem, também, laboratório de Ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais (Soares Neto et al., 2013).

As escolas de ensino médio, predominantemente da rede estadual, apresentam os melhores níveis de infraestrutura. Em contrapartida, as unidades de educação infantil, especialmente as redes municipais, possuem as condições menos adequadas, evidenciando uma redução gradual na qualidade da infraestrutura do ensino médio até as creches e pré-escolas.

Na educação infantil, a infraestrutura tecnológica apresenta diferenças significativas entre as redes de ensino. Enquanto 98% das escolas particulares possuem acesso à internet e 90% contam com internet banda larga, nas escolas municipais esses percentuais são de 79% e 66%, respectivamente.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022 evidenciam desigualdades na infraestrutura das escolas de educação infantil. Enquanto 85% das escolas particulares possuem banheiros adequados, esse percentual é de apenas 45% nas escolas municipais. A rede privada também apresenta maior disponibilidade de materiais pedagógicos, brinquedos, jogos educativos, espaços para atividades culturais, parques infantis e pátios. Além disso, o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é desigual entre as regiões do país, com menor disponibilidade de internet nas escolas dos estados da Região Norte, especialmente Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Análise Causal As causas da baixa qualidade e da iniquidade na oferta da educação básica são múltiplas e têm origem histórica. Entre os fatores mais estruturantes está a desigualdade na disponibilidade de recursos financeiros entre as redes públicas de ensino. Apesar dos mecanismos de financiamento e redistribuição de recursos, como o Fundeb, o salário educação e as transferências entre entes federativos, persistem grandes diferenças no investimento por aluno entre as redes, com valores que variam do mínimo nacional a montantes significativamente superiores. Quanto ao financiamento, destaca-se que os fatores de ponderação das matrículas no Fundeb ainda não atendem adequadamente às necessidades das diferentes etapas, modalidades, tipos de escola e jornadas. A redução das desigualdades no financiamento e a garantia de um padrão de qualidade dependem do ajuste desses fatores com base no Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), cuja definição é essencial para assegurar níveis adequados de financiamento. Os mecanismos de financiamento do Fundeb concentram-se em despesas de custeio, destinando, no mínimo, 70% dos recursos à remuneração dos profissionais da educação, o que limita os investimentos em infraestrutura, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Soma-se a isso a atuação limitada dos conselhos de controle social no acompanhamento da distribuição dos recursos, favorecendo desigualdades entre escolas da mesma rede. Embora a legislação preveja ações redistributivas dos entes federativos, ainda há espaço para ampliar o papel dos estados na redução das desigualdades e na garantia do padrão mínimo de qualidade da educação.

3. Diagnóstico SED - SC

Análise descritiva e contextual

- Diante da indisponibilidade dos indicadores do Objetivo 18 pelo Inep, a análise desta meta baseou-se no Documento de Análise do Projeto de Lei nº 2.614/2024, à luz do documento final da CONAE/2024 (FNE, 2024), e no Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2024 (Brasil, 2024). Os documentos destacam que o financiamento da educação, embora marcado por disputas, é condição essencial para melhorar a aprendizagem, reduzir desigualdades e viabilizar a meta de investimento público equivalente a 10% do PIB, promovendo mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro.
- O Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024a, p. 466) evidencia que, até 2024, a Meta 18.a, que prevê ampliar o investimento público em educação para 7% do PIB e, ao final do decênio, para 10%, ainda não havia sido cumprida.
- O documento de análise do Projeto de Lei nº 2.614/2024 (Brasil, 2024b, p. 284) destaca que os dois primeiros Planos Nacionais de Educação posteriores à Constituição de 1988 não tiveram suas metas efetivadas pela insuficiência de recursos financeiros.
- Segundo o FNE (Brasil, 2024b), um dos principais fatores para o não cumprimento das metas do PNE (2014–2024) foi a não efetivação do investimento previsto em educação. O documento também aponta como lacuna da nova proposta de PNE a ausência de definição sobre a complementação de recursos aos entes federativos para assegurar o padrão mínimo de qualidade, além da falta de referências ao financiamento da educação superior.
- Quanto ao padrão de qualidade da educação, o FNE (Brasil, 2024b) destaca a ausência de parâmetros mínimos de qualidade e de diretrizes que contemplem as diversidades e as diferentes realidades das redes públicas de ensino.
- No âmbito do PEE-SC, o Painel de Monitoramento da SED evidencia a falta de dados atualizados sobre o Objetivo 18, reforçando a necessidade de direcionar recursos e planejar ações voltadas ao cumprimento das metas, com prioridade para aquelas mais distantes de serem alcançadas.
- Embora Santa Catarina demonstre compromisso com o financiamento da educação, o Estado e o país ainda precisam intensificar os esforços para alcançar o investimento equivalente a 10% do PIB, por meio de políticas públicas, redirecionamento de recursos e priorização da educação nos orçamentos públicos.

4. Relatórios CEMAPEESC

Considerações

- A Meta 19 exige a aplicação de 7% do PIB em 2020 e 10% do PIB até 2025 em educação pública. O monitoramento desta meta tem sido dificultado pela falta de discriminação do percentual do PIB aplicado em educação por ente federado nos relatórios do INEP. Em 2019, uma estimativa apontava 4,58%

para o Indicador 19A, muito abaixo da meta intermediária de 7% prevista para 2020. Esta meta é classificada como "Não analisada" nos dados mais recentes. O conjunto dos dados indica que o investimento está distante de atingir a meta estimada para o final do plano (10% do PIB).

5. Painel Lume

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

6. Outras fontes

Não há registros de informações nesta coluna no texto original fornecido.

7. Síntese preliminar

- Fortalecer a política de financiamento da educação básica, por meio da busca de fontes complementares de recursos que transcendam os mecanismos constitucionais vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ao Fundeb e ao Salário-Educação, assegurando maior capacidade de investimento das redes de ensino.
- Promover o planejamento e a aplicação estratégica dos recursos, considerando o Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) como referência para a garantia de padrões adequados de oferta educacional, com prioridade para a adequação da infraestrutura das unidades escolares, assegurando condições de funcionamento, equidade na oferta e melhoria da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, [1999].

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. **Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, DF: Presidência da República, [2024].

FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (FunBEA). **Diretrizes de Educação Ambiental Climática.** Coordenação geral de Rachel Trajber, Thaís Brianezi e Semiramis Biasoli. Apoio: Instituto Clima e Sociedade; Cemaden Educação. [S. l.]: FunBEA, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.382, de 24 de julho de 2021. **Institui nas escolas das redes pública e privada de ensino, em todo o território catarinense, o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE).** Florianópolis: Gabinete do Governador, 2021.

SANTA CATARINA. Lei nº 19.282, de 14 de abril de 2025. **Dispõe sobre a elaboração e implantação do Plano Integrado para Gestão da Cidadania e Paz nas Escolas (PLIN),** em todas as unidades educativas, de todos os níveis e modalidades, localizadas no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.** Florianópolis: SED/SC, 2019.

Eixo de Leitura por Modalidade e Temática:

Educação Ambiental

- Caderno de Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas (NEA/SED-SC)
- Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC)
- Currículo Base do Território Catarinense (CBTC)

Educação Indígena, do Campo e Quilombola

- Caderno de Política de Educação Escolar Quilombola (NEQUI/SED-SC)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (MEC)
- Caderno de Referenciais de Implementação – Financiamento e Gestão Financeira (MEC)
- PCSC e CBTC (seções transversais)

Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

- **Base Normativa:** Constituição Federal (1988), LDB (9.394/1996), LBI (13.146/2015), CBTC, PCSC e Diretrizes do AEE (FCEE).
- **Ponto Crítico de Gestão:** A política estadual exige revisão normativa — a Resolução CEE/SC nº 100/2016 necessita de atualização e alinhamento à Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e à Política Nacional. É central definir com a SED o embasamento técnico-pedagógico do PEE diante do déficit de atendimento da Assessoria Pedagógica da FCEE.

Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e PNEERQ

- Caderno de Política de ERER e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (NEAD/SED-SC)
- Cartilha da PNEERQ (MEC)
- Guia para Autodeclaração Étnico-Racial nas Redes de Ensino
- Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo nas Escolas
- Cadernos de Gestão das Modalidades Educacionais (MEC)
- Painel Aqui Tem MEC (Devolutivas de Equidade Racial por Município)
- Edital de Equidade Racial — Diretrizes (CEERT)
- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)